



# Instituto Universitário de Lisboa

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Serviço Social, Desenvolvimento Sustentável e  
Soberania Alimentar

Kaya Maria Schwemmlein

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de  
Mestre em Serviço Social

Orientadora

Doutora Maria Inês Martinho Antunes Amaro, Professora Auxiliar

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2017

## AGRADECIMENTOS

A minha família, que tanto me apoia.

A Antonio, pelo aconchego.

A todos os que me acompanharam neste processo, com muita especial atenção a Prof<sup>a</sup> Inês Amaro por toda a sua disponibilidade, dedicação, entendimento e cumplicidade.

Aos esforços e dedicação dos participantes da “Assembleia Popular” e do “Tribunal da Monsanto”.

A Sandra Moreno, por toda a gentileza e devoção.

## RESUMO:

Questões relacionadas com o desenvolvimento sustentável surgem como tema central na sociedade contemporânea, constituem parte integrante do tecido social e destacam-se cada vez mais em serviço social. Assim, partindo da análise de algumas dinâmicas contemporâneas, identificam-se várias “terias sustentáveis” no serviço social. Para efeitos de clareza teórica analisa-se pormenorizadamente o conceito de desenvolvimento sustentável proliferado pela ONU (Organização das Nações Unidas) e agências especializadas. Tal é feito com o intuito de definir convergências e tensões entre o Serviço Social e o desenvolvimento sustentável. Após esta conceptualização, evidencia-se a necessidade de reconstruir a problemática e entender o conceito de desenvolvimento sustentável numa lógica de “baixo-para-cima”, aqui evidenciado como associado aos movimentos da sociedade civil, nomeadamente, a La Vía Campesina. O método de investigação utilizado foi um estudo exploratório, via método indutivo. A técnica de recolha de dados é a documentação indireta (documental) e direta (trabalho de campo, observação participante e uma entrevista semiestruturada). Em última instância, de modo a incorporar o enquadramento proposto pela La Vía Campesina no serviço social, traçam-se alguns planos de ação profissional.

Palavras chave: Serviço Social; Desenvolvimento Sustentável; Movimentos Hegemónicos/Contra-Hegemónicos; La Vía Campesina, Soberania Alimentar; Direitos Humanos.

## ABSTRACT:

Questions related to sustainable development are a central issue in our society, they constitute an integral part of our social tissue and are becoming a central concern to Social Work. Through this study some of the main “sustainable theories” in Social Work are identified and, in order to provide for conceptual clarity, this investigation considers accurately the concept of sustainable development proliferate by the United Nations and special agencies. At this regard it is expected to theorize convergences and tensions between Social Work and sustainable development. Upon this last conceptualization, the present work underlines the necessity to redefine sustainable development, this time, viewed “from down-to-top”, build by social movements, namely La Vía Campesina. The research method used was an explanatory study, that was conducted via inductive strategy. Data collection was brought trough indirect documentation (documental analysis) and by direct observation (field work, participant-observation and a semi-structed interview). Ultimately, the possibility for the incorporation of La Vía Campesina’s framework in social work is emphasized and some strategies are designed.

Key-words: Social Work; Sustainable Development; Hegemonic and Contra-Hegemonic movements; La Vía Campesina; Human Rights.

## ÍNDICE:

Agradecimentos

Resumo

Abstract

Introdução.....1

Capítulo 1- Dinâmicas contemporâneas, sociedade em tempos de risco e desenvolvimento sustentável.....5

1.1- Os efeitos da globalização na constituição de novos padrões sociais e as mutações do Serviço Social contemporâneo em torno da degradação ambiental global.....5

1.2- Os conceitos de natureza e ambiente em Serviço Social.....8

Capítulo 2- Conceptualização de desenvolvimento sustentável, mobilização internacional e a ação da ONU.....15

2.1- Desenvolvimento sustentável até Brundtland, 1987.....15

2.2- Desenvolvimento sustentável pós-ECO92.....17

2.3- Críticas ao enquadramento e limites das dimensões.....23

Capítulo 3- Desenvolvimento sustentável e Serviço Social: Pontos de convergência e tensão.....29

3.1- Os pontos de convergência.....29

3.2- Pontos de tensão.....36

Capítulo 4- Enquadramento metodológico.....45

Capítulo 5- Os parâmetros de concretização de uma ideia sustentável no Serviço Social- O paradigma da La Vía Campesina.....51

5.1- A procura de processos de desenvolvimento “campeiros” sustentáveis.....51

5.1.1- Dois elementos da luta pela sustentabilidade: Direito dos Campesinos e a Soberania Alimentar.....	52
5.1.2- A relação entre justiça ambiental e social e a posse sobre a vida.....	56
Conclusão.....	59
Referências Bibliográficas.....	69
Anexos.....	77

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1-Teorias ecológicas em serviço social.....	9
Figura 2-“Outro” enquadramento para a ética ambiental em serviço social.....	11
Figura 3-Relação entre desenvolvimento sustentável e Serviço Social.....	77
Figura 4-Triple P.....	77
Figura 5- Condição de sustentabilidade forte.....	78
Figura 6-Discursos do Desenvolvimento sustentável.....	18
Figura 7-Esforços para desenvolvimento sustentável.....	78
Figura 8-Resultado dos Objetivos Do Milénio 2000-2015.....	81
Figura 9-As três dimensões da sustentabilidade.....	22
Figura 10-Número de pessoas que vivem com menos de 1,25 dólares ao dia, globalmente, em milhões, 1990-2015.....	26
Figura 11-Número de pessoas subnutridas, globalmente, em milhões, 1969-71 a 2010.....	27
Figura 12- Investimentos de grande escala.....	85
Figura 13-Water Grabbing.....	85
Figura 14-FAO Hunger map, 2015.....	86
Figura 15-Importação de Arroz nas Filipinas, em mil toneladas.....	86
Figura 16-Blocos de intervenção prioritários.....	30
Figura 17-Construção de capital social.....	87
Figura 18-Níveis e Estratégias da intervenção orientada para a sustentabilidade.....	32
Figura 19-Natureza e Ambiente em Serviço Social.....	32
Figura 20-Desenvolvimento sustentável por princípios convergentes.....	34
Figura 21-Diferentes níveis de desenvolvimento comunitário.....	39
Figura 22-Stakeholders Globais na alimentação: caracterização e argumentos.....	87
Figura 23-Tensões derivadas dos princípios de desenvolvimento sustentáveis.....	42
Figura 24-Institucionalização dos Direitos dos Campesinos- Homens e Mulheres.....	88

Figura 25- Estratégias possíveis em serviço social: reforma agrária, soberania alimentar e comércio.....	64
Figura 26- Estratégias possíveis em serviço social: Direitos Humanos.....	66
Figura 27- Estratégias possíveis em serviço social: Biodiversidade.....	67
Figura 28- Estratégias possíveis em serviço social: Mulheres e Juventude.....	68

## GLOSSÁRIO DE SIGLAS

CAC- Campesino-a-Campesino

CNA- Confederação Nacional de Agricultura

COP21-Conference of the Parties

CRIIGEN- Comité de Recherche et d'Information Indépendantes sur le génie Génétiq

DS-Desenvolvimento Sustentável

FAO- Food and Agriculture Organization

FIAN- Food First Information and Action Network

FMI- O Fundo Monetário Internacional

FOEI- Friend of the Earth International

GATT- General Agreement on Tariffs and Trade

GEF- Global Environment Facility

IASSW-International Association of Schools of Social Work

ICSW- International Council on Social Welfare

IFOAM- International Federation of Organic Agriculture Movements

IFSW- International Federation of Social Work

IPCC- Intergovernmental Panel on Climate Change

LVC- La Vía Campesina

MASIPAG- Magsasaka at Siyentipiko para sa Pag-unlad ng Agrikultura

MIT- Massachusetts Institute of Technology

MST- Movimento Sem Terra

ODM- Objetivos do Milénio

OEIWG- Open-Ended Intergovernmental Working Group

OMM- Organização Meteorológica Mundial

ONG- Organização Não-Governamental

ONU- Organização das Nações Unidas

PIB- Produto Interno Bruto

PNUA- Programa das Nações Unidas para o Ambiente

REDD-Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation

SIDA- Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

TEBB- the Economics of Ecosystem and Biodiversity

TNC- TransNational Companies

TNI- Transnational Institute

TRIPS- The Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights

UBINIG- Policy Research for Development Alternative

UNDP- United Nations Development Program

UNESCO- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UNRRA- Nations Relief and Rehabilitation Administration

US- United States

WCED- World Commission on Environment and Development

WTO- World Trade Organization

## INTRODUÇÃO

Na presente dissertação, visa-se dar um pequeno contributo para uma melhor compreensão de um conceito eminentemente político, contudo cada vez mais posto em relação com o serviço social- o desenvolvimento sustentável<sup>1</sup>.

Considera-se que as recentes mutações sociais, económicas, culturais e ambientais têm ampliado as teorias e práticas do serviço social de modo a incluir diferentes considerações sobre ambiente, natureza e sustentabilidade. Deste modo, a dissertação tem como objetivo principal evidenciar as convergências e tensões entre o discurso de desenvolvimento sustentável e a missão, ética e paradigma de intervenção do serviço social contemporâneo. Em segundo lugar, pretende entender-se a aplicabilidade do modelo de desenvolvimento sustentável produzido pelo maior movimento de agricultores, camponeses e camponesas- “La Vía Campesina”- no serviço social contemporâneo.

A análise patente nesta dissertação é construída através de uma ótica de transformação social acelerada com um foco particular sobre os riscos modernos e o contraponto do discurso emancipatório.

A ontologia adotada nesta tese pretende ser de afastamento de considerações singulares, desfragmentadas e desviadas do contexto. Deste modo, reconhece-se que não há uma realidade objetiva independente dos indivíduos e que esta apenas pode ser captada de uma forma consensual e não absoluta, admite-se também que nenhuma investigação pode ser completamente livre de julgamento moral. A dissertação segue na linha de pensamento da teoria construtivista, evidenciada por três princípios fundamentais assentes na abordagem de Schütz, que estipula a construção de conhecimento por seleção e construção, o construtivismo radical de Glasersfeld que estipula a impossibilidade de representação fora do nosso contacto com ela e o construtivismo social que estipula a conexão entre conceitos e o conhecimento do mundo como algo veiculado por artefactos (Flick, 2014:102-103).

Refletir sobre o serviço social implica, então, um estudo cuidadoso do contexto em que este se introduz. Assim, considera-se fundamental iniciar a análise com uma reflexão crítica sobre o contexto político e social no qual o serviço social é inserido estipulando-se três pressupostos que advêm da revisão bibliográfica e que perpassam toda a dissertação:

- 1) o serviço social é uma profissão cuja identidade é historicamente motivada;
- 2) a atual sociedade marcada pela intensificação de dinâmicas e relações de poder que perpetuam padrões assimétricos de desenvolvimento, desigualdades multidimensionais e necessidades elementares insatisfeitas. Face aos novos desafios societários, tem-se consolidado globalmente a perceção de uma crise ecológica, uma lógica de imprevisibilidade e de ameaças constantes;

---

<sup>1</sup>Tal é feito através do estudo exploratório que segue a lógica do método de investigação qualitativo. Este método é caracterizado pela compreensão do social através de uma exploração do contexto por uso de métodos não-estandardizados capazes de se adequar ao cada participante ou caso, oferecendo uma vasta gama de perspetivas, opiniões e histórias (Flick,2014). Vai ser descrito detalhadamente no Capítulo 4.

3) A sustentabilidade é a medida emancipadora de referência para ultrapassar as falhas do desenvolvimento societário.

Esta dissertação é, então, composta pela presente introdução, cinco capítulos teórico-empíricos que compõem o corpo central do trabalho e uma conclusão.

No primeiro capítulo, evidencia-se uma redefinição atual da identidade, missão e corpo teórico do serviço social em torno do desenvolvimento sustentável. Neste sentido, foi identificado um grande leque de “teorias sustentáveis em serviço social” que foram aqui retratadas em várias dimensões.

O segundo capítulo é de exploração de conceitos e análise documental que procura definir o conceito de sustentabilidade junto da ONU (Organização das Nações Unidas) e agências especializadas. Considerou-se pertinente evidenciar que a dissertação parte do discurso de desenvolvimento proliferado a partir da Conferência de Estocolmo, em 1972. Tal justifica-se pelo fato de ser considerada a primeira grande reunião de chefes de estado organizada pelas Nações Unidas para tratar das questões relacionadas com a degradação do meio ambiente e é no seguimento desta que se estabelece o PNUA (Programa das Nações Unidas para o Ambiente). Assim sendo, no processo de análise, procurou-se definir o conceito de sustentabilidade, entender os objetivos, saber como é trabalhado e entender os limites para a sua efetivação<sup>2</sup>. Destacam-se dois momentos fundamentais na solidificação do(s) conceito(s) de sustentabilidade- o Relatório de Brundtland, 1987 e a Conferência de Rio, 1992. O capítulo termina evidenciando algumas das críticas e fragilidades associadas a mobilização internacional.

No capítulo seguinte expõem-se as principais tensões e convergências entre serviço social e o desenvolvimento sustentável. As principais convergências são encontradas a nível da integração da natureza e ambiente na intervenção e diagnóstico do serviço social. Os pontos de tensão são encontrados na problemática associada ao desenvolvimento sustentável “de cima-para-baixo” e as repercussões que tal dinâmica apresentam para o serviço social.

O quarto capítulo apresenta a exposição da metodologia de investigação e evidencia os momentos que constituem a observação e pesquisa de terreno.

O último capítulo é de exposição e interpretação de dados. Igualmente é evidenciado o propósito de analisar o enquadramento de novos atores globais que lutam por um desenvolvimento sustentável “de baixo-para-cima”, ou “contra-hegemónico”. Este capítulo é um de reconstrução da problemática: é proposto analisar-se “La Vía Campesina” (LVC) para identificar estratégias, mecanismos e ferramentas de emancipação aos riscos modernos aplicáveis pela abordagem ecosocial em serviço social<sup>3</sup>. A questão principal que visa ser respondida prende-se com a aplicabilidade do enquadramento de direitos

---

<sup>2</sup> Tal é feito através da análise de 34 Convenções e documentos considerados fundamentais. Estes encontram-se evidenciados nas figuras 7 e 8 (Anexos).

<sup>3</sup> Aplicando a nomenclatura de Matthies & Närhi. Portanto, como um conceito guarda-chuva, no sentido geral do termo, isto é o conjunto de teorias em serviço social oriundas de saberes inspiradas em noções ecocríticas e da teoria geral dos sistemas (Matthies,2015). Válido para referência futura.

humanos, justiça ecológica e soberania alimentar da La Via Campesina no serviço ecosocial. Para tal, considerou-se importante recolher dados a partir de uma triangulação técnicas de pesquisa<sup>4</sup>: pela documentação indireta (documental) e direta (pesquisa de campo, observação participante e uma entrevista semiestruturada). A observação direta resulta da participação no evento intitulado “Assembleia Popular” que ocorreu, em conjunto com o “Tribunal da Monsanto”, em Haia, Holanda, entre os dias de 14 a 16 de outubro de 2016. Para concluir, vai ser evidenciada uma conceptualização de dados recolhidos.

Dito isto, considera-se o método de pesquisa indutiva como mais apropriado, pois, não existe grande produção teórica sobre o assunto, tratando-se de uma abordagem “cuja aproximação dos fenómenos caminha geralmente para planos cada vez mais abrangentes, indo das constatações mais particulares às leis e teorias” (Marconi e Lakatos, 2003:106).

Termina-se a dissertação com uma conclusão.

---

<sup>4</sup> Portanto, a verificação dos dados a partir de técnicas diferentes (Flick, 2014)

(página deixada intencionalmente em branco)

## **CAPÍTULO 1- DINÂMICAS CONTEMPORÂNEAS, SOCIEDADE EM TEMPOS DE RISCO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

No presente capítulo pretende salientar-se a relação que existe entre as dinâmicas contemporâneas e a redefinição atual da identidade, missão e corpo teórico do serviço social em torno do conceito de desenvolvimento sustentável. Estabelece-se assim, que de modo a entender o enquadramento de desenvolvimento sustentável no serviço social contemporâneo é necessário identificar os principais processos caracterizadores do presente. Tendo tal como pano de fundo, pretende evidenciar-se algumas das alterações no serviço social decorrentes das dinâmicas contemporâneas. Tal é considerado pertinente pois entende-se que novas formas de pensar e agir profissional surgem associadas a um processo de transformação civilizacional dinâmico e muito complexo, aqui tomado, como extremamente vinculado pela percepção de interdependências globais. Por fim, evidencia-se uma mudança fundamental- a consolidação dos conceitos de natureza e ambiente em serviço social, causada em primeira instância, pela percepção de riscos ambientais globais.

### **1.1- Os efeitos da globalização na constituição de novos padrões sociais e as mutações do serviço social contemporâneo em torno da degradação ambiental global**

É na linha de pensamento de autores como Giddens ([2000] 1992), Castells (1999), Beck ([2015] 1992) ou Boaventura de Sousa Santos ([2012] 2001) que se evidencia a consolidação de uma intensificação das relações sociais, culturais, ambientais e económicas de escala mundial. Neste sentido, as ocorrências locais são moldadas por fenómenos que se originam a grandes distâncias e, por isso, devem ser retratados como fenómenos que apresentam uma origem local.

Pelas palavras de Sousa (2012) deve-se referir ao fenómeno sempre como “a globalização bem-sucedida de determinado localismo”, ou seja, qualquer fenómeno, para ser global necessita de ser acompanhado pela inclusão de um determinado contexto local. Deste modo, sublinha-se que a globalização é, de fato, um conjunto de diferenciadas relações sociais, que, como todas as relações humanas, envolve conflitos, tendo como consequência vencedores e vencidos (Santos, 2012: 62). É deste modo que vale a pena diferenciar conceptualmente o conceito de globalização. Boaventura de Sousa Santos (2012:34) caracteriza dois tipos de globalização: uma como dominante, ou hegemónica<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> O fenómeno é, principalmente associado a um desenvolvimento de acordos comerciais internacionais, liberalização do comércio, privatização dos serviços públicos, desregulação empresarial e financeira, corte de despesas públicas, redução de impostos, encorajamento de investimento estrangeiro, des-sinicalização (respeito pela flexibilidade laboral), desenvolvimento baseado nas exportações (abrir o mercado doméstico para a competição internacional, em troca do acesso ao mercado global), redução da inflação e mantimento de direitos de propriedade privada (Matthew Sparke, 2013: 6). Distingue-se, ainda, duas formas de globalização hegemónica. São estes os localismos globalizados- Consiste no processo pelo qual determinado fenómeno local é globalizado com sucesso, seja a atividade das multinacionais, a transformação da língua inglesa em língua franca, a globalização do fast food americano ou da sua música popular(...)- e os globalismos localizados- Consiste no

e a outra como contra-hegemónica<sup>6</sup>. Na linha de pensamento de Beck (2015 [1992]), por sua vez, define-se a sociedade trespassada pela noção de risco global, pela consciência de perigos sempre presentes, provocados pelo avanço civilizacional associado ao desenvolvimento industrial. O autor distingue duas facetas da globalização: de cima-para-baixo<sup>7</sup> e de baixo-para-cima<sup>8</sup>.

Assim, numa linha de pensamento da globalização hegemónica ou de cima-para-baixo, evidencia-se um contínuo encolhimento das funções sociais, económicas e políticas do Estado, aumentando a submissão aos interesses políticos das instituições financeiras globais na regulação da vida social (Rodrigues, A., Oliveira, C., Freitas M., 2001). Pode afirmar-se, então, que a noção de desenvolvimento económico acarreta uma perspetiva de competitividade global que exige uma nova postura de mercado mais agressiva que reforça cada vez mais comportamentos individualistas e menos solidários (Rodrigues, A., Oliveira, C., Freitas M., 2001).

É neste sentido que se pode verificar algumas mutações no tecido social associados ao individualismo e à descentralização, específica da crítica ativa e autoconfrontação da atual sociedade. A destacar são as seguintes:

- A complexidade emergente, derivada dos processos anteriormente descritos de sofisticação e individualização do nível de informação, crescimento exponencial da capacidade de manipulação e de ação sobre o mundo com desigual capacidade de processar toda a informação e produzir escolhas conscientes e responsáveis;
- A crescente precaridade e insegurança ontológica, decorrentes do anterior e que colocam o indivíduo sozinho perante a responsabilidade das suas escolhas cujas consequências, por vezes, não abarcam totalmente;
- O risco e a incerteza, não apenas associados a fatores extra-humanos, mas riscos e incertezas causadas pela própria ação humana no mundo e que recaem sobre as esferas natural, económica, social e política. Acresce que a responsabilidade de responder aos riscos e incertezas tem vindo cada vez mais a recair sobre cada indivíduo (Beck, 1994; Soulet, 2007);
- O individualismo e a individualização no olhar do outro, sublinhando a progressiva tendência de olhar cada indivíduo per se, negligenciando a resposta coletiva aos problemas presentes na sociedade e

---

impacto específico nas condições locais produzido pelas práticas e imperativos transnacionais que decorrem dos localismos globalizados(...) como o dumping ecológico (Santos,2012:71).

<sup>6</sup> Esta é representada pelos movimentos sociais, ONG e outros atores sociais que resistem à globalização hegemónica. Tal movimento pode ser associado às ações do Fórum Social Mundial e noções desenvolvidas a partir do Património Comum da Humanidade (Santos, 2012).

<sup>7</sup> Através de contratos internacionais e ações associadas a esforços de instituições globais, como o reforço das estruturas do sistema GATT-General Agreement on Tariffs and Trade (Beck, 2015:175)

<sup>8</sup> Associada a esforços de atores transnacionais, como ONG, que têm vindo a questionar o status quo e uma lógica de desenvolvimento assente em padrões puramente económicos. São estes que têm vindo a constituir *novos espaços políticos* (Beck, 2015:176)

deixando cada indivíduo entregue à sua própria capacidade de responder às situações que se lhe colocam (Amaro, 2012);

- A desfiliação e a vulnerabilidade sentidas, que se prendem com os efeitos conjugados do sentimento de precaridade e insegurança, com o risco e incerteza e o individualismo, e resultam numa perda de sentimentos de pertença ao coletivo e numa consequente desagregação dos laços sociais (Castel, 2009)- para além de excluído o indivíduo apresenta-se desfiliado;
- A fragmentação, que alude à crescente dificuldade de leitura da realidade como um todo, encarando-a como casuística, entrecortada, episódica. Este fator prende-se, também, com o imediatismo, a rapidez e o carácter efémero da realidade presente e pode resultar numa crescente perda de sentido, devedora do excesso de fluidez do mundo. É neste sentido que Zigmunt Bauman (1998) fala de modernidade líquida. (Amaro, 2014:98-99)

Deste modo, torna-se inegável que as dinâmicas sociais, políticas, ambientais, culturais e económicas atuais surgem como constituidoras de um “quadro de mudança sociopolítico e económico global”, que, em última instância, afeta o assistente social no desempenho da sua atividade (Amaro, 2015). Ou seja, “(...) emergem ruturas sociais que potenciam conflitos e problemas sociais transformados em procuras sociais imprevistas, a que é difícil, mas necessário, providenciar respostas e serviços no quadro dos direitos constituídos (...)” (Almeida, 2013:1).

É nesta linha de pensamento que se evidencia a “Agenda Global para Serviço Social e Desenvolvimento Social”,<sup>9</sup> pois “uma profissão que se denomina de social tem inerentemente de ir acompanhando os tempos, isto é, tem de adaptar-se aos desafios e condicionalismos das sociedades onde opera, sob pena de inutilidade, quando não mesmo de prejuízo” (Pinto, 2014:143).

Identicamente Truell e Jones (2012:4), evidenciam a “Agenda” como uma resposta à “complexidade social crescente”, desenhada com o intuito de reposicionar a comunidade de serviço social global, em conjunto com profissionais de desenvolvimento social, no centro do levantamento e resolução de problemas societários globais. É deste modo, que as três organizações sociais (IFSW; IASSW; ICSW) reconhecem, em conjunto, que:

- os direitos humanos são apenas acessíveis à uma minoria da população;
- um sistema económico injusto e mal regulado, conduzido por forças de mercado irresponsáveis, aliado a um incumprimento dos standards de condições laborais internacionais e a falta de responsabilidade social por parte do setor corporativo, provocaram danos em termos de saúde e bem-estar de pessoas e comunidades, causando pobreza e desigualdades crescentes;
- a diversidade cultural e o direito a expressão facilitam uma existência intelectual, emocional, moral e espiritual mais satisfatória, no entanto, estes direitos estão em risco, pois, são confrontados com os

---

<sup>9</sup> Foi oficialmente submetida pela United Nations Environmental Programme em 2012 por Helen Clarck. É atribuído à IFSW- International Federation of Social Work-, IASSW-International Association of Schools of Social Work -e ICSW- International Council on Social Welfare (Truell e Jones, 2012).

efeitos marginalizadores e normalizadores de alguns aspetos da globalização. Tal traz especialmente consequências negativas para pessoas indígenas;

- As pessoas vivem em comunidades e prosperam num contexto de relações de suporte entre indivíduos, mas estas têm vindo a ser erodidas por forças económicas, políticas e sociais dominantes;
- A saúde e o bem-estar das pessoas é afetada negativamente, resultado de desigualdades e ambientes insustentáveis relacionados com a mudança climática, poluição, guerra, desastres naturais e violência. As respostas internacionais que existem são desadequadas (IFSW,IASSW,ICSW, 2012).

A “Agenda” sublinha, então, que os modelos de desenvolvimento social apenas baseados no desenvolvimento industrial, na distribuição desigual de recursos, no consumo excessivo e na ignorância das consequências da poluição tem contribuído para o aumento de riscos sociais (IFSW,IASSW,ICSW, 2012). Deste modo, evidencia-se um plano de ação profissional global principalmente focalizado nas seguintes áreas:

- Promoção de justiça social e económica;
- Promoção da dignidade e valor da pessoa;
- Trabalho seguindo princípios de sustentabilidade ambiental;
- Maior reconhecimento da importância das relações humanas;
- Assegurar um ambiente propício para a prática e ensino profissional<sup>10</sup>.

A “Agenda”, assim, é tida como um espaço de debate e uma plataforma de ação global na luta contra injustiças e exposição de compromissos para ação desde 2013 (Lombard, 2015). É, portanto, em conjunto com os mais desfavorecidos, que a profissão deve lutar contra situações de precárias causadas pela pobreza, situações de opressão ou vulnerabilidade e exclusão social, promovendo um progresso societário assente na emancipação de limitações impostas pelas várias desigualdades e injustiças globais.

No entanto, apesar das mais recentes ponderações, considera-se pertinente iniciar com uma breve análise das “tradições ambientais” em serviço social, isto é, as que inserem o indivíduo no seu contexto social e territorial.

## **1.2 -Os conceitos de natureza e ambiente em serviço social**

É primariamente devido o contributo de Mary Richmond (1861-1928) que se relaciona o desenvolvimento de potencialidades humanas com o ambiente social e territorial. A metodologia de “serviço social de caso”, em conjunto com a compreensão de ambiente social e territorial, permitiu uma melhor compreensão das consequências advindas do modelo de desenvolvimento industrial (Matthies, 2015)<sup>11</sup>. Por sua vez, a conceptualização de ambiente de Jane Addams (1860-1935) coloca o foco na compreensão de “ambiente urbano” como condição de vida moderna. Por outras palavras, são fatores

---

<sup>10</sup> Foi adicionado mais tarde (IFSW,IASSW,ICSW, 2012).

<sup>11</sup> Ciclo Internacional de Conferências Doutorais "Social Work and Sustainability/Ecosocial approach", Aila-Leena Matthies, 5 de Maio de 2015, ISCTE-IUL.

como a habitação, a alimentação e a eliminação de resíduos, que interligados com outras dimensões culturais e sociais, definem a qualidade do desenvolvimento. A intervenção e ação comunitária defendida por Addams direciona o serviço social para a política e sublinha os fatores ecológicos e económicos como mecanismos geradores de problemas sociais (Matthies, 2015).

No entanto, novas conceções de ambiente em serviço social são apenas formuladas com o desenvolvimento de teorias ecológicas veiculadas principalmente a partir de 1970. Ou seja, é o conhecimento proveniente das ciências sociais ambientais que virá introduzir noções que irão alargar o conceito de ambiente em serviço social, destacando-se então duas teorias: a teoria geral dos sistemas e a teoria ecocrítica.

A teoria geral dos sistemas permite traçar relações entre o modo como os sistemas biológicos operam e o modo como a sociedade funciona, revelando interdependência e interação entre as diferentes partes dos sistemas. Isto é, os indivíduos não são representados como isolados do contexto, mas como elementos dentro de um sistema societário que os pode incluir ou excluir, de acordo com o grau de adaptação pessoal na sociedade. É deste modo que, dentro das ciências sociais e serviço social, se desenvolve um paradigma assente no ambiente social que propositadamente omite o ambiente biofísico para se diferenciar de outras disciplinas académicas (Payne, 1994, citado de Narhi, 2004). Destaca-se a influência de autores como Goldstein (1973), Pincus e Minahan (1973), Siporin (1975) Germain e Gitterman (1980), Barber (1991) na conceptualização desta teoria (Narhi, 2004 :15).

A teoria ecocrítica é resultado da perceção de consequências nefastas da industrialização (1880-1940), baseia os seus fundamentos na sociologia ambiental, é teoricamente influenciada pelo conceito e ideia de desenvolvimento sustentável e apoia-se nos primeiros movimentos sociais e ecológicos (Närhi, 2004:14). Como admite Massa (1993, 1998), é com o desenvolvimento de uma consciencialização ambiental nos anos 50 e 60 que as questões ambientais se tornam o foco da discussão pública (citado de Nähri, 2004:79). É deste modo que a “questão social” do primeiro enquadramento deve ser reconsiderada e transformada na questão “ecosocial” (Närhi, 2004:16) de modo a criar um balanço entre o desenvolvimento societário e as necessidades humanas e os padrões de desenvolvimento puramente económicos. Aqui destacam-se autores como Opielka (1985), Blanke e Sachsse (1987), Massa (1993), Hoff e Mc Nutt (1994) que procuram responder à questão de “que tipo de serviço social pode ser considerado sustentável?” (Peeters, 2011).

No entanto, apesar destas teorias se evidenciarem como conceptualmente divergentes é principalmente na viragem do século que as teorias tendem a convergir a nível global, expandindo deste modo as teorias ecológicas em serviço social. Atualmente o debate circunscreve-se a:

Figura 1- Teorias ecológicas em serviço social

Debate atual	Enfoque Principal	Princípios comuns
Abordagem Eco-social	Conceito “guarda-chuva”; bem-estar humano dependente do	•Continuar a tradição ecocrítica do Serviço Social

	meio ambiente; sustentabilidade social.	Ecológico; •Retornar à tradição política do Serviço Social de Jane Addams; •Exigir como desafio dominante para o Serviço Social um novo paradigma eco social e de transição da sociedade; •Pensar com uma perspectiva global, criando ações nas comunidades locais; •Ver e respeitar o ser humano como parte da natureza.
Serviço Social e ecologia profunda	Justiça ambiental profunda; crítica à relação antropocêntrica de homem-natureza.	
Serviço Social Eco-Espiritual	Seres humanos como parte da natureza; espiritualidade no entendimento da natureza e da ação do Serviço Social	
Serviço Social “verde”	Práticas para proteger o meio ambiente e o bem-estar dos indivíduos; tradição no Serviço Social radical.	
Serviço Social ambiental	Procura de um novo paradigma para o Serviço Social de acordo com os critérios de um desenvolvimento sustentável	
Serviço Social ecológico	União da teoria de sistemas e postura ecocrítica; transição eco-social das comunidades.	

Fonte: Matthies & Närhi, 2015<sup>12</sup>

A abordagem eco-social de Aila-Lena Matthies (1987;1990;1993, citado de Närhi,2004:37) relaciona o ambiente local e o bem-estar através da teoria geral dos sistemas, permitindo criar uma plataforma vantajosa para estudar questões ecológicas e sociais.

O serviço social ambiental, por sua vez, envolve assumir uma ética e deontologia ambiental como fundamentos da profissão e entende o bem-estar social como dependente de toda a vida no planeta (Pinto, 2014:157). Nesta linha de pensamento, Gray e Coates (2012, citado de Pinto, 2014:157) evidenciam que o assistente social deve caracterizar-se como sendo agente de mudança política e deve desafiar políticas insustentáveis. Para tal, os autores analisam o campo da ética ambiental<sup>13</sup> para encontrar uma orientação moral para consolidar um serviço social ambiental (Gray e Coates, 2012:4).

<sup>12</sup> Ciclo Internacional de Conferências Doutorais "Social Work and Sustainability/Ecosocial approach", Aila-Leena Matthies, 5 de Maio de 2015, ISCTE-IUL.

<sup>13</sup> De um modo geral, a ética ambiental nasce de considerações filosóficas, isto é, considerações de questões éticas associadas à ação humana num mundo não-humano (Palmer, 2003, citado de Gray e Coates, 2012:7).

Estas considerações foram aqui evidenciadas como assentes no “pensar bem para agir” (Granja,2014:65) profissional. Assim, seguindo a lógica de Gray e Coates (2012:245), para a profissão “encontrar o seu lugar nos movimentos ambientais é necessário que o enquadramento alargado do indivíduo-no-contexto, encontre uma solução para ultrapassar a sua infusão no pensamento moderno, individualista e antropocêntrico”. Esta “solução” foi encontrada nos enquadramentos teóricos sistematizados na seguinte figura:

Figura 2- “Outro” enquadramento para a ética ambiental em serviço social

<p>Descrição geral</p>	<p>Distanciamento de enquadramentos individualistas e deontológicos comuns ao serviço social;</p> <p>Noções holísticas, ecologicamente completas;</p> <p>Ecosistemas entendidos como criativos e sustento da vida;</p> <p>Focos é posto na relação entre as espécies;</p>
<p>Enquadramentos possíveis</p>	<p>1. Ecologia Profunda (Besthorn)</p> <p>Baseada no Igualitarismo biológico, tudo é um de Arne Naess; Conceito radical de ecofilosofia (Ecosophy); Substituição da ideologia de crescimento económico com a ideologia da interdependência e sustentabilidade ecológica;</p> <p>2. Ecofeminismo (Gaard e Gruen)</p> <p>Enquadramento feminista à ecologia e ambiente;</p> <p>Estabelece relações entre as opressões da natureza e mulher;</p> <p>Perspetiva de contextualização (não universalização);</p> <p>Perspetiva de diversidade (não reducionismo);</p> <p>Rejeita enquadramentos abstratos, racionais e universais;</p> <p>Postura sensível;</p> <p>Desenvolvimento de coligações com pessoas vítimas de opressão.</p> <p>3. Pragmatismo ambiental (Minteer e Manning)</p> <p>Procura de soluções práticas aos problemas ambientais;</p> <p>Esforços políticos através de conversações democráticas e públicas;</p>

	<p>Favorece a contextualização;          Procura liberar-se do impasse associado a algumas categorias epistemológicas presente nos modelos filosóficos (pois são todas antropocêntricas);          Presença de sentimentos de presença à natureza;          Inter-relação de valores- não há valores fixos, mas uma espécie de ecologia de valores;</p>
	<p>4. Construtivismo Social ( Soper,1995; Palmer, 2003)          Visão sobre a natureza através de uma ótica cultural;          Especificação cultural que origina visões relativas à perspectiva de ética ambiental adaptada;          Natureza como construção social produzida por discursos;</p>

Fonte: Gray, M., & Coates, J., 2012.

No quadro de serviço social verde, por sua vez, reforça-se a ideia de resistência às práticas injustas e reconhece o paradigma de justiça ambiental como princípio norteador da prática profissional. Consequentemente a intervenção necessita de atacar formas estruturais de opressão e injustiças; combater a degradação ambiental e propor práticas holísticas, como refere Dominelli (2013:19):

- Apoiar os indivíduos no processo de afirmação de direitos humanos, sociais e ambientais;
- Apoiar indivíduos a proteger o ambiente- melhorar o bem-estar natural e humano e atingir justiça ambiental;
- Mobilizar parceiras e alianças de modo a promover resistência e o bem-estar terrestre;
- Empoderamento de indivíduos, grupos e/ou comunidades marginalizadas.

Neste enquadramento o assistente social apresenta principalmente as seguintes funções: facilitador, coordenador, mobilizador (quer de pessoas, grupos, indivíduos ou recursos), negociador entre comunidade e governo, mediador entre grupos com interesses em conflito, consultor para entidades oficiais e governos, prestador de advocacia pelos direitos dos indivíduos, educador/sensibilizador, treinador de modo a evidenciar modos corretos de reagir às catástrofes, intérprete cultural, tradutor interdisciplinar, terapeuta-de modo a auxiliar ultrapassar o trauma associado a momentos de catástrofe, protetor de ecossistemas, etc. (Dominelli, [2013], 2009).

Ainda para Peeters (2011) é importante entender que o desenvolvimento sustentável e a profissão apresentam a mesma agenda, isto é, partilham dos mesmos princípios normativo. Assim, pode-se afirmar

que de uma perspectiva normativa, o serviço social tem vindo a entender o desenvolvimento sustentável como parte da sua missão<sup>14</sup> (Peeters, 2011).

Os direitos humanos são assim reenquadrados no paradigma da justiça ambiental que assenta nos seguintes elementos:

- Uma visão ecológica do mundo (baseada na complexidade e diversidade);
- Reconhecimento dos limites do planeta e dos seus recursos (uso necessários de fontes de energia renováveis);
- Economia ecológica que seja capaz de satisfazer necessidades humanas (e melhorar o ambiente biofísico);
- Visão global do sistema mundial em múltiplos níveis e agrupamentos (sendo a economia parte do social, e o social parte do ecossistema Terra);
- Interdependência de todas as formas de vida, sendo os humanos sujeitos descentrados, pois as necessidades de cada indivíduo tem de ser respondidas em relação com as dos outros indivíduos;
- Uma ética ecológica, conjuntamente com uma ética de cuidado complementar à ética dos direitos; da autonomia à conectividade global (Peeters, 2011:7).

Assim, para concluir, da produção bibliográfica sobre o tema (Besthorn 2012, Peeters, 2011; Pinto, 2014; Esgaio, 2014; Matthies, 2014; Närhi, 2004; Lombard, 2015, Gray and John Coates, 2012) pode argumentar-se que a conceção diferente de ambiente tornou a integração dos princípios do desenvolvimento sustentável possível na prática e diagnóstico do assistente social em várias dimensões. O assistente social depara-se, então, com nova esfera axiológica, refletida em valores que relacionam o homem com a natureza e uma nova agenda normativa, resultado da incorporação de princípios da agenda de desenvolvimento sustentável veiculado pela ONU (Organização das Nações Unidas) e agências especializadas. Assim, considera-se interessante dar prosseguimento à dissertação através de uma análise cuidada do conceito de desenvolvimento sustentável associado à ONU e agências especializadas.

---

<sup>14</sup> É de mencionar que a conceptualização de Peeters (2011) é baseada na conceptualização de Desenvolvimento Sustentável de Brundtland, 1987 e a definição de serviço social prévia a de 2014 da IFSW. Tal é evidenciado na Figura 3 que se encontra em anexo.

(página deixada intencionalmente em branco)

## **CAPÍTULO 2- CONCEPTUALIZAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, MOBILIZAÇÃO INTERNACIONAL E A AÇÃO DA ONU**

### **2.1- Desenvolvimento sustentável até Brundtland, 1987**

O conceito de desenvolvimento transporta vários significados, prendendo-se principalmente com as noções “de aumento, ampliação e progresso”<sup>15</sup>. Isoladamente, o conceito de desenvolvimento representa uma transição de um ponto para outro, sendo este normalmente uma transição para um ponto melhor.

A sedimentação de uma consciência ambiental, ocorrida a partir dos anos 60-70 do século passado pode ser retratada, no geral, como o surgimento de questões ambientais relacionadas com problemas entre “ciência e prática” (Nähri, 2004:12). Tal é nítido no Princípio 18 da “Declaração de Estocolmo” de 1972 quando se afirma que “(...) deve-se utilizar a ciência e a tecnologia para descobrir, evitar e combater os riscos que ameaçam o meio ambiente, para solucionar os problemas ambientais e para o bem comum da humanidade” (ONU, 1972:5).

Isto é, de uma perspectiva técnica os problemas ambientais resumem-se a problemas que devem ser resolvidos por meios técnicos (Nähri, 2004)<sup>16</sup>. Por outro lado, numa perspectiva das ciências naturais, é através de métodos validados cientificamente que se determina a tolerância do nosso planeta face às atividades humanas e se encontra a solução para os problemas de desenvolvimento. Aqui evidenciam-se os problemas ambientais como “pontos críticos e problemas da natureza” (Nähri, 2004).

Numa perspectiva da sociologia admite-se, por sua vez, uma construção social no evidenciar da degradação ambiental e da mudança climática. Assim, a consciência ambiental é construída na interação entre as instituições que produzem risco, grupos de indivíduos que são confrontados com risco, agências governamentais, cientistas e organizações ambientais (Hogenboom, J., A. P.J. Mol, G. Spaargaren, 2000:91).

No entanto, apesar da multiplicidade de perspectivas e divergência nas interpretações que podem ser associadas a este modelo de desenvolvimento, a sustentabilidade pode ser retratada, numa primeira análise, como uma interação entre três dimensões- a económica, social, e ambiental, sendo a sustentabilidade apenas encontrada na interação entre estas três dimensões. Dentro desta perspectiva encontramos a noção de Elkington (1998, citado de Peteers, 2011:10) que evidencia os fundamentos do

---

<sup>15</sup> Consultado no dicionário online, no dia 04/04/2017, em: <https://www.priberam.pt/dlpo/desenvolvimento>

<sup>16</sup> Isto é como a mudança de instrumentos de medição do bem-estar populacional (por exemplo, passar de medições assentes em PIB para Índice de Progresso Social)

enquadramento de desenvolvimento sustentável na assim designada “triple botton line” ou “triple P”, isto é, no original “People, Planet, Prosperity ou Profit”<sup>17</sup>.

Mas, como evidencia Peeters (2011) tal representação de conceitos pode-se revelar como pertencente a um discurso de desenvolvimento sustentável fraco<sup>18</sup>, dado que atribui a mesma extensão a todas as dimensões; atribui um grande papel ao rendimento e não considera os limites do ecossistema. Assim, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável forte<sup>19</sup>, considera-se que o meio ambiente é capaz de estabelecer limites à economia e aos indivíduos. Tal como refere Blewitt (2008, citado de Pinto,2014:147), a condição de sustentabilidade forte pode ser traduzida por “situação na qual o desenvolvimento não excede a capacidade ecológica do planeta de renovação e continuidade. É esperado que não exista uma redução de capital natural disponível no momento presente para que as gerações futuras possam também utilizar esse capital” (ONU, 1972:3). Neste cenário, o homem tem apenas “a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras (...)” (ONU, 1972:3). Deste modo “(...) o progresso social e os avanços da produção, da ciência e da tecnologia, a capacidade do homem de melhorar o meio ambiente aumenta a cada dia que passa” (ONU, 1972:2).

Assim, na tentativa de fortalecer a noção de desenvolvimento sustentável determinada em 1972, o “Relatório de Brundtland”, 1987, intitulado de “Nosso Futuro Comum” define este tipo de desenvolvimento como necessariamente capaz de “satisfazer as necessidades do presente sem comprometer as necessidades futuras. Implica limites, não absolutos, mas impostos pelo presente estado de tecnologia e organização social sobre recursos naturais e pela capacidade limite pela biosfera em absorver os efeitos da atividade humana” (WCED, princípio 27, 1987).

A partir do relatório da WCED<sup>20</sup> é nítido que os governos continuarão a ter a responsabilidade principal no que diz respeito à manutenção do bem-estar societário global. No entanto, apela-se ao

---

<sup>17</sup> A tradução segue: Pessoas, Planeta, Prosperidade. O enquadramento passou, mais tarde a integrar um quarto “P” de Progress/Processo de modo a integrar o conceito de “progresso social” na noção de desenvolvimento sustentável. (1998, Peteers, 2011:10). Tal é representado na Figura 4 que se encontra nos Anexos. Na figura, desenvolvimento é situado no centro da figura e é preenchido a negro.

<sup>18</sup> Como evidencia Pinto (2014:147) a condição de sustentabilidade fraca significa meramente a “não redução de capital natural mais relevante, e a condição de sustentabilidade muito fraca significa que a perda de capital natural não deverá ser maior do que o aumento do capital humano e tecnológico.”

<sup>19</sup> Tal é representado na figura 5 que se encontra nos Anexos.

<sup>20</sup> World Commission on Environment and Development é formada em 1983 como organismo independente que em 1987 publica o relatório evidenciado. Neste, são discutidas estratégias ambientais que permitam atingir um desenvolvimento sustentável até 2000; Considera-se meios e modos que ajudem a comunidade internacional a responder eficazmente aos problemas ambientais; definem-se perceções partilhadas de questões ambientais e

reforço e alargamento da capacidade de identificar, avaliar e relatar riscos que possam causar danos irreversíveis aos sistemas naturais. Para tal, terá que se cooperar com organizações não-governamentais e iniciar uma reforma institucional assente na cooperação com o Banco Mundial como veículo de financiamento multilateral pois, “(...) estes podem garantir políticas e projetos ambientais sólidos. E o FMI<sup>21</sup>, como financiador de ajustamento estrutural deve suportar objetivos mais amplos do que os atuais incluindo- crescimento, objetivos sociais e impactos ambientais” (WCED, 1987:77). Tal reflete o ímpeto para uma “economia internacional reestruturada onde formas tradicionais de soberania nacional levantam problemas quando confrontados como o management de produtos globais e os recursos que estes partilham” (WCED, 1987:82).

A sustentabilidade, nesta perspetiva, é retratada como “propriedade do sistema social que permite responder às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras” (Carmo,2011:213 citado de Carla Pinto, 2014:148), conferindo ao desenvolvimento um limite estabelecido pela ideia de futuras necessidades. Assim, a ideia de desenvolvimento sustentável é perpassada por dois conceitos chave: “o conceito de necessidades, principalmente as necessidades dos mais pobres devem ser considerados prioritárias; e a ideia de limitações impostas pelo estado da tecnologia, organização social e a capacidade ambiental em satisfazer necessidades presentes e futuras” (WCED,1987:6).

## **2.2- Desenvolvimento sustentável pós-ECO-92**

Como evidencia Redclift (2006:71), é a partir da Conferência das Nações Unidas de Rio de Janeiro (1992)<sup>22</sup> que o conceito de sustentabilidade ganha força através dos vários discursos que circunscrevem o conceito. Pode afirmar-se que é a partir de 1992 que se constitui o modelo de eleição para o tratamento de questões relacionado com a mudança climática, proteção da diversidade biológica, conservação das florestas e mares e recuperação de áreas desertificadas. Tal é evidenciado na Figura 6 exposta seguidamente.

---

geram-se esforços para a proteção e melhoria do ambiente; define-se uma agenda para ação tanto como objetivos ambiciosos para a comunidade local (1987:81).

<sup>21</sup> O Fundo Monetário Internacional é uma organização surgida em 1945, composta por 189 países, que no seu conjunto, sedimentam a cooperação monetária global, asseguram a segurança e estabilidade financeira, facilitam o comércio internacional, criam empregos, crescimento económico sustentável e reduzem a pobreza no mundo. Consultado online, no dia 03/03/2017, em <http://www.imf.org/external/about.htm>

<sup>22</sup> Resultado desta conferência: Declaração de Rio; “Carta da Terra”(apenas foi aceite pela UNESCO em 2000 após o estabelecimento em 1997 da Comissão da Carta da Terra que reuniu comunidades, universidades, ONG’s na sua elaboração); Declaração de Princípios sobre Florestas; Convenção sobre Diversidade Biológica; Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação; Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima e Agenda 21.

Figura 6-Discursos do Desenvolvimento sustentável

	“Carta da Terra”	Declaração de Princípios sobre Florestas	Convenção sobre Diversidade Biológica	Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima	Agenda 21
Conceito de DS	<p>Princípio 1. Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade;</p> <p>Princípio 2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor. Integridade ecológica;</p> <p>Princípio 5. Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação pela diversidade e pelos processos naturais que sustentam a vida. Justiça social e econômica.</p>	<p>Princípio 2 b) Os recursos florestais e áreas florestais devem ser geridas de forma sustentável para atender às necessidades sociais, econômicas, ecológicas, culturais e espirituais das gerações presentes e futuras.</p> <p>Princípio 6 e) As florestas naturais constituem também uma fonte de bens e serviços, e a sua conservação, gestão e uso sustentável deve ser promovida.</p>	<p>Artigo 1º- Objetivos (...) a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, mediante, inclusive, o acesso adequado aos recursos genéticos e a transferência adequada de tecnologias pertinentes, levando em conta todos os direitos sobre tais recursos e tecnologias, e mediante financiamento adequado essenciais para a realização dos objetivos desta Convenção.</p>	<p>Artigo 2º- Objetivo: 1-(...) o combate à desertificação e a mitigação dos efeitos da seca nos países afetados por seca grave e/ou desertificação, particularmente na África através da adoção de medidas eficazes em todos os níveis, apoiadas em acordos de cooperação internacional e de parceria (...) que tenha em vista contribuir para se atingir o desenvolvimento sustentável nas zonas afetadas; 2-A consecução deste objetivo exigirá a aplicação, nas zonas afetadas, de estratégias integradas de longo prazo baseadas simultaneamente, no aumento de produtividade da terra e na reabilitação, conservação e gestão sustentada dos recursos em terra e hídricos, tendo em vista melhorar as condições de vida (...).</p>	<p>Artigo 2º- O objetivo final desta Convenção e de quaisquer instrumentos jurídicos com ela relacionados que adote a Conferência das Partes é o de alcançar, (...) a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera num nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático. Esse nível deverá ser alcançado num prazo suficiente que permita aos ecossistemas adaptarem-se naturalmente à mudança do clima, que assegure que a produção de alimentos não seja ameaçada e que permita ao desenvolvimento econômico prosseguir de maneira sustentável.</p>	<p>Capítulo 2 Objetivos: (a)- Interromper e fazer retroceder o protecionismo, a fim de ocasionar uma maior liberalização e expansão do comércio mundial, em benefício de todos os países, em especial dos países em desenvolvimento; (b)- Providenciar um sistema de comércio internacional equitativo, seguro, não discriminatório e previsível; (c)- Facilitar, de forma oportuna, a integração de todos os países à economia mundial e ao sistema de comércio internacional.</p>

Fonte: Elaboração própria

Fundamentalmente, pós-ECO92, destacam-se três mudanças fundamentais no modo de *fazer-se* desenvolvimento. Primariamente sublinha-se que a ideia de desenvolvimento transmitida é um tipo de desenvolvimento construído em torno de indivíduos e não dos rendimentos que se possam alcançar. Tal posicionamento veio alargar e solidificar a “postura humanista” associada ao tipo de desenvolvimento que deve servir às pessoas e nunca ao contrário (Pinto, 2014). Nesta linha de análise evidencia-se um conceito de desenvolvimento sustentável que se começa a afastar do conceito de necessidades definido em Brundtland, de modo a realçar-se os direitos humanos e não-humanos implícitos no conceito de desenvolvimento (Redclift, 2006). Tal, fica contido no Princípio 3 da Declaração de Rio: “O direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades de desenvolvimento e de meio ambiente das gerações presentes e futuras” (ONU, 1992:1). Para alcançar-se este objetivo tem-se como requisito necessário a “(...) tarefa essencial de erradicar a pobreza, a fim de reduzir as disparidades de padrões de vida e melhor atender às necessidades da maioria da população do mundo” (ONU, 1992:1).

Assim, é em 1992, que a noção de equidade social é posta como condição de desenvolvimento sustentável e esta, por sua vez, poderá apenas ser alcançado através de uma agenda global de ação. Tal é sublinhado com a Agenda 21 que “(...) está voltada para os problemas prementes de hoje e tem o objetivo, ainda de preparar o mundo para os desafios do próximo século. Reflete um consenso mundial e um compromisso político ao nível mais alto no que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental” (ONU,1992:11). O documento reflete quatro áreas principais, sendo estas as seguintes:

1. Dimensões sociais e económicas- são discutidos, numa perspetiva da Rondada de Uruguai<sup>23</sup>, temas como a cooperação internacional para acelerar o desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento; e estratégias voltada especialmente para a eliminação de pobreza como condição de desenvolvimento sustentável;
2. Conservação e Gestão de Recursos para o Desenvolvimento- são discutidas questões de proteção atmosférica, desenvolvimento da agricultura e questões de biotecnologia; entende-se que é necessária uma rigorosa ordenação, planeamento integrado e uma gestão ecologicamente racional de recursos;
3. Fortalecimento do papel de grupos importantes- é discutido o reforço do papel das mulheres, jovens, indígenas; e evidencia-se a necessidade do fortalecimento dos trabalhadores e sindicatos, agricultores, comércio e indústria e papel da ONU e suas agências;

---

<sup>23</sup> A rondada de Uruguai (1986) é a maior reforma de comércio internacional, após o estabelecimento do sistema de comércio GATT (1947) pós segunda Guerra Mundial. O processo levou mais de sete anos e meio para ser completado e cobriu quase todo o comércio internacional (incluindo regulação das telecomunicações, do comércio de genes de arroz selvagem e tratamento para a SIDA). WTO, consultado online, no dia 6/04/2017, em [https://www.wto.org/english/thewto\\_e/whatis\\_e/tif\\_e/fact5\\_e.htm](https://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/fact5_e.htm)

4. Meios de implementação- são discutidos meios de financiamento, como deve acontecer a transferência de tecnologias e o funcionamento da ciência como promotor do desenvolvimento sustentável. É essencial desenvolver o potencial humano dos países em desenvolvimento pois “(...) um sistema comercial aberto, multilateral, que se apoie na adoção de políticas ambientais saudáveis, teria um impacto positivo sobre o meio ambiente, contribuindo para o desenvolvimento sustentável” (ONU, 1992:19).

Posto isto, é possível afirmar que o desenvolvimento sustentável se começa a solidificar em torno de uma gestão eficiente de uso e distribuição de recursos, pois este tem a capacidade de aumentar a produtividade e lucro e, simultaneamente, diminuir as tensões causadas ao meio ambiente. Torna-se cada vez mais nítido que o desenvolvimento sustentável deve ser trabalhado nas suas várias dimensões, no entanto:

as políticas sobre meio ambiente e as políticas sobre comércio devem reforçar-se reciprocamente. Um sistema comercial aberto e multilateral possibilita maior eficiência na alocação e uso dos recursos, contribuindo assim para o aumento da produção e dos lucros e para a diminuição das pressões sobre o meio ambiente. Dessa forma, proporciona recursos adicionais necessários para o crescimento económico, o desenvolvimento e para uma melhor proteção ambiental. Um meio ambiente saudável, por outro lado, proporciona os recursos ecológicos e de outros tipos necessários à manutenção do crescimento e ao apoio à expansão constante do comércio (...) (ONU, 1992:19).

Portanto, a “Agenda 21” destacou-se como o principal instrumento do século XX para combater a fome, doenças, analfabetismo, deterioramento dos ecossistemas e a satisfação das necessidades, e, em última instância, compromete-se “a elevar o nível da vida de todos, obter ecossistemas melhor protegidos e gerenciados e construir um futuro mais próspero e seguro” (ONU, 1992:11).

A segunda mudança ocorrida pós-ECO92 prende-se sobretudo com as dinâmicas causadas pela Convenção sobre a Diversidade Biológica (ONU, 1992). Esta realça outra mudança no modo de *fazer-se* desenvolvimento, isto é, reafirma-se uma espécie de controlo, engenho da natureza e expansão (artificial) dos limites naturais. Neste sentido, a conservação de ambiente foi traduzida como a “(...) utilização de componentes da diversidade biológica<sup>24</sup> de modo e em ritmo tais que não levem, no longo prazo, à diminuição da diversidade biológica, mantendo assim seu potencial para atender as necessidades e aspirações das gerações presentes e futuras” (ONU, 1992, artigo 2).

É nesta perspetiva que o desenvolvimento tem se tornado numa “estratégia de combate à escassez e domínio sobre a natureza para se gerar abundância material” (Shiva, 1991:4). Por outras palavras, a noção de desenvolvimento parte da premissa da acumulação de capital pela apropriação da natureza para a criação e manutenção de paz e estabilidade. Tal já foi evidenciado por Eccleshall quando admite

---

<sup>24</sup> Isto é, diversidade biológica significa a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas. (ONU, 1992:9)

que é através do uso de alta tecnologia que se tem gerado um controlo sobre a natureza sem antecedentes. Assim, “a condição de eliminar a pobreza e a labuta é um pré-requisito necessário para ultrapassar a luta do Homem consigo mesmo” (1975:9, citado de Shiva,1991:14).

Neste sentido, o discurso do desenvolvimento começa a solidificar-se em torno de uma “economia verde”, através da qual é possível atingir o melhoramento do bem-estar humano e igualdade social através de uma redução dos riscos ecológicos e limitações ecológicas. Tal discurso, abre portas à celebração da revolução verde como conquista política e tecnológica, sem precedentes na história<sup>25</sup> (Shiva, 1991) e o discurso sustentável deixa de ser retratado como fator de manutenção e melhoramento dos atuais recursos, para aparecer na “lógica de engenho de novas espécies” (Redclift, 2006:80).

Mais tarde, na tentativa de valorizar (literalmente) o meio ambiente, introduz-se o conceito de “serviços de ecossistemas” no vocabulário do desenvolvimento sustentável para se referir, “aos benefícios da natureza que surgem sob a forma de bens e serviços” (Sukhdev, 2007:12). É assim que no relatório intitulado “Towards a green economy pathways to sustainable development and poverty eradication” da PNUA (2011:16) é reafirmado que a economia verde “tem o potencial de ser o novo motor de crescimento, um gerador de empregos decentes e uma estratégia vital para eliminar a pobreza, sendo considerado uma das contribuições fundamentais para o desenvolvimento sustentável do vigésimo primeiro século”.

A última mudança a destacar prende-se com a contínua expansão do papel normativo do desenvolvimento sustentável veiculado por organismos internacionais, especialmente a ONU e agências especializadas. Como evidencia Pinto (2014:146) estes têm vindo a atuar como “agentes de mobilização internacional” na defesa deste tipo de desenvolvimento<sup>26</sup>. No entanto, é aqui considerado que é apenas em 1999 que o carácter normativo do desenvolvimento sustentável se reflete em objetivos concretos que estipulam uma “nova ética de conservação” (ONU, 1999:10)<sup>27</sup>. Isto é, os Objetivos do Milénio têm como intuito fundamental traduzir os seguintes valores em ações:

---

<sup>25</sup> No entanto, o desenvolvimento rural através da tecnologia inovadora reporta para 1940 quando sementes experimentais foram transferidas sobre o programa UNRRA e atividades relacionadas com o engenho de material genético foram iniciadas. Desde 1958-1962 são responsáveis por programas como o World Seed Campaign que teve a participação de 79 países membros da FAO. Entre 1974 e 1980 foram distribuídos cerca de 400,000 amostras de sementes por 140 países, por motivos experimentais. Entre 1979-80 a assistência de emergência incluiu um envio de 44,000 toneladas de sementes em 39 países (Phillips, 1981).

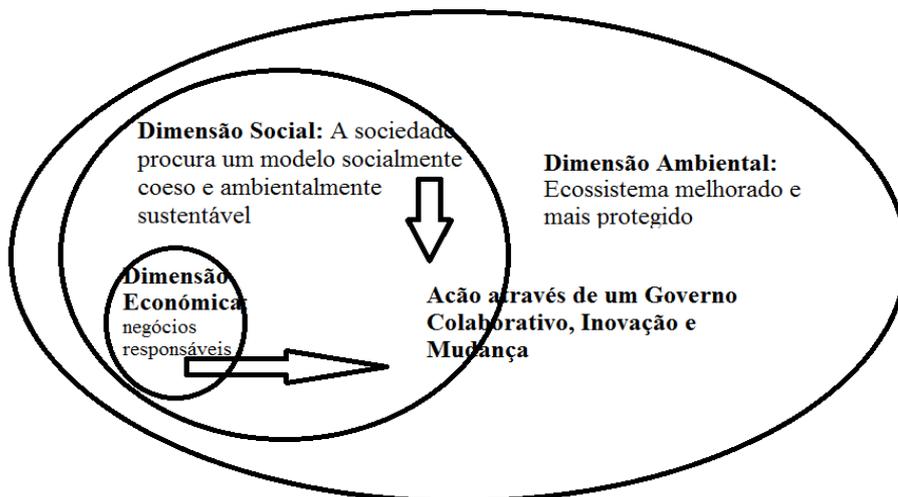
<sup>26</sup> A tal propósito ver a Figura 7 nos Anexos- Que evidencia os progressos associados ao trabalho da ONU 1972-2015.

<sup>27</sup> É em Setembro de 2000, que líderes de 189 Países se reuniram em Nova Iorque para reforçar a Declaração do Milénio, nomeando oito objetivos (quantificáveis e circunscritos no tempo) que deveriam ser cumpridos até 2015. Atualmente já foram definidos os novos Objetivos do milénio (2015-2030). Os novos objetivos, por sua vez, são vistos o *plano de ação para as pessoas, o planeta e prosperidade*, que são capazes de balançar as três dimensões da sustentabilidade. Os objetivos são 17 e tem por base os objetivos de 2000, procurando completa-los para alcançar “Um mundo livre de: pobreza, fome, doenças e penúria, de medo, de violência, de iliteracia. Um mundo

- **Liberdade-** Através da garantia dos direitos humanos que, por sua vez, são assegurados pela democracia participativa baseada na vontade popular;
- **Igualdade-** Principalmente através de uma garantia de direitos de igualdade de oportunidades;
- **Solidariedade-** A resolução dos problemas mundiais é obtida através de uma distribuição justa de custos e responsabilidades, de acordo com princípios de equidade e justiça social;
- **Tolerância –** É encontrada através de um diálogo intercultural e por relações pacíficas, no qual os seres humanos se respeitam mutuamente;
- **Respeito pela Natureza-** Resultado de prudência na gestão de todos os recursos e espécies, destaca-se a necessidade de mudança de padrões de produção e consumo;
- **Responsabilidade Comum-** Assenta na participação de todos os estados e deve ser exercida multilateralmente. Destaca-se a ONU pelo carácter universal e o grande poder de representatividade na gestão do desenvolvimento social e económico (ONU,1999:4).

É nesta perspetiva que a figura 9 evidenciada seguidamente pode ser representativa do paradigma de desenvolvimento sustentável concebido principalmente através do discurso associado à ONU e agências especializadas associadas.

Figura 9- As três dimensões da sustentabilidade



Adaptado de Nigel Roome, 2008, citado de Peeters,2011

com acesso a educação, cuidados de saúde e proteção social. Bem-estar social, mental e físico, acesso a água e saneamento, higiene melhorada, alimentação segura, acessível e nutriente. Habitats humanos devem ser seguros, resilientes e sustentáveis. Cada país deve desfrutar de um desenvolvimento económico inclusivo, sustentado e sustentável acessível a todos. Os padrões de consumo e produção devem ser sustentáveis”. Ver a Figura 8 de resultados obtidos através da Implementação dos objetivos de 2000-2015 .

Portanto, é através da ação conjunta da dimensão económica e da dimensão social que a inovação e mudança se perpetuam, melhorando, em última instância o bem-estar dos ecossistemas. Deste modo, a interdependência e conectividade das três dimensões é refletida e, através da responsabilização de atores sociais e negócios conscientes, satisfazer a demanda da população por um sistema social e ambiental mais sustentável (Peteeers,2011).

No entanto, como sublinha Carla Pinto (2014) os valores de cada dimensão podem ser conflituosos e entender como a integração de uma dimensão noutra acontece não é tarefa fácil. Isto é, a dimensão económica, que é guiada por valores como crescimento e eficiência, pode muito bem entrar em conflito com valores da dimensão social, que principalmente se prende com a justiça e coesão social. Naturalmente, os últimos dois valores podem também entrar em conflito com a terceira dimensão- a ambiental-, pois esta é tida como principal instância limitadora. Contudo, vale a pena sublinhar que todas as dimensões apresentam as suas limitações na sua ação (Pinto, 2015:150).

### **2.3- Críticas ao enquadramento e limites das dimensões**

Tal como evidencia Pinto (2014:152) são várias as críticas feitas a este modelo de desenvolvimento. A autora sublinha as seguintes críticas mais importantes nas recentes discussões:

- O que estamos a sustentar? Serão necessidades humanas? Mas como são estas definidas e por quem? Estaremos a tentar sustentar consumos? Que consumos? de que consumidores? Ou serão antes direitos que queremos sustentar? Mas direitos de quem? Que direitos? Serão apenas os direitos humanos, mas então e o resto da Vida no Planeta-animais, ecodiversidade? Como medir?

Como refere Herman Daly (citado de Redclift, 2006:66) o desenvolvimento sustentável é um “verdadeiro oxímoro”. Deste modo, a evolução da definição de desenvolvimento sustentável assente em necessidades humanas presentes e futuras é algo que foi definido na ausência de considerações sob o que é verdadeiramente o rumo desejado de todos. Além disso, o seu enquadramento pode ser algo que se evidencia como decetivo, pois, obscurece as complexidades e contradições implícitas das suas dimensões (Redclift, 2006:67). Nesta perspetiva, o conceito de desenvolvimento de necessidades apresenta duas contradições evidentes- a primeira é caracterizada pelo termo de necessidades em si, pois estas variam de geração para geração, podendo as necessidades futuras ser diferentes das atuais; e a segunda prende-se com a relatividade cultural das necessidades.

Outra crítica evidenciada prende-se com o antropocentrismo associado a este tipo de desenvolvimento, uma vez que apenas se centra nos “quereres humanos” (Robinson, citado de Pinto, 2014:153). Tal coloca a noção de sustentabilidade em forte risco de cair no vazio, pois a dimensão ambiental está a perder grande parte da sua dimensão limitante, ou como afirma Redclift (2006:76), os sistemas ecológicos perdem a sua capacidade moral para se tornarem em coisas que os estados ou supra-estados tenham que administrar. Para mais, como evidenciado com o discurso da economia verde, é na

mudança de termos discursivos que a noção de destruição causada pelas necessidades humanas perde grande parte da sua força discursiva “pois os impactos ambientais negativos de qualquer nível específico de consumo dependem da eficácia das tecnologias utilizadas para produzir o serviço” (ONU, 2005). Por outras palavras, quanto mais avançado for a tecnologia, a eficiência e o management associado, menor a destruição ambiental e melhor o bem-estar populacional. Tal também está patente num documento da FAO<sup>28</sup> no qual se demonstra que a revolução verde

Ensina-nos que a inovação tecnológica- sementes melhoradas e os *inputs* necessários para o seu crescimento- traz grandes benefícios para as pessoas pobres através de uma eficiência melhorada, mais rendimentos e preços alimentares mais baixos. Este ciclo vicioso de elevar a produtividade, melhorar a qualidade de vida e crescimento económico sustentável já aliviaram milhões de pessoas da pobreza (Evans and Gollin, 2003:20).

Paradoxalmente, como evidencia Vandana Shiva (1991:14) num estudo sobre a “tragédia de Punjab”<sup>29</sup>, apesar de ser tida como elo na concretização de desenvolvimento sustentável, a noção de “progresso verde” esconde várias outras facetas. O estudo de Shiva (1991:177) demonstrou como a revolução verde acarretou consigo uma “descampesinização do campesinato” em meados de 1980 na Índia. Assim, Shiva (1991) destaca que através do aumento dos custos de cultivo, a revolução verde produz carência e escassez; assenta em necessidades capitalistas que geram, em última instância, uma espécie de conhecimento ou “know-how” estruturalmente ligado à produção de desigualdades e técnicas de dominação.

Fato é que um reforço da produtividade tem um custo associado, e geralmente, está na linha de reorientação de controlo do produtor local (neste caso o campestino), para agências ou atores económicos altamente especializadas. Por exemplo, de 2007 para 2009 houve um aumento de 17% no preço dos cereais nas regiões da África Subsariana, o preço dos fertilizantes teve um aumento de 17% e o preço das sementes foi aumentado em 70% (Jarosz, 2014:168). Como consequência, constituem-se blocos hegemónicos de acumulação de capital e controlo sobre os recursos naturais essenciais à vida. São entidades como o Groupe Limagrain, Syngenta (que foi comprada pela China National Chemical Corp.

---

<sup>28</sup> A “Food and Agriculture Organization” é formada em 1945 para promover “common welfare” agindo, individualmente e coletivamente, sobre a necessidade de aumentar os níveis nutricionais e estilos de vida, assegurar o melhoramento na eficiência da produção e distribuição de toda a comida e produtos agrícolas; melhorar a condição de vida de populações rurais e consequentemente contribuir para a expansão de uma economia mundial. Consultado online, no dia 08/04/2017, em <https://www.loc.gov/law/help/us-treaties/bevans/m-ust000003-1288.pdf>

<sup>29</sup> A tragédia de Punjab é, no seu geral, o resultado trágico de uma experiência economicamente e politicamente centralizada na produção de alimentos, acompanhada por um alto desgaste de recursos (Shiva,1991).

por 43 bilhões<sup>30</sup>), Bayer (que recentemente comprou a Monsanto por 66 bilhões<sup>31</sup>), Dow Chemical e DuPont, (que estão previstos fundirem se por 130 bilhões<sup>32</sup>) que começam a solidificar cada vez mais uma espécie de “ecocracia”, que apenas se distancia da tecnocracia pelo management global “repleto de boas intenções” (Beck, 2015:158). A tal propósito destaca-se um estudo da Oxfam, 2013, que indica que as seguintes empresas- Associated British Foods, Coca-Cola, Danone, General Mills, Kellogg, Mars, Mondelez International (previamente Kraft Foods), Nestlé, PepsiCo e Unilever – faturam, combinados, mais de 1.1 bilhões de dólares por dia, sendo parte de uma indústria avaliada em 7 trilhões de dólares, sendo maior que o setor energético. Apenas a Nestlé, em 2010, reporta rendimentos superiores ao PIB da Guatemala ou Iémen (Oxfam, 2013:5<sup>33</sup>).

Tal processo acarreta uma nova conceção de natureza reduzida a um tipo de prestador de bens e serviços e, conseqüentemente, torna-se impossível retratar a alimentação como um direito humano, mas como bem comercial. Como conclui Shiva, o deterioramento de direitos humanos está estreitamente ligado a um fortalecimento dos direitos de propriedade privada, que têm vindo a substituir os direitos individuais e coletivos.

Para responder então à questão “o que é sustentado?” são vários os motivos que se pode dar para suportar que, de fato, estamos a sustentar consumos capitalistas e necessidades da classe elitista global. Conseqüentemente, desenvolvimento sustentável pode ser considerado como “discurso de legitimação de mercados, do crescimento continuado, da globalização e da desregulação financeira, da dominação por parte do conhecimento e tecnologia ocidental à custa dos saberes subalternizados e desvalorizados” (Pinto, 2014:153).

É assim, que se evidencia um modo de *fazer-se* desenvolvimento sustentável determinado em ignorar definições culturais de sustentabilidade, em favor da integração num sistema de conhecimento exclusivo associado a um paradigma científico dominante (Norgaard, 1988, citado de Redclift, 2006:68). À semelhança do que evidencia Beck (2015) esta posição é necessariamente contraditória a um posicionamento “natural”, pois não prescinde de um pensamento profundamente cientificado administrado por peritos, veiculado por técnicas e métodos com o potencial de quantificar a noção de progresso. E tal pode levantar outros problemas: veja-se, por exemplo, o sucesso atingido através da ação do primeiro Objetivos do Milénio de 2000- a ONU admite ter “produzido o movimento anti-pobreza melhor sucedido na história”, pois, aliviaram a pobreza extrema de 1 bilhão de pessoas desde

---

<sup>30</sup> Consultado online, no dia 10/04/2017, em <https://www.wsj.com/articles/u-s-security-watchdog-clears-43-billion-chemchina-syngenta-takeover-deal-1471844896>

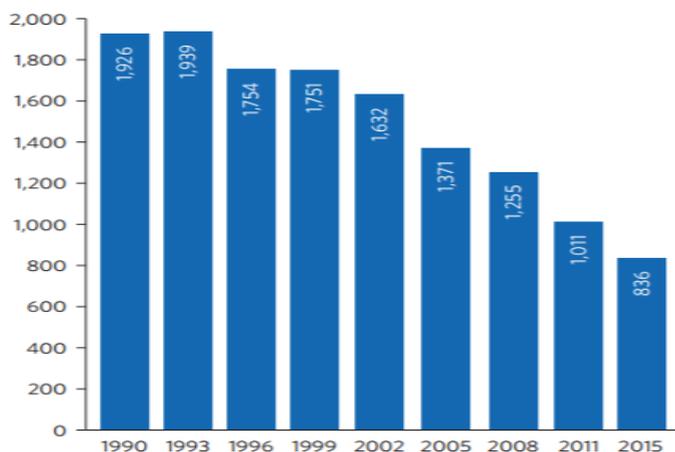
<sup>31</sup> Consultado online, no dia 10/04/2017, em <http://www.handelsblatt.com/unternehmen/industrie/agrarchemie-eu-vor-zustimmung-von-syngenta-uebernahme-durch-chemchina/19342086.html>

<sup>32</sup> Consultado online, no dia 10/04/2017, em <http://www.handelsblatt.com/unternehmen/industrie/dow-und-dupont-eu-billigt-fusion-der-chemiegiganten/19575578.html>

<sup>33</sup> Consultado online, no dia 10/04/2017, em <https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/bp166-behind-the-brands-260213-en.pdf>

1990<sup>34</sup>. Neste sentido, estes admitem terem alcançado o primeiro objetivo já em 2010. Assim, o número de pessoas que, globalmente, vive com menos de menos de 1,25 dólares ao dia<sup>35</sup> foi reduzido de 36% em 1990 para 15% em 2011 (ONU, 2015:14). No entanto, através da análise da figura seguinte emergem vários paradoxos e surgem algumas questões que podem fragilizar as dimensões que a ONU proclama ter alcançado:

Figura 10-Número de pessoas que vivem com menos de 1,25 dólares ao dia, globalmente, em milhões, 1990-2015



Fonte:ONU,2015

Assim, numa análise mais detalhada, é nítido que a redução da pobreza extrema entre 1990 e 1999 é considerável, mas sendo os objetivos apenas desenvolvidos em 1999, porquê é escolhido o ano de 1990 como data de comparação no cálculo dos resultados obtidos? É nesta linha de análise que Howard Friedman (2013) afirma que o desenvolvimento sustentável acelerado das dimensões dos objetivos teve início antes de 2000.

Neste sentido, destaca-se outro paradoxo- no relatório de 2015 a ONU proclama um “processo significativo na redução da fome, apesar do desafiante ambiente global” (2015:20). A mensagem é clara,-há o evidenciar de que se tem melhorado o acesso à alimentação-, no entanto, a FAO<sup>36</sup> em “Estado da insegurança alimentar global”, 2010, evidencia que, globalmente, a insuficiência alimentar<sup>37</sup> nunca foi tão elevada como no período entre 2008-09, apenas decrescendo a partir de 2010 fundamentalmente devido: “ao crescimento económico nos países em desenvolvimento e à queda dos preços alimentares

<sup>34</sup> Consultado online, no dia 12/04/2017, em [http://www.un.org/millenniumgoals/2015\\_MDG\\_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20\(July%201\).pdf](http://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20(July%201).pdf)

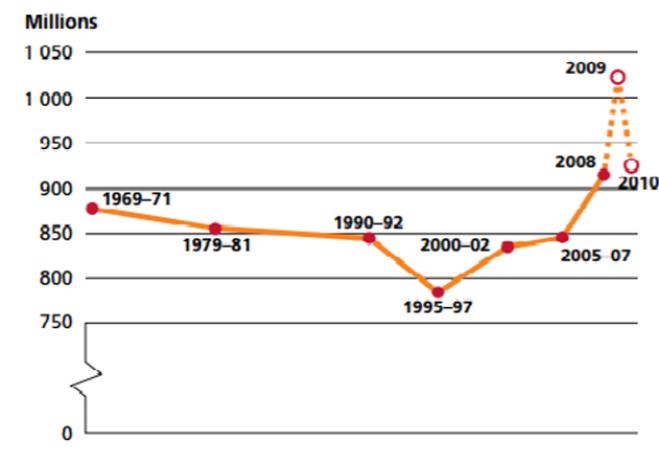
<sup>35</sup> Limite da pobreza absoluto antigo. Em 2015 é elevado para 1,9 dólares.

<sup>36</sup> Food Agriculture Organization é uma organização intergovernamental com 194 Estados Membros cujo objetivo principal é combater a insegurança alimentar e a malnutrição. A sua constituição foi constituída em 1945.

<sup>37</sup> Definição: Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, a todo momento, acesso físico e económico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e sã (FAO,1996, Plano de ação da Declaração de Roma).

globais desde 2008” (FAO, 2010:4). A figura 11<sup>38</sup> ilustra o que foi dito e encontra-se destacada seguidamente.

Figura 11-Número de pessoas subnutridas, globalmente, em milhões, 1969-71 a 2010



Fonte: FAO, 2010

Torna-se evidente que a crise de 2007-2008 deve ser encarada como fator para um aumento de insegurança alimentar. No entanto, tal não é evidenciado no relatório da ONU de 2015- a crise não parece ter desafiado a concretização do primeiro objetivo do milénio. Como explicar?

A tal propósito convém destacar que a FAO redefine os parâmetros de medição em 2012 e 2014 para melhor monitorização dos progressos alcançados e incorporação de dimensões que anteriormente não foram tidas em conta (FAO,2012)<sup>39</sup>. No entanto, autores como Pogge (2016) evidenciam que essas dinâmicas não correspondem a um verdadeiro progresso humanitário, mas, antes, a “efeitos cosméticos” que enalteçam o *status quo* dos progressos atingidos e melhoram a imagem da política global face aos ímpetus comuns da humanidade. Na presente dissertação admite-se, então, uma inconsistência na análise e cálculo de dados relativos a padrões de desenvolvimento na “família da ONU”.

A última crítica prende-se, então, com o reforço das relações de colonialismo e imperialismo associado a uma relação dinâmica entre o Norte e o Sul global<sup>40</sup>. Correlativo a tal é o designado “land Grabbing” e “water grabbing”, isto é, a compra e aluguer de terras desocupadas por parte de atores transnacionais poderosos ou atores económicos nacionais. Estes procuram espaço de cultivo de matérias primas, como carburante ou fonte de alimentos para futuros tempos de crise (Borras Jr. et al, 2011 :209). Dados demonstram que em 2009, um espaço de 20 milhões de terras agrárias- uma área que corresponde

<sup>38</sup> Consultado online, no dia 16/04/2017 em <http://www.fao.org/docrep/013/i1683e/i1683e.pdf>.

<sup>39</sup>Disponível online, consultado no dia 20/04/2017, em <http://www.fao.org/economic/ess/ess-fs/fs-methods/fs-methods1/en/>

<sup>40</sup> No entanto a nova relação Sul-Sul emergente não é de menosprezar, pois evidencia os ganhos substanciais de poder por parte de alguns países não-europeus, como o Brasil ou Qatar que têm evidenciado as mesmas relações de poder como no caso Norte-Sul (Borras et al, 2011:209).

a quase metade de toda a superfície agrária europeia- foi vendida ou alugada num período de seis meses (Allen, 200, citado de Jarosz, 2014:169). Mais de 70% desses negócios aconteceram em África, onde a fome é proporcionalmente mais elevada do que no resto do planeta e onde noções de terras não utilizadas ou desocupadas prevalece (World Bank, 2010<sup>41</sup>). Tal pode ser confirmado através da análise da figura 12, que indica onde, desde 2000, se registaram mais de 900 investimentos de grande escala; a Figura 13, que expressa os tipos de “water grabbing”; e a Figura 14, que evidencia que a fome contemporânea é encontrada, virtualmente, nas mesmas áreas do que os investimentos estrangeiros ocorreram entre 2000 e 2010<sup>42</sup>.

É nesta linha de pensamento que se situa a análise de Rosset (2008), pois este demonstra como, principalmente a partir da crise de 2007, nos situamos numa época de grande volatilidade do mercado associado à uma lógica especulativa dos investimentos em capital. A crise da tortilha mexicana de 2007, por exemplo, ilustra como a demanda por biocombustível americana se reflete na subida dos preços do mercado, deixando de ser possível assegurar segurança alimentar de pessoas locais.

Por outro lado, a lógica de exportação associada a mudança de controlo sobre terras e recursos naturais tende apenas a contribuir para o empobrecimento e “disempowerment” local. Como evidencia o caso das Filipinas- Em 2007 que o Governo aprova 2.2 milhões de hectares de terras agrárias para a produção de combustíveis agrários (mais de metade da produção de arroz local-SEARICE, 2008, citado de Rosset,2008:191). Assim, apenas têm a capacidade de produzir até 85% da necessidade total de arroz, não havendo outra possibilidade do que a importação; em 2008 um quilo de arroz correspondia a um dólar americano e a população global rural vive com menos de dois dólares/dia. Nesta linha de pensamento, destaca-se a Figura 15, que se encontra nos Anexos. A situação torna se ainda mais complicada quando se sublinha que que um terço da população global está dependente da agricultura de pequena escala (menos de dois hectares), que produzem cerca de alimentação suficiente para 2-3 biliões de pessoas, no entanto 60% de trabalhadores rurais vive em pobreza (Oxfam, 2013:2).

Conclui-se o presente capítulo evidenciando que para se ultrapassar as limitações do desenvolvimento sustentável associado à ONU, é necessário, entender o poder político do sector agrícola industrial e compreender como este está a provocar muitos dos problemas atuais. Como visto, existe a necessidade de relacionar as políticas alimentares com questões geopolíticas (Jarosz, 2014) e sublinha-se que o nível de fome mundial assenta numa falha do sistema alimentar global veiculado por interesses capitalistas e lógicas de exportação. Posto isto, como pode o serviço social então posicionar-se?

---

<sup>41</sup> Consultado no dia 25/04/2017. Disponível em [iab.worldbank.org](http://iab.worldbank.org)

<sup>42</sup> Encontram-se nos Anexos

## **CAPÍTULO 3- DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SERVIÇO SOCIAL: PONTOS DE CONVERGÊNCIA E TENSÃO**

Nesta dissertação entendeu-se que analisar as dinâmicas e os riscos atuais é algo que se revela pertinente quando se quer compreender o serviço social como profissão das sociedades modernas. Assim, tornou-se evidente que a complexidade societária emergente conduz o serviço social a reconhecer o problema ambiental e a eliminação de todas as formas de pobreza com os imperativos da sua agenda profissional.

Dito isto, neste capítulo tentar-se-á definir melhor os vários pontos de tensão e convergência entre as diversas teorias do serviço ecosocial (traçados no capítulo 1) e desenvolvimento sustentável (traçados no capítulo 2). Deste modo, conceptualiza-se os pontos positivos e negativos resultantes do relacionamento de desenvolvimento sustentável e o serviço social.

### **3.1- Os pontos de convergência**

Para entender como o desenvolvimento sustentável e o serviço social se compaginam é necessário, logo à partida, salientar que é dentro do paradigma eco-social<sup>43</sup> que nos deparamos com o desenvolvimento de noções e teorias que procuram integrar holisticamente os seres humanos na natureza. Nesta perspetiva, pode afirmar-se que são vários os paradigmas de ação, contudo, como expressam Närhi e Matthies (2014)<sup>44</sup> “estas noções devem ser radicalizadas de modo a poder acompanhar as dinâmicas da modernidade”.

Destaca-se assim que, para relacionar o serviço social com o desenvolvimento sustentável, deve entender-se os desafios atuais como problemas eco-sociais, perante os quais o verdadeiro desafio profissional se constitui em torno da transformação de uma “profissão domesticada” (Coaets, citado de Peeters, 2011) para se poder focar na mudança social estrutural e cultural. É neste sentido que Payne fala em “profissão transformacional” (citado de Peeters, 2011:12).

Da análise documental evidenciou-se que o desenvolvimento sustentável é principalmente associada a três dimensões de ação e análise. Como evidencia Pinto (2014), a incorporação de desenvolvimento sustentável na agenda do serviço social a nível micro é feita principalmente no âmbito do diagnóstico e da intervenção e baseia-se na integração dos problemas ambientais na compreensão dos problemas individuais e familiares. A nível meso, é destacado a intervenção nas organizações, através de responsabilidade individual, e o trabalho comunitário. Por último, a nível macro destaca-se a

---

<sup>43</sup> Como evidenciado no capítulo 1. No sentido geral do termo, isto é o conjunto de teorias em serviço social oriundas de saberes inspiradas em noções ecocríticas e da teoria geral dos sistemas (Närhi e Matthies, 2014). Válido para futura referência.

<sup>44</sup> Patente na “World Conference on Social Work, Education and Social Development”, 9-12 July, Melbourne, Australia. Consultado online, no dia 1/05/2016, em: [www.researchgate.net](http://www.researchgate.net).

intervenção através de “advocacy”<sup>45</sup>, a influência no processo político, a coesão social e a promoção da justiça ecológico-social. Também Carmo (2014:119) destaca três blocos de intervenção<sup>46</sup> considerados prioritários:

Figura 16. Blocos de intervenção prioritários

<p>Ao nível macro- Em termos políticos. Promover uma <i>cultura de solidariedade e recriar comunidade.</i></p>	<p>A nível meso- Em termos organizacionais. <i>Criação de parcerias autossustentáveis, particularmente no espaço educativo;</i></p>	<p>A nível micro- Em termos de relações grupais e interpessoais. Promover autonomia.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Através da ação socioeducativa e sociopolítica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contribuir para a regeneração do tecido social através da reestruturação dos sistemas de vinculação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dinamizar a autonomia, solidariedade e responsabilidade social (Eszaio,2010) dos sistemas-cliente através de uma ação permanente e intencional de advocacy e empowerment (Pinto,2012).</li> </ul>

Fonte: Carmo (2014:119)

É ainda de sublinhar que, nesta perspetiva, Carmo (2014) sugere uma “estratégia de educação da cidadania” como medida de empoderamento que deve ter em atenção dois eixos fundamentais- desenvolvimento individual (nível micro) e o desenvolvimento social (meso e macro). A nível individual destaca-se a definição de prioridades socioeducativas, “uma vez que não há desenvolvimento social sem qualificação das pessoas” (Carmo, 2014:120). Assim, tem-se a “educação para a personalidade” como medida que desenvolve indivíduos com identidades mais ricas; a “educação para a liderança” de modo a conferir características que possam autonomizar indivíduos; e a “educação para a democracia” a fim de capacitar indivíduos para viver em comunidade. Em termos meso, é afirmado que se deve estabelecer medidas que fomentem a criação de parcerias que possam estimular uma atitude de “humildade, de controlo do narcisismo pessoal, cooperativo e institucional em função do bem comum, e de inteligência emocional, recursos nem sempre disponíveis” (Carmo,2014:120). É deste modo que na linha de pensamento ecosocial, a intervenção individual e com famílias pode ser consolidada através de

<sup>45</sup> Ou advocacia. É um modelo de intervenção do serviço social que tem por característica a defesa dos direitos de todas as pessoas que são vítimas de exclusão ou de discriminação por parte da sociedade, das entidades políticas e governamentais, pelas instituições público ou privadas e muitas vezes pelos próprios pares (Mouro,2014:43).

<sup>46</sup> O conceito de intervenção social aqui empregue é visto como “processo social em que dada pessoa, grupo, comunidade ou rede social- a que chamaremos sistema-interventor- se assume com recurso social de outra pessoa, grupo, comunidade ou rede social- a que chamaremos sistema cliente-com ele interagindo através de um sistema de comunicação diversificada, com os objetivos de ajudar a suprir um conjunto de necessidades sociais, potenciando estímulos e combatendo obstáculos à mudança pretendida ” (Carmo,2014).

processos de criação de redes<sup>47</sup> e construção da comunidade<sup>48</sup>. Por outro lado, destaca-se a criação de redes como fator de aumento de capital social<sup>49</sup>. Nesta perspectiva, a profissão tem como intuito principal empoderar indivíduos de modo a contribuir para uma participação ativa na sociedade. Neste sentido, a intervenção ecosocial orientada para a mudança<sup>50</sup> tem como intuito preparar a profissão para ultrapassar dificuldades e trabalhar em condições que garantem um futuro sustentável (Peeters, 201:13). O empowerment destacado nesta perspectiva é expresso principalmente sob a forma de programas de treino e desenvolvimento de capacidades assentes numa melhor compreensão da relação entre homem, natureza e recursos. Estas ações devem ocorrer em paralelo com um processo de aprendizagem social contínuo de modo a sedimentar relações entre situações de vida e a degradação do ambiente (Peeters,2011).

Por último, em termos estruturais (nível macro) destaca-se o ímpeto de criar uma “cultura de solidariedade” ao sublinhar sentimentos de interdependência e recriar comunidades ao “restruturar sistemas de vinculação” (Carmo, 2014:119). Constitui-se assim um quadro normativo solidário (Carmo, 2014:119) que materializa a sustentabilidade em políticas.<sup>51</sup> Assim, destaca-se ainda a necessidade de criação e reforço de instituições de solidariedade internacional de modo a compensar problemas estruturais e incapacidade de acesso aos direitos humanos básicos (Peeters,2011:14). Neste sentido, a teoria ecosocial deve ser utilizada como lentes ecológicas que permitem responder à pobreza, as desigualdades estruturais, às injustiças socioeconómicas e aos problemas associados a interdependências globais limitados pelos recursos naturais (IASSW,2016). Assim, a profissão deve procurar uma intervenção que promove o desenvolvimento sustentável a nível estrutural. Ou seja, deve procurar-se uma ação que assenta no desenvolvimento equitativo para todos no mundo; uma distribuição equitativa e pertença de recursos naturais a população; a justiça ambiental e social para todos (IASSW,2016:5). Destaca-se assim uma faceta política profissional que implica uma cultura de serviço social internacional (Truell e Jones, 2012) que reconhece as consequências político-económicas e culturais da destruição ambiental.

---

<sup>47</sup> A abordagem da criação de redes em serviço social pode ser entendida como uma que se foca na qualidade e quantidade das ligações entre pessoas e não nas características das pessoas em si (Knoke e kuklinski, 1982, citado de Payne, 2014:188). Assim, retira-se a atenção dos problemas psicológicos e o foco nas necessidades para se sublinhar as ligações entre os mesmos, sendo possível fornecer-se uma explicação social do comportamento que complementa as explicações psicológicas (Kirke, 2012 citado de Payne, 2014:188)

<sup>48</sup> A intervenção comunitária em serviço social é um modelo de intervenção de largo espectro, uma vez que, podendo ter como epicentro um grupo, a finalidade é envolver toda a comunidade na construção de um projeto de desenvolvimento social e humano (Mouro, 2014:43).

<sup>49</sup> Capital social para Fukuyama(2000:36, citado de Carmo,2014;115) é visto como conjunto de valores informais ou normas partilhados pelos membros de um grupo e que permite a cooperação entre pessoas.

<sup>50</sup> Veja-se a figura 17 que se encontra em anexo

<sup>51</sup> Exemplos: políticas que apoiem a sustentabilidade da família, que estimulem a inclusão e justiça na escola, empresas ou comunidades, que promovam a paz e a cooperação nacional e internacional (Carmo, 2014:120)

Posto isto, pode-se destacar vários níveis e estratégias para uma intervenção orientada pela sustentabilidade em todos os três níveis (micro, meso e macro):

Figura 18 - Níveis e Estratégias da intervenção orientada para a sustentabilidade

Níveis	Estratégias
Empowerment individual e grupal	Através da consciencialização, capacitar os indivíduos e grupos a entenderem as contradições e desafios das estruturas e práticas sociais e agir para transformar
Resolução de conflitos	Reduzir os agravos e queixas entre pessoas ou grupos, reduzir relações de poder assimétricas entre grupos sociais diferenciais de poder
Formação de comunidade	Participação ativa e animação sociocultural, consciência das necessidades e do potencial das comunidades e atuações no sentido de desenvolvimento
Formação de instituições	Humanização das instituições e criação de novas que respondam melhor aos desafios e necessidades
Construção de nações	Integração nacional das instituições sociais, culturais, políticas, económicas aos vários níveis da organização política
Construção de regiões	Integração regional das instituições sociais, culturais, políticas, económicas aos vários níveis da organização política
Construção do mundo	Criação de um sistema internacional de relações sociais, políticas, económicas e ecológicas, com vista à paz e justiça social, defesa do planeta, defesa dos direitos humanos universais

Fonte: Estes, 1993:13, citado de Pinto, 2014:158

Na linha de pensamento de uma reintegração da natureza numa escala micro, ainda se pode destacar a análise de Heinsch (2012, citado de Pinto 2014:159) que inclui a natureza nos processos de diagnóstico e intervenção:

Figura 19- Natureza e Ambiente em Serviço Social

	Recomendação	Ação, exemplo
Avaliação diagnóstica	Ecodiagnóstico: como componente da avaliação psicossocial	Consumos de energia

	Animais de estimação: como parte da avaliação diagnóstica	Animais de estimação como importantes fontes de bem-estar; ligação de abuso aos animais de estimação e abusos a crianças ou idosos
A intervenção	Atividades baseadas na natureza: discussão sobre possíveis atividades na natureza para diminuir stress, sintomas depressivos ou aumentar contactos sociais	Passeios em jardins ou praias, joga ou tai-chi em jardins
	Natureza nos sítios quotidianos: falar com os indivíduos de modo a integrar a natureza no quotidiano	Cultivo de flores ou ervas aromáticas, importância de abrir janelas à luz natural
	Animais de estimação: discutir os benefícios e responsabilidades de possuir um animal de estimação junto a indivíduos	Ligação entre pessoas mais vulneráveis economicamente e prestação de serviços de saúde animal mais económicos e bancos de alimentação animal
	Natureza como terapia: usar atividades com base na natureza	Terapia assistida por animais, meditação guiada e relaxamento
	Natureza como parte do serviço: oportunidades de pessoas verem ou interagirem com a natureza enquanto visitam os serviços	Flores, aquários e imagens da natureza
	Consciencialização ambiental: facilitar empowerment individual e coletivos encorajando pessoas a diminuírem a pegada ecológica	Discutir com os clientes possibilidades de participação na criação de mudanças de melhoria ambiental
	Educação comunitária	Sensibilização e formação para os benefícios da saúde e bem-estar por estarem ligados a natureza; sensibilização da opinião pública para questões ambientais

Fonte: Heinsch 2012, citado de Pinto 2014:159

Nesta ótica construiu-se uma conceptualização que permite traçar uma relação clara entre os princípios de desenvolvimento, os saberes e práticas sustentáveis emergentes no serviço social. Ficam

assim, expostos vários pontos positivos que resultam da convergência normativa e axiológica evidenciada entre serviço social e desenvolvimento sustentável.

Figura 20- Desenvolvimento sustentável por princípios convergentes

Princípios do desenvolvimento sustentável identificados como fundamentais	Saberes e práticas sustentáveis emergentes no serviço social correspondentes
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os indivíduos estão no centro e têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza (Declaração de Rio,1992 principio 1);</li> <li>• Assegurar a participação de todos os cidadãos interessados. Os Estados irão facilitar e estimular a conscientização e a participação popular, colocando as informações à disposição de todos (Declaração de Rio, 1992, Princípio 10)</li> <li>• Criação de ferramentas eficazes e transparentes de informação aos consumidores e o apoio a métodos de produção mais limpos (Cimeira de Joanesburgo, 2002, Cimeira Mundial sobre o desenvolvimento sustentável)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço da capacidade dos indivíduos e novos espaços educativos para o individuo (Carmo, 2014)</li> <li>• Desenvolvimento da autonomia através do trabalho de advocacia e empowerment dos utentes a nível micro (Esgaio, 2014; Carmo, 2014; Pinto, 2014; Dominelli, 2013)</li> <li>• Estratégias de educação para a cidadania em todas as facetas (educação para a personalidade, capacidades de liderança e democracia) (Carmo,2014)</li> <li>• Processos de consciencialização dos próprios assistentes sociais atitude crítica, participação e adaptação (Dominelli,2013)</li> <li>• Desenvolvimento de capacidades: capacidade de prever; capacidade de adaptação; abertura de espírito, atenção vigilante, etc. (Granja, 2014);</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Para alcançar o desenvolvimento sustentável é necessário definir prioridades e metas (Cimeira de Joanesburgo, 2002, Cimeira Mundial sobre o desenvolvimento sustentável)</li> <li>• Elaboração de um plano prático destinado a dirigir à erradicação da pobreza e ao desenvolvimento humano</li> <li>• Definição de um plano normativo-elaboração dos Objetivos do milénio (2000-2015;2015-2030)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incorporação da missão do desenvolvimento sustentável na Agenda profissional (Peeters, 2011, IFSW, ICSW, IASSW)</li> <li>• Novos paradigmas de intervenção, nova compreensão da relação entre problemas sociais e ambientais (alargamento da perspetiva pessoa-no-ambiente):</li> <li>• Perspetiva ecosocial de Peeters,2011; Matthies,1993; Närhi,2004</li> <li>• Serviço Social ambiental- Integração dos princípios da Agenda de desenvolvimento sustentável (Lombard,2015)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Responsabilidade coletiva (Cimeira de Joanesburgo, 2002, Cimeira Mundial sobre o desenvolvimento sustentável);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Responsabilidade coletiva, cooperação, e inteligência emocional (Carmo,2014) estabelecimento de redes (Payne,2014; Peeters,2011)</li> </ul>

<p>(Declaração do milênio Resolução 55/2)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cooperação regional, nacional e internacional (Declaração de Malmö, 2000)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalho comunitário (Pinto, 2014;Peeters,2011; Mouro,2014) e recriar a comunidade (Carmo, 2014)</li> <li>• Intervenção em Organizações (Pinto, 2014)</li> <li>• Parceiras autossustentáveis (Carmo, 2014)</li> <li>• Empowerment a nível meso</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Solidariedade- princípios de igualdade e justiça social- (Declaração do milênio Resolução 55/2)</li> <li>• Equidade social (Cimeira de Joanesburgo, 2002, Cimeira Mundial sobre o desenvolvimento sustentável)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de sistemas de vinculação e uma Cultura de solidariedade (Carmo, 2014) serviço social ecológico-transcrição ecosocial das comunidades</li> <li>• Novos fins políticos do serviço social (Peeters, 2011)</li> <li>• Empowement a nível macro</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tolerância- respeito pela diversidade- (Declaração do milênio Resolução 55/2) e interdependência (Brundtland,1987)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Respeito pela diversidade</li> <li>• Sentimentos de interdependência (Carmo, 2014)</li> <li>• Ecofeminismo (Gaard e Gruen)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prudência e respeito pelo ambiente (Declaração do milênio Resolução 55/2)</li> <li>• Limites naturais e o seu possível controlo (Brundtland,1987)</li> <li>• Diversidade biológica (Convenção sobre Diversidade Biológica, 1992);</li> <li>• Nova ética de conservação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ética ambiental (Gray e Coates, 2012)</li> <li>• Justiça ambiental (Dominelli,2013)</li> <li>• Integração da natureza nos processos de intervenção e educação comunitária no sentido da melhoria ambiental e consideração da pegada ecológica (Heinsch,2012)</li> <li>• Serviço Social Eco Espiritual- espiritualidade na natureza</li> <li>• Advocacy a nível local, regional e internacional</li> <li>• Ecologia Profunda (Besthorn,2012)</li> <li>• Desenvolvimento de estratégias de mitigação práticas- Pragmatismo ambiental (Minteer e Manning)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uso da ciência e tecnologia para descobrir, evitar e combater riscos (Estocolmo, 1987, Princípio 18);</li> <li>• Avaliar serviços dos ecossistemas (Avaliação Ecosistêmica do Milênio, 2005)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Integração de atitudes sustentáveis no diagnóstico- Ecodiagnóstico (Heinsch,2012)</li> <li>• Serviço Social verde como tradutor de problemas e parte integrante à identificação do risco (Dominelli,2013)</li> </ul>

Fontes: Elaboração própria

### 3.2 Pontos de Tensão

Como foi visto no Capítulo 2, existem várias problemáticas associadas ao paradigma de desenvolvimento sustentável. Tal pode vir a sublinhar algumas fragilidades intrínsecas e limitações implícitos nas teorias do serviço ecosocial que se substanciam na abordagem do desenvolvimento sustentável. Como evidencia Wakefield (1996 citado de Pelech,2013:67), a teoria ecológica pode evidenciar-se como metáforas da prática, isto é, não pode ser um modelo para a prática pela falta de poder científico e explanatório. Também Meyer (1998) e Gitterman (1996) admitem que a perspectiva ecológica é apenas um modo de olhar para a prática e comportamento humano (citado de Pelech,2013:68).

Já Redclift (1993:3) admite que o conceito de desenvolvimento sustentável é “usado para veicular imperativos morais e humanos, e simultaneamente, adquire a legitimação através de imperativos biosféricos que vão além das sociedades humanas”. É deste modo que o autor proclama que os discursos sustentáveis são *metadiscursos*, isto é, as informações que este fornece podem apenas ser avaliados pelo próprio discurso, tornando-se paralelamente como um modelo para a interação humana, mas também um ponto de legitimação do próprio discurso (Redclift,1993:9). Numa perspectiva crítica é então argumentado que a ciência é parte do problema e simultaneamente parte da solução.

Assim, pode afirmar-se que o paradigma de desenvolvimento sustentável pode ser retratado como fator de naturalização do comportamento social cuja legitimidade lhe é conferida pela referência a leis naturais<sup>52</sup> (Redclift, 1993:9). No entanto com o atual “hipercrescimento da racionalidade científica/instrumental/ economicista” (Amaro,2015) sublinha-se cada vez mais a necessidade de superar e controlar os limites impostos pela trama de riscos contemporâneos. Deste modo, o foco é colocado na relação entre o paradigma de desenvolvimento sustentável e as “novas realidades materiais virtuais”<sup>53</sup> (Redclift,1993). Como menciona Hajer (citado de Giddens,2000:57-58) a modernização ecológica despreza a nossa relação com o avanço científico e as nossas respostas ao risco, afirmando: “(...) ciência e a tecnologia invadiram o corpo humano, e redesenharam a fronteira entre o que pode ser possível de ser alcançado pelo humano e o que simplesmente temos que “aceitar” da natureza. Como observa Dobson (1998:242 citado de Redclift, 2006:79) nem o conceito de sustentabilidade nem justiça social possuem significados concretos, e tal, abre o caminho a legitimação de um conceito em termos do outro conceito. Neste sentido, admite-se que dentro do serviço ecosocial defendem-se imperativos de justiça social, mas, simultaneamente, não se reconhece que esse problema têm uma magnitude e dimensão que lhes escapam profissionalmente (Granja,2014). Desta forma, é adequado perguntar se os conceitos de ambiente e sustentabilidade são ainda categorias válidas contemporaneamente (Redclift, 2006).

---

<sup>52</sup> Isto é, pela referência a limites externos impostas nas sociedades humanas.

<sup>53</sup> Isto é, produto de um progresso científico e tecnológico, que acarreta uma espécie de nova consciência sobre o possível controlo da natureza (Redclift,1993)

Destacam-se assim diversas mudanças e impossibilidades de ação para a profissão imbuída pela sustentabilidade a diversos níveis:

A- (im)possibilidades de mudança a nível individual

Ao nível micro o indivíduo autónomo, solidário com respeito a diversidade e democracia é a base da mudança. Mas, para tal acontecer, é necessário o progresso do cidadão. Tal como afirma Carmo (2014:117) “qualquer programa de educação para a cidadania deverá ter em conta, que para se ser cidadão, é necessário cada um desenvolver-se como pessoa, isto é, fazer desdobrar o seu potencial individual”. No entanto, podemos afirmar que a cidadania como identidade sociopolítica pode apresentar-se como muito volátil pelo fato de não se poder traçar um balanço evidente entre deveres e responsabilidades; pela existência de incompatibilidades entre direitos cívicos, políticos e sociais; pela problemática associada ao relacionamento harmonioso de problemas de esferas divergentes, pela alienação de serviços público; e pelo paradoxo evidenciado por Marshall entre cidadania e classe social<sup>54</sup> (Heater,2004).

A autonomia, por sua vez, pode aparecer como outra face do individualismo e tal leva à consideração de uma vertente falaciosa no discurso de autonomia, pois esta noção pode levar à responsabilização individual das pessoas sem uma consideração clara de questões estruturais (Amaro,2015:229). Entende-se assim que o futuro é incerto, mas depende de decisões presentes e evitar um risco é tomar a decisão acertada- aquela que elimina a possibilidade de concretização de uma “perda potencial” (Luhmann,1993:20). Neste sentido, mais do que que nunca, o indivíduo deve ser dotado de uma “capacidade preventiva” (Geco,1993:200 citado de O’Malley 1996) e ter informação suficiente sobre as consequências da sua ação<sup>55</sup>. É também esta a linha de pensamento de Amaro (2015:241) quando evidencia o “desafio da prevenção e da proatividade” - O serviço social como gestor do risco acarreta uma natureza preventiva na solução de problemas, no entanto, é necessário o desenvolvimento de competências prospetivas e, com isto se tornar mais proativo na resolução de problemas.

Tais dinâmicas podem levar o assistente social a considerar o seu conhecimento como insuficiente ou não adequado ao novo contexto em questão, sublinhando cada vez mais a insegurança ontológica (Amaro,2015) destacada anteriormente. Salienta-se então várias tensões sentidas na esfera de potencialização do próprio profissional, que podem colocar o serviço social em risco de ocupar cada vez mais uma posição científico-burocrática<sup>56</sup>.

---

<sup>54</sup> Igualdade associada à cidadania é compatível com a desigualdade associada à classe social. Os direitos associados à cidadania são, e evoluíram nesta ordem, cívicos, políticos, sociais. Assim a cidadania, torna-se arquiteta de uma legitimação de desigualdade. (Citado de Heater,2004:114)

<sup>55</sup> Estas são as bases do modelo intitulado de teoria do “ator social racional”. Esta é aqui contestada pois a realidade é demasiado complexa e incerta.

<sup>56</sup> Centrado em princípios e pressupostos empirista advindos de procedimentos e guias com finalidades metodológicas; é centrado nos resultados e eficiência e eficácia da gestão dos casos; o individuo deve se adaptar ao establishment; valorização da neutralidade e da engenharia social (Amaro,2015:117)

## B. (im)possibilidades de mudança na comunidade

A comunidade é o eixo referencial de ação profissional e pode ser vista como “agregado social com um conjunto de interesses vitais comuns, com uma elevada densidade social, traduzida numa forte consciência de pertença que necessita de uma proximidade geográfica que permite uma estruturação sólida de tais interesses” (Carmo,2007:80, citado de Esgaio,2014:205) <sup>57</sup>. Já Healy (2012, citado Esgaio,2014:206) além da proximidade territorial menciona outros dois fatores- a comunidade de base associativa e comunidade de base identitária. A primeira é marcada pelo envolvimento em organizações e associações e a segunda pela partilha de um código de valores, tradições, problemas, interesses, formas de comportamento e estilos de vida.

Os assistentes sociais, na linha de pensamento da intervenção comunitária para as pessoas, devem então desenvolver noções de partilha de “espaço” através de bases “associativas” ou “identitárias”. Assim, os assistentes sociais são responsabilizados a garantir funções previamente asseguradas pelas comunidades ou família (Granja,2014) e, simultaneamente, devem superar os condicionalismos associados aos novos e velhos riscos (Carvalho e Pinto, 2014).

Ora se o serviço social é o resultado do modo como a sociedade e os estados estão organizados (Carvalho e Pinto,2014:23) tais mutações afetam todo o projeto de emancipação da profissão pois:

- A constante mudança social dificulta a construção de uma cultura sustentável e identidade de rede (“desafio da instabilidade”) dos atores e da intervenção territorial (Amaro,2015:244);
- A ideia de os assistentes sociais necessitarem de encontrar alternativas laborais e pelo fato de que a própria profissão estar em transformação. Assim “pede-se ao assistente social que seja também capaz de assumir individualmente o risco sobre o seu próprio destino e a sua competência para encontrar nichos de prosperidade no mercado de trabalho” -“desafio do empreendedorismo” (Amaro,2015:242);
- Mesmo em contexto hostil, o assistente social deverá humanizar os serviços, as relações e a vida, não perdendo o foco da sua ação: o outro, isto é a pessoa, família, comunidade, território: “desafio da humanização” (Amaro,2015:244);
- “Desafio da resposta às necessidades de segurança”- a incerteza contemporânea é refletida na insegurança laboral, financeira, afetiva, de proteção social dos próprios assistentes sociais. Tal torna o processo de securizar o outro num desafio profissional (Amaro,2015:244);

---

<sup>57</sup> Contrastando com a definição antiga- é definida por Carmo (2007:79, citado de Esgaio, 2014:205) de seguinte modo “a comunidade é uma forma de vida antiga que se desenvolveu a partir da agregação de famílias num mesmo espaço, caracterizando-se por uma coesão social baseada em laços de sangue, amizade de costume ou fé.

Como visto, para responder aos novos desafios o assistente social, deve alinhar as suas atividades ou programas com iniciativas de desenvolvimento que integrem o ambiente nas dimensões humanas (Lombard, 2015;487). É, também necessário alargar e melhorar as relações com a ONU, outras agências especializadas e com variados stakeholders (governo, *entrepreneurs*, media e com a sociedade civil) (IASSW,2016). No entanto, o diálogo proposto pode-se ser associado a perspectivas divergentes ou valores conflituosos dos vários participantes no processo de desenvolvimento comunitário e pode acarretar dimensões hierárquicas (por exemplo, entre os stakeholders e assistentes sociais). Nesta linha de análise Connelley, Markey e Roseland (2011) distinguem desenvolvimento comunitário a dois níveis, sendo estes:

Figura 21- Diferentes níveis de desenvolvimento comunitário

	Desenvolvimento Comunitário sustentável fraco	Desenvolvimento Comunitário sustentável forte
Pressupostos	Antropocêntrico; Indivíduos Racionais.	Biocêntrico; Direitos bióticos; Ação coletiva.
Papel da economia	Crescimento económico.	Desenvolvimento qualitativo baseado na comunidade.
Problema e respetiva solução	Problema da oferta; Tecnocrático; Uso de avaliações sobre impactos ambientais; análise de custo/benefício; Eficiência.	Problema da demanda; Relações sociais, descentralização de pequena escala; Autossuficiência.

Fonte: Connelley, Markey e Roseland (2011)

É neste sentido que Amaro (2015:244) evidencia o “desafio da multidisciplinaridade” - a afirmação do espaço profissional só pode ser feita no diálogo e na relação com outros campos profissionais. Igualmente Granja (2014) admite que em serviço social se valoriza o envolvimento e a participação das populações nas ações, a sua integração nos movimentos sociais, mas ao mesmo tempo, devem contrariar as estratégias de sobrevivência das populações enquanto se confrontam com pressões de outros segmentos sociais que avaliam as ações e políticas desenvolvidas. Assim, a profissão terá de afirmar a sua especificidade e, simultaneamente, não se fechar aos parceiros profissionais, como admite Granja (2014).

Neste sentido, a necessidade de integração de questões estruturais na consideração do contexto de intervenção comunitário acarreta uma dimensão organizacional assente no “desenvolvimento de competências de gestão organizacional e de qualificação de colaboradores da atuação, produtos e serviços” (Esgaio, 2014:214) alargando, deste modo, os alcances técnicos da profissão.

Assim, pode-se dificultar o “cumprimento da demanda social” (Amaro,2014) e a questão da “responsabilidade coletiva” (Carmo,2014) pode ser alienada pela falta de “relações de proximidade”

(Granja,2014:70) e “capacidade de empatia” (Núncio,2014:279) na sociedade contemporânea. Ocorre desta forma, ao que Amaro (2015;124) destaca como o “risco de desmobilização e descrença nas possibilidades da atuação profissional”. Tal pode colocar a mudança social em perigo, pois esta depende da capacidade dos movimentos sociais e das relações de força estabelecidas (Granja,2014). Por outro lado, os assistentes sociais querem ajudar a formação dos atores coletivos, a ação comunitária, mas perdem-se com frequência na emergência de respostas parciais e singulares e para as quais podem contar com recursos escassos (Granja,2014). Neste sentido, é igualmente inegável que a atividade profissional se desenvolve ao sabor das políticas sociais, com reduzida capacidade de influenciarem mudanças sociais significativas (Granja,2014:69). É neste sentido que ser agente de transformação social poderá ser perder parte da sua força.

Dito isto, ao longo da dissertação tornou-se evidente que em muitas das recentes discussões relacionadas com o desenvolvimento comunitário sustentável se têm inscrito a profissão na linha de pensamento de desenvolvimento comunitário fraco, pois, o papel da economia continua a ser central e não se tem vindo a assumir um posicionamento suficientemente crítico capaz de por em questão causas estruturais de opressão e marginalidade.

#### C. (im)possibilidades de mudança na conquista de novas intenções políticas

Neste nível de análise coloca-se o foco na recriação de uma cultura de solidariedade, no ensino da democracia e no desenvolvimento de coesão social (Carmo,2014:120). Igualmente, destaca-se a formação de uma nova emancipada ação humana sobre a natureza. Promover a sustentabilidade prende-se com a manutenção de condições de paz e estabilidade através de um management global de recursos, necessidades em termos de acesso aos bens e serviços naturais, melhoramento e conservação da biodiversidade, lutar contra o aquecimento global e situações de escassez ou labuta. Em serviço social sublinha-se a vertente política profissional para poder enfrentar desafios internacionais como:

- Envelhecimento global e aumento das migrações
- Maiores pressões sobre ambiente e economia, esgotando o atual modelo de desenvolvimento
- Agravamento de situações de exclusão social e de pobreza à escala global, aumentando a instabilidade e a violência (Carmo,201:125)

A coesão social, numa perspetiva de necessidades, implica então declarar guerra às injustiças estruturais e combater as fontes de penúria na sua raiz. Neste sentido, pode-se afirmar que a emancipação da pobreza global e a fome é um dos imperativos categóricos do serviço social contemporâneo internacional. Como afirma Besthorn (2012:12) se o serviço social quiser fazer parte da solução de problemas globais é “imperativo que este reconheça o problema da insegurança alimentar”.

No entanto, como afirma Deepack (2014:161) o objetivo de erradicar a insegurança alimentar<sup>58</sup> requer uma análise cuidada dos fatores presentes e passados, que ajudaram a consolidar essas injustiças globais. A tal propósito destaca-se a análise de Rosset (2006):

1. Efeitos cumulativo de três décadas de neoliberalismo (liberalização, corte nas despesas públicas, desregulação, privatização);
2. Falta de sistemas de produção locais que foram substituídos por exportações agrárias estimuladas por subsídios do Governo a companhias industriais-agrárias;
3. Criação de dependência ao mercado global, alteração artificial do preço dos alimentos;
4. Por pressões do FMI e do Banco Mundial os governos autorizaram a venda de reservas de cereais do setor público. O resultado é uma margem minimal entre reservas e demanda alimentar aumentando a volatilidade de mercado;
5. Diferentes padrões de consumo alimentar (como a elevada preferência por produtos lácteos e carnes);
6. A recente especulação financeira associada a alimentação.
7. Boom no uso de agro-combustíveis.

Destaca-se, assim, que a performance sustentável inspirada na reflexão sobre as causas estruturais de fome, pobreza ou opressão apresenta dimensões muito complexas, extremamente difíceis de analisar. Além deste fato, destaca-se a falta de consciência sobre o assunto, a dificuldade de analisar a imersão do serviço social no otimismo da modernidade relativo ao crescimento perpétuo e o infinito consumo material, a falha na tentativa de definir segurança alimentar como parte profissional e a dificuldade de justificar essa luta como questão de justiça social ou direito humano básico (Besthorn,2012:3).

Neste ponto, pode-se afirmar que o discurso de desenvolvimento sustentável associado à ONU não consegue escapar à estrutura neoliberalista ancorada na economia ambiental<sup>59</sup>. Simultaneamente, evidencia-se uma relação entre o discurso da segurança alimentar proliferado pela ONU e FAO e às iniciativas de segurança alimentar de Stakeholders Globais, como é demonstrado na Figura 22 (que se encontra nos Anexos). Assim, é indicado que, a sustentabilidade continua a assentar na simples noção de *desejos do consumidor*, ou como menciona Pearce (1989:8, citado de Redclift,1993:13) “sabe-se que capital natural é valioso porque os indivíduos estão dispostos a pagar para preservá-lo”. Assim, pode constituir-se um desenvolvimento sustentável que apenas sublinha o paradoxo assente no não reconhecimento das verdadeiras consequências da degradação ambiental (Redclift,1993:12), mas no cálculo preciso do custo da restauração ambiental, valorizada em termos monetários.

---

<sup>58</sup> É a falta de acesso físico, social ou económico à alimentação (FAO), consultado, no dia 1/04/2017, online em [www.fao.org](http://www.fao.org)

<sup>59</sup> A economia ambiental fundamenta-se em dois aspetos: considera a destruição de recursos como uma contribuição do bem-estar (por exemplo, a devastação da floresta amazónica é vista como fator de aumento do PIB nacional). Igualmente, os custos de reparação da degradação ambiental são vistos como um contributo positivo para o PIB nacional (Redclift, 1993).

Como foi salientado, entender o que é a sustentabilidade em tempos de pós-sustentabilidade pode ser algo que se revela intrinsecamente paradoxal, no entanto, necessário, pois, da consideração não cuidada sobre todos os fatores relacionados podem surgir mais formas de exclusão e marginalização social. É nesta linha de pensamento que se destaca a seguinte Figura.

Figura 23- Tensões derivadas dos princípios de desenvolvimento sustentáveis

Princípios do desenvolvimento sustentável identificados como fundamentais	Tensões sentidas
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os indivíduos estão no centro têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza (Declaração de Rio,1992 principio 1);</li> <li>• Assegurar a participação de todos os cidadãos interessados. Os Estados irão facilitar e estimular a conscientização e a participação popular, colocando as informações à disposição de todos (Declaração de Rio, 1992, Princípio 10)</li> <li>• Criação de ferramentas eficazes e transparentes de informação aos consumidores e o apoio a métodos de produção mais limpos (Cimeira de Joanesburgo, 2002, Cimeira Mundial sobre o desenvolvimento sustentável)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dicotomia entre deveres e responsabilidades;</li> <li>• Paradoxos entre Direitos civis, políticos, sociais ambientais;</li> <li>• Incompatibilidades entre diversas formas de relacionamento humano;</li> <li>• Novos conflitos internos;</li> <li>• Fragilidade de conceitos: Cidadania (Heater,2004);</li> <li>• Autonomia (Amaro,2015): Responsabilização individual perante riscos associados a problemas estruturais (acarretando a insegurança ontológica)</li> <li>• Desafio da prevenção e da proatividade (Amaro, 2015:241)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Para alcançar o desenvolvimento sustentável é necessário definir prioridades e metas (Cimeira de Joanesburgo, 2002, Cimeira Mundial sobre o desenvolvimento sustentável)</li> <li>• Elaboração de um plano prático destinado a dirigir à erradicação da pobreza e ao desenvolvimento humano</li> <li>• Definição de um plano normativo-elaboração dos Objetivos do milénio (2000-2015;2015-2030)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Etnocentrismo (Granja,2014)</li> <li>• Antropocentrismo (Granja,2014)</li> <li>• Problemas das necessidades (e a sua definição)</li> <li>• Relativismo cultural</li> <li>• Fragmentação societária</li> <li>• Posicionamento científico-burocrata (Amaro, 2015)</li> <li>• Questões de hegemonia e distribuição de poder</li> <li>• Inibidor de mudança pela noção de adaptação (Hudson,2000 cit de Pelech 2013:68)</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Responsabilidade coletiva (Cimeira de Joanesburgo, 2002, Cimeira Mundial sobre o desenvolvimento sustentável); (Declaração do milénio Resolução 55/2)</li> <li>• Cooperação regional, nacional e internacional (Declaração Ministeral de Malmö, 2000)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dependente da capacidade dos movimentos sociais e das relações de força estabelecidas (Granja,2014).</li> <li>• Desafio da instabilidade dos atores e da intervenção territorial (Amaro,2015:244)</li> <li>• Desafio da multidisciplinaridade-</li> <li>• Alienação dos serviços públicos (Heater,2004)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Solidariedade- princípios de igualdade e justiça social- (Declaração do milénio Resolução 55/2)</li> <li>• Equidade social (Cimeira de Joanesburgo, 2002, Cimeira Mundial sobre o desenvolvimento sustentável)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Princípios de ampla definição</li> <li>• Justiça social como legitimação do discurso de desenvolvimento sustentável e vice-versa (Redclift,2006)</li> <li>• Falta de profundidade e perspectivas críticas</li> <li>• Estagnação no desenvolvimento pela falta de uma clara reconsideração dos seus pressupostos basilares (Pelech,2013:68)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tolerância- respeito pela diversidade-(Declaração do milénio Resolução 55/2) e interdependência (Brundtland,1987)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fragmentação societária em entidades “competidoras”</li> <li>• Outras formas de sentimentos de pertença</li> <li>• Falta de relações de proximidade (Granja,2014:70) e capacidade de empatia (Núncio,2014:279)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prudência e respeito pelo ambiente (Declaração do milénio Resolução 55/2)</li> <li>• Limites naturais e o seu possível controlo (Brundtland,1987)</li> <li>• Diversidade biológica (Convenção sobre Diversidade Biológica, 1992);</li> <li>• Nova ética de conservação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ética ambiental como discurso de legitimação de imperativos biosféricos?</li> <li>• Fascismo ambiental (a justiça social subordinada a sustentabilidade)</li> <li>• Metáfora da prática</li> <li>• Modo de olhar para a prática</li> <li>• Pós-sustentabilidade (Redclift,2006)</li> <li>• Maiores pressões sobre ambiente e economia, esgotando o atual modelo de desenvolvimento (Carmo,201:125)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uso da ciência e tecnologia para descobrir, evitar e combater riscos (Estocolmo, 1987, Princípio 18);</li> <li>• Avaliar serviços dos ecossistemas (Avaliação Ecossistémica do Milénio, 2005)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Perfil de desenvolvimento comunitário sustentável fraco associado a valores como eficiência e managerialismo Connelley, Markey e Roseland (2011);</li> <li>• Know-how técnico (Shiva,1991)</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"><li>• Metadiscorso (Redclift,2006)</li><li>• Efeitos cosméticos (Pogge,2016)</li><li>• Relações neocolonialistas</li></ul>
--	--

Fonte: Elaboração Própria

Conclui-se este capítulo afirmando que é imperativo para o serviço social procurar estratégias de emancipação através da cooperação em diferentes domínios da sociedade civil que rejeitam o enquadramento dominante de desenvolvimento sustentável. Assim sendo, na tentativa de definir a alimentação como um direito humano e facilitar a sua inclusão na agenda do serviço social é seguidamente proposto o enquadramento de La Vía Campesina.

## CAPÍTULO 4- ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Em qualquer processo de investigação a metodologia assume um papel fulcral e serve como evidenciado por Norman Blaikie (2000: 8) como etapa fundamental no evidenciamento das “técnicas e procedimentos usados para confrontar e analisar dados”.

O objetivo principal da presente dissertação é entender como o serviço social está a incluir noções de desenvolvimento sustentável na sua intervenção e diagnóstico. Para a conceptualização e contextualização dos termos, tomou-se por referência a análise dos contributos de conhecimento proveniente de autores como Besthorn (2012), Peeters, J., (2011), Dominelli (2013), Närhi (2004), Matthies (2014) e Carla Pinto (2014) não só pela pertinência académica que lhes é atribuída no campo em questão, mas também pela sua relevância que assumem para responder a questões centrais da presente dissertação. Este estudo da literatura serve, como evidenciado por Strauss e Corbin em 1990, para o aumento da sensibilidade para o tratamento de dados, pela representação de realidades que podem ser úteis para o próprio estudo, conhecimento teórico e filosófico como inspiração, criação de perguntas exploratórias para cobrir questões da própria pesquisa (citado de Flick, 2014:77).

Este estudo exploratório segue a lógica da abordagem de investigação qualitativa<sup>60</sup> através do método indutivo<sup>61</sup> que permite estipular generalizações sobre a operacionalização da sustentabilidade pelo serviço social.

Após a formulação da pergunta de partida inicial<sup>62</sup> (como está o serviço social a incluir o desenvolvimento sustentável na sua intervenção e diagnóstico?) e a análise documental foi possível delimitar o objeto de estudo a elementos core. Assim, depois de evidenciar a preocupação central do trabalho, nomeadamente, as convergências e tensões entre o conceito de desenvolvimento sustentável veiculado pela ONU e serviço social contemporâneo, considerou-se interessante analisar conceções de desenvolvimento sustentável, desta vez proveniente das demandas das organizações sociais. Tal é considerado pertinente uma vez que a ontologia adaptada nesta tese pressupõe conceptualizar o conceito de desenvolvimento sustentável através da construção de conhecimento por seleção e construção (Schütz); estipula-se que se é capaz de encontrar medidas de emancipação aos riscos sociais e ambientais

---

<sup>60</sup> O enquadramento da investigação qualitativa é dado por pontos-chave. Alguns destes são a adequação dos métodos e teorias com o objeto de estudo; a consideração da subjetividade e diversidade das perspetivas dos participantes; a inclusão da reflexividade do investigador; e a construção da realidade como fundamento, sendo o texto considerado material empírico (Flick, 2014).

<sup>61</sup> A indução realiza-se em três etapas (fases): “a) observação dos fenômenos - nessa etapa observamos os fatos ou fenômenos e os analisamos, com a finalidade de descobrir as causas de sua manifestação; b) descoberta da relação entre eles - na segunda etapa procuramos por intermédio da comparação, aproximar os fatos ou fenômenos, com a finalidade de descobrir a relação constante existente entre eles; c) generalização da relação - nessa última etapa generalizamos a relação encontrada na precedente, entre os fenômenos e fatos semelhantes, muitos dos quais ainda não observamos (e muitos inclusive inobserváveis)” (Marconi e Lakatos,2003).

<sup>62</sup> A pergunta de partida serve, como evidenciado por Quivy e Campenhoudt (2005:44), como “primeiro fio condutor da investigação. [...] deve apresentar qualidades de clareza, de exequibilidade e de pertinência”.

através da representação da realidade encontrada no contacto com a mesma (construtivismo radical de Glasersfeld); e considera-se que o conhecimento do mundo pode ser veiculado por artefactos (construtivismo social). Por outro lado, a análise também é considerado muito pertinente, uma vez que, as organizações sociais têm vindo a ganhar grande importância no desenho de políticas ambientais (como evidencia a noção de subpolíticas em Beck (2015 [1986])<sup>63</sup> e trazem consigo a possibilidade de uma construção coletiva de uma ideia de “nós” (Melucci,1989:26, citado de Starr, 2000:482). Além disso, os problemas ambientais apresentam fortes dimensões supra-nacionais (, J. Hogenboom, A. P.J. Mol, G. Spaargaren,2000) e portanto, para parar os avanços da mudança climática requerer-se, o que Beck (2015) designa de uma política ambiental transnacional<sup>64</sup>.

Assim, na lógica de preenchimento dos novos “espaços políticos”, visa analisar-se La Vía Campesina (LVC)<sup>65</sup> e o modelo de soberania alimentar por eles proposto. Tal é considerado importante pois, esta organização é considerada na linha de pensamento de uma subpolítica e é associada a processos de globalização contra-hegemónicos, uma vez que, tem sido através da pressão e advocacia da maior organização de camponeses que se está a consolidar novos direitos e um enquadramento de desenvolvimento sustentável baseado nos pedidos da população rural. A peculiaridade desta organização- e o que a torna conceptualmente diferente de outras- é a ação simultânea de luta por direitos e acusação das falhas e limites dos mesmos. Assim, constitui-se um movimento social que *localiza* alguns dos direitos humanos mais fundamentais (Claeys,2012) e expõem a necessidade de tomar uma postura crítica e de rejeição de modelos hegemónicos de desenvolvimento.

Considera-se, assim a hipótese desta dissertação: A soberania alimentar pode ser um paradigma de emancipação no serviço ecosocial. Consequentemente, as dimensões do objeto são as seguintes: novas dinâmicas e riscos associados à globalização e o que estas significam para o serviço social; os conceitos de desenvolvimento “cima-para-baixo”, ou “baixo-para-cima”; as várias interpretações do

---

<sup>63</sup> O conceito fundamenta-se então na possibilidade de representação política fora da instituição nacional parlamentar, ou seja, surgem atores globais cujo campo de ação é transnacional e cuja intervenção é pontual. Uma vez que esta intervenção é “bem-sucedida” a subpolítica pode ativar a política nacional de modo a abranger novos objetivos, temas e interdependências. (Beck, [1986]2015: 178).

<sup>64</sup> Que deve ser resultado dos esforços do Governo, da ONU, mas também ONG’s. É neste sentido que as dinâmicas ambientais contemporâneas tem vindo a provocar uma metamorfose da política e da sociedade (Beck,2015:70), no sentido de criar novos *espaços* políticos.

<sup>65</sup> La Vía Campesina (LVC) foi formalmente estabelecida em 1993 após a primeira Conferência Internacional, tida em Mons, Bélgica, que envolveu a participação de quarenta e seis membros representativos de organizações sociais com um objetivo em comum- parar a consolidação da reforma rural neoliberal, estabelecida pelo General Agreement on Tariffs and Trade (GATT) e a finalização da Rondada de Uruguai (Annette Aurélie Desmarais and Paul Nicholson, 2016). Atualmente este movimento social junta globalmente 200 milhões de camponeses, agricultores de pequena e média escala, indivíduos sem-terra, indígenas, migrantes e agricultores e compreende mais de 164 organizações sociais de 79 países. Consultado online em <https://viacampesina.org/en/who-are-we/what-is-la-via-campesina/>. Consultado no dia 10/08/2017.

conceito de desenvolvimento sustentável como prática emancipatória; novos espaços políticos e um enquadramento de novos atores globais, nomeadamente La Vía Campesina e a soberania alimentar. Os objetivos específicos desta tese são explorar o discurso de justiça ecológica e os direitos não humanos; explorar o conceito de soberania alimentar e o enquadramento de direitos de camponeses proposto pela LVC; entender como o serviço social pode operacionalizar o direito a soberania alimentar; desenhar estratégias possíveis em serviço social integradas no modelo da soberania alimentar.

Dito isto, no processo investigativo, considera-se que o investigador deva estar imerso no contexto social que decide estudar e, portanto, assume um papel ao que Blaikie (2000:8) designa de “insider”. Neste enquadramento, afasta-se das considerações separadas dos fenómenos sociais, sublinhando-se a necessidade de estabelecer relações interpessoais. Igualmente, uma vez que se pretende conceptualizar uma definição de desenvolvimento sustentável contra-hegemónica e pós-colonial, foi necessário entender os dados recolhidos na linha de descrição da realidade. Isto é, como evidencia Blaikie (2000), a explanação do mundo pode ser feita através de “ideais-tipo” construídos à partir da própria observação do quotidiano.

Assim sendo, sublinha-se que se procurou motivações, opiniões e informações fora da esfera de atuação profissional quotidiana do serviço social. Tal é feito com o intuito de experienciar pessoalmente a mobilização social e a construção de laços sociais por parte da LVC.

Neste sentido evidenciam-se seguidamente os momentos que constituem a observação:

- 1- Conferência de imprensa, que envolveu a participação de Vandana Shiva<sup>66</sup>, Corinne Lepage<sup>67</sup>, Emille Gaillard<sup>68</sup>, Hans Herren<sup>69</sup>, Ronnie Cummins<sup>70</sup>, André Leu<sup>71</sup>, Nnimmo Bassey<sup>72</sup>, Renate Künast<sup>73</sup>, e Mindi Schneider<sup>74</sup>;
- 2- Sessão de abertura da Assembleia Popular: “Um Século de Ecocídio e Genocídio”, que teve como subpontos:
  - 2.1- “Posse sobre a Vida”- Que teve a participação de Vandana Shiva “Patentes sobre sementes e tentativa de possuir a vida”; Percy Schmeiser<sup>75</sup> “Agricultores vs Monsanto”; Fernando Cabaleiro<sup>76</sup> “ Aliança dos cidadãos contra os patentes sobre a vida da Monsanto”;
  - 2.2- “Envenenamento da Vida”- Que teve a participação de André Leu “Porquê estão a envenenar as nossas crianças?”; Hans Herren “Agricultura sem pesticidas”; Stephanie

---

<sup>66</sup> Fundou Navdanya em 1999, um movimento indiano nacional que procura proteger a diversidade e integridade de recursos vivos, especialmente de sementes nativas, agricultura orgânica e fair trade. Times Magazine chamou a de “heroína ambiental” em 2003, Forbes Magazine em 2010 identificou a como uma das sete mulheres mais poderosas no mundo.

<sup>67</sup> Advogada desde 1975 especializada em questões ambientais. Antiga Ministra do Ambiente e membro do Parlamento Europeu de 2009 a 2014. É presidente Honorária do “Independent Committee for Research and Information on Genetic Engineering” (CRIIGEN).

<sup>68</sup> Ensina direito privado e autora da tese “Future Generations and private law. Towards a law of future Generations”, 2008, o qual foi premiado pela Academia de Ciência Moral e Política em 2010. Atualmente ensina Lei ambiental internacional e Direitos Humanos em França (Sciences Po Rennes).

<sup>69</sup> Presidente e CEO do “Millenium Institute” e presidente e fundador da “Biovision”. Coordenador do Capítulo de Agricultura do Relatório da PNUA sobre Green Economy Report, 2011 e do Relatório “On the Ecological Bases of Food Security” 2012. Foi selecionado como “High Level Consultation on Hunger Food Security and Nutrition” no desenvolvimento da Agenda pós-2015.

<sup>70</sup> Diretor Internacional da “Organic Consumer Association”, e a sua organização-afiliada- Via Orgânica. Também é membro do Comité da “Regeneration International” que procura reverter o aquecimento global e a pobreza rural. Co-autor do livro ““Genetically Engineered Food: A Self-Defense Guide for Consumers.””.

<sup>71</sup> Presidente da IFOAM Organics International e Membro fundador do “Regeneration International”. Escreveu entre outros o livro “The Myths of Safe Pesticides”.

<sup>72</sup> Ambientalista e ativista, liderou o “Friends of the Earth International” de 2008 a 2012; Diretor executivo de “Environmental Rights Action” e da “Health of Mother Earth Foundation”. Premiado pelo “Right Livelihood Award” e “Raft Prize”.

<sup>73</sup> Política alemã pertencente ao partido “Os Verdes”, Ministra Federal de Agricultura, Alimentação e Proteção do Consumidor entre 2005 e 2013, membro do Bundestag.

<sup>74</sup> Professora de Estudos Agrários, Alimentares e Ambientais em Haia no ISS.

<sup>75</sup> Agricultor Canadano, nascido em 1930. Planta a sua própria semente desde 1946. É visto como símbolo de resistência à agricultura industrial.

<sup>76</sup> Pertencente a “Nature of Rights Argentina”; Advogado Argentino.

Seneff<sup>77</sup> “Toxinas e autismo”; Marcelo Firpo<sup>78</sup> “Contaminação de pesticidas no Brasil e os efeitos na saúde”;

2.3- “Ataque aos agricultores e agricultura”- Que teve a participação de Nnimmo Bassey; Charito Medina<sup>79</sup>; Farida Akhter<sup>80</sup>; Ali Tapsoba<sup>81</sup>; Nivia Silva<sup>82</sup>;

2.4- “Ataque aos Cientistas e Ciência”- Que teve a participação de Clair Robinson<sup>83</sup>; Shiv Chopra<sup>84</sup>; Gilles Eric Séralini<sup>85</sup>;

3- Workshop intitulado “Campanha Para Reclamar a Soberania Popular, Desmantelar Poder Corporativo e Parar a Impunidade”. Organizado em conjunto, por LVC; Global Justice Now e FIAN (Food First Information and Action Network);

4- Workshop intitulado “(Novos) OGM, TNC’s e o Direito dos Camponeses à Soberania Alimentar”. Organizado por FIAN, LVC e TNI (Transnational Institute);

5- Sessão de apresentações sobre o tema “ Ataque à Democracia e leis que permite proteger o planeta e a liberdade da nossa alimentação”, que teve como subpontos:

5.1 Ronnie Cummins “ labelling OGM e a US DARK act”; Nina Holland<sup>86</sup> “As ferramentas e truques nos processos de Lobby da Monsanto”;

6- Sessão de apresentações sobre o tema “Novas estratégias corporativas para a extensão do controlo sobre as nossas sementes, alimentação e planeta”. Teve a participação de:

6.1- Vandana Shiva “ O *Poison Cartel*, Bill Gates e novas tentativas de controlar as sementes e a alimentação”; e Xiulin Gu<sup>87</sup> “A fusão de Chem China”.

---

<sup>77</sup> Cientista no MIT, doutorada em engenharia elétrica e ciências computacionais.

<sup>78</sup> Doutorado em Engenharia. Cientista no “Study Center of Workers Health and Human Ecology of the National School of Public Health, at the Oswaldo Cruz Foundation”.

<sup>79</sup> Coordenador do MASIPAG, Filipinas; Membro do “National Organic Agriculture Board” do Departamento de Agricultura.

<sup>80</sup> Ativista feminista e advoga pelos movimentos de agricultura biológicos baseados na biodiversidade. Diretora executiva de múltiplas organizações no campo, incluindo UBINIG.

<sup>81</sup> Ativista de direitos humanos; membro fundador e presidente de TERRA A VIE; representante da “The Citizens Collective for Agroecology” e o coordenador dos “International GMO Resistance Meetings”.

<sup>82</sup> Movimento sem Terra (MST) e LVC

<sup>83</sup> Editora no GMWatch.org. Publicou “Os mitos e verdades sobre OGM”, 2015.

<sup>84</sup> Enquanto microbiologista canadiano esteve envolvido num dos maiores casos de whistleblowing do sector público no país. Publicou “Corrupt to The Core”.

<sup>85</sup> Professor de biologia molecular na Universidade de Caen, França. Membro de duas comissões governamentais relacionados com OGM desde 1998 a 2007.

<sup>86</sup> Corporate Europe Observatory.

<sup>87</sup> Professora de economia na Universidade de Yunnan, China; Professora Associada na Universidade de Pequim, China.

7- Mesa redonda “Ações e Coalizões Concretas”, nomeadamente, “Ir em Frente-Estratégias Para Construir Poder Popular”. Organizado pela LVC; TNI, FOEI (Friend of the Earth International”, FIAN.

8- “Sessão Planetária” e relatórios dos workshops.

A técnica de recolha de dados é a pesquisa documental, observação participante (assistir painéis e conferências), pesquisa no terreno (participação em workshops e mesas redondas) e uma entrevista semidiretiva<sup>88</sup> explorativa a um membro da LVC Europa. A entrevista foi apenas realizada juntamente com Sandra Moreno, pois considerou-se interessante focalizar as opiniões de um membro da LVC ativo nos processos de instituição dos Direitos dos Campesinos junto à ONU<sup>89</sup>. O registo da observação participante e da pesquisa do terreno consistiu no registo audiovisual. Para a conceptualização dos termos, quer o conteúdo da observação participante, quer o da participação em workshops e mesas redondas, foi submetido a uma análise de conteúdo.

Deste modo, visa-se responder às seguintes subperguntas desta dissertação: Pode o paradigma da LVC ser retratado como ferramenta para a luta contra causas estruturais de injustiças, perpetuação da pobreza, fome e degradação ambiental no serviço ecosocial? Quais os vários tipos de intervenção e estímulo? Pode o paradigma da LVC representar a concretização de uma ideia sustentável para serviço social?

---

<sup>88</sup> Que se centra-se em perguntas guias, relativamente abertas (Quivy, R. & Campenhoudt, L. V., 2008)

<sup>89</sup> Sandra Moreno participa nos processos desde 2013. É membro do Sindicato Andaluz de Trabalhadores e Trabalhadoras. Pertence e coordena a LVC Europa.

## CAPÍTULO 5- OS PARÂMETROS DE CONCRETIZAÇÃO DE UMA IDEIA SUSTENTÁVEL NO SERVIÇO SOCIAL- LA VÍA CAMPESINA

### 5.1- A procura de processos de desenvolvimento “campesinos” sustentáveis

Através da análise dos dados obtidos, pode-se afirmar que grande parte da conceptualização campesina de desenvolvimento sustentável é encontrado na resposta divergente à questão: como alimentar o mundo?

Na perspectiva de Hans Herren (IFOAM) foi evidenciado que

Em relação a [esta]tua pergunta, pode a agricultura alternativa alimentar o mundo, ou precisamos da Monsanto e outros pertencentes à agricultura industrial para alimentar o mundo? Talvez, se dissermos “alimentar” o mundo. Mas se dissermos “nutrir” através de comida de qualidade, a longo prazo, então absolutamente não. É um escândalo ou uma tragédia, que o rendimento a curto prazo, e o exemplo está em todas estas fusões de empresas multinacionais ocorridas recentemente, triunfa sobre a sustentabilidade de longo termo e a sobrevivência da humanidade (...). Como diz Shiva “devemos aumentar a saúde por hectare e não as calorias.

Sublinhou-se, assim, uma grande interdependência entre as dinâmicas do setor agrário industrial e os riscos sociais, ambientais, económicos e culturais da atualidade. Neste sentido, a LVC, em conjunto com outras organizações da sociedade civil salientaram principalmente:

- a necessidade de defender a agricultura sustentável de pequena escala e defender uma reforma agrária baseada na mobilização social e na acusa das falhas e limites do enquadramento dominante. Tal também foi evidenciado na Assembleia por Nivia Silva (MST e LVC) quando afirma que:

existe uma expropriação em absoluto dos recursos naturais, terra, biodiversidade e água por parte das empresas multinacionais. É importante saber que para entendermos os ataques sobre a agricultura e os camponeses devemos focar três processos históricos: o capitalismo industrial, a revolução verde e os processos de capital financeiro na agricultura. Isso significa uma rotura da relação ecológica e social do campesinato com a agricultura;

- a rejeição das condições económicas e políticas que estão por detrás de dinâmicas insustentáveis, pois, as atividade neoliberais impostas pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial (World Bank)<sup>90</sup>, são retratadas como as causas da deterioramento das condições sociais, ambientais, culturais e económicas atuais; e os tratados comerciais vinculativos são vistos como a principal causa para a contínua pauperização dos agricultores rurais, da degradação de recursos naturais e da acumulação de capital por empresas transnacionais. Ou como evidenciado por Fernando Cabaleiro (Nature of Rights Argentina) quando afirma:

no nosso país [Argentina] a agroindústria mudou o modo de produção- em vez de produzirmos alimentos estamos a produzir bens comerciais e tal tem graves consequências para a saúde. Tal, por sua vez, causa reações negativas em cadeia e evidencia-se um detrimento das condições socioeconómicas. A

---

<sup>90</sup> Como os programas de ajustamento central.

concentração da terra e o despejo de indígenas tem consequências visíveis, como o aumento da taxa de cancro.

Igualmente destaca-se o exemplo do Brasil onde um processo de neocolonização é observável junto ao campesinato- neste processo favorece-se o desenvolvimento de recursos para exportação. As consequências são drásticas, veja-se a concentração de terra dos camponeses: quase 50% dos camponeses brasileiros têm menos de 10 hectares e estes possuem menos de 0.9% das terras. Outra consequência é o aumento de concentração dos centros urbanos. No Brasil há 50 anos apenas 36% das pessoas viviam nos centros urbanos, hoje são 85% a morar em centros destes. Tal significa que hoje vivemos a agricultura completamente afastada da natureza do consumo alimentar. Resultado é uma agricultura artificial (Nivia Silva, MST).

- O ímpeto para a definição de novos direitos junto à ONU. Como indicado por Sandra Moreno (LVC)

(...) Os camponeses e camponesas reivindicam os seus direitos, querem que estes sejam visíveis, e por isso, sugerimos vários processos e propostas que avançam tal reivindicação; Não nos defendemos apenas, mas propomos também. Assim propomos que esta arquitetura da impunidade, apoiada pelas instituições financeiras a nível internacional, deve acabar. A violação de direitos, os crimes contra os direitos humanos são vividos no campo: os camponeses são os primeiros a sofrer as consequências.

### **5.1.1- Dois elementos da luta pela sustentabilidade: Direito dos Camponeses e a Soberania Alimentar**

Na participação do Workshop<sup>91</sup> acentuou-se que quase metade das pessoas no planeta são camponesas, e portanto, a saúde e segurança do sistema alimentar depende do bem-estar dos camponeses e de uma agricultura sustentável de pequena escala (LVC, 2009)<sup>92</sup>. Isto é, a violação dos direitos dos trabalhadores rurais, jovens, crianças e camponeses danifica diretamente a capacidade de produzir alimentos suficientes para o mundo (LVC, 2009). Assim, a LVC sublinha a necessidade de criar um instrumento que possa respeitar, proteger, concretizar e manter os direitos dos Camponeses<sup>93</sup> junto das Nações Unidas (no entanto, o início deste processo pode ser atribuído aos esforços de uma união de trabalhadores rurais da Indonésia -Serikati Petani Indonesia- membro da LVC<sup>94</sup>).

---

<sup>91</sup> “(Novos) OGM, TNC’s e o Direito dos Camponeses à Soberania Alimentar”. Organizada pela FIAN, LVC e TNI. Foi discutido como constituir poder popular e constituir novos direitos.

<sup>92</sup> Declaração dos Direitos dos Camponeses. Adaptado em 2009 pelo comité de coordenação Internacional da LVC

<sup>93</sup> Utilizando o vocabulário da LVC, um Camponês é “Um homem ou mulher de um território, que tem uma relação direta e especial com o território e natureza, obtido através da produção de comida e/ou produtos agrícolas. Os camponeses trabalham no campo, dependem de agricultura familiar e/ou outras formas de organização laboral de pequena escala. Tradicionalmente estes estão sedimentados na comunidade local e cuidam da paisagem rural local e dos sistemas agro-ecológicos. Pode ser aplicado a qualquer pessoa que se ocupe de agricultura, criação de gado, pastorícia ou um atividade relacionada com a área rural. O termo é igualmente aplicado a indígenas que trabalham no campo ou a trabalhadores rurais sem terra”. De acordo com a definição da FAO de 1984 (LVC, 2009)

<sup>94</sup> Foi sistematizado e encontra-se em anexo. Ver Figura 24.

Apesar dos esforços de implementação dos direitos dos camponeses durante um período de dezasseis anos, milhões de camponeses são ainda forçados a abandonarem as suas terras em função de chamado *land-grabbing*. Além disso, o Estado tem continuado a ignorar muitas das dinâmicas do setor agro-industrial, incluindo a existência de trabalho precário, escravo, forçado e infantil (LVC, 2009). As mulheres e crianças são as mais afetadas, pois, continuam a ser marginalizadas em termos de acesso a terra e discriminadas no processo de tomada de decisão. Na Assembleia foi evidenciado que a violação dos direitos dos camponeses é de tal maneira extensa que existe uma crescente criminalização dos camponeses. Como o afirma Nívia Silva (LVC, MST)

A criminalização dos povos que lutam pelos seus direitos associada à crescente monopolização de capital e uma impunidade estrutural relacionada as transnacionais continua a violar direitos humanos. Precisamos de mesas redondas, plataformas múltiplas com diversos organismos, espaços de comunicação para ONG, políticos, estudantes, vítimas de violação de direitos humanos. Para poder garantir autonomia a sociedade civil e parar os abusos das transnacionais é preciso trabalhar numa estrutura jurídica, vinculativa que regule o trabalho de empresas, que dê devida proteção, justiça e reparação as vítimas de violação de direitos humanos. Deste modo, talvez seja possível definir regras claras, que por exemplo, responsabilizem os bancos e os sistemas financeiros que ajudam a definir esta nova crise; ou que estipulem penalidades.

Assim, pode-se afirmar que a necessidade de redefinir instrumentos legais surge, em grande parte, da contínua expansão do papel de transnacionais na produção de políticas insustentáveis. Como afirma um membro da “Global Justice Now”:

Hoje em dia 69 das 100 economias mais poderosas são empresas, então é só uma questão de tempo que seja de 100%. A função do Governo não é satisfazer as empresas. Todas as campanhas de justiça social levam a um ponto concreto: existe poder corporativo por detrás de políticas sociais insustentáveis. É necessário desafiá-las e, para tal, necessitamos de um tratado vinculante.

Como foi observado através da participação no Workshop intitulado “Campanha para a soberania popular, dismantlar poder corporativo e parar a impunidade”, foi nítido que a definição de direitos e medidas jurídicas vinculantes são as principais ferramentas que permitem o impedimento da contínua tomada de influência por parte de transnacionais em Governos e políticas sociais através de tratados comerciais. Como afirmou Moreno (LVC),

o título desta Campanha surgiu de um estudo de um ano de muitas ONG internacionais no qual se tenta desenvolver novos tipo de apoio à lutas locais e uma nova espécie de solidariedade. (...) Esta campanha apresenta vários espaços, mas o mais significativo é o tratado vinculante com as Nações Unidas que pretende responsabilizar as multinacionais em matéria de violação de direitos humanos. Uma espécie de pedra milhar vinculante. Isto é, aquilo que temos hoje nas Nações Unidas são processos para o “business

and human rights”<sup>95</sup> não são vinculantes e não apoiam as associações sociais. Além disso, é um processo que perpetua esta impunidade.

Assim foi observado que uma das principais demandas dos movimentos sociais internacionais é

(...) um pedido de reforço do poder regulativo do Estado. O processo de constituição do Tratado vinculante é alargado para regular as suas funções extraterritoriais do Estado. Isto é, cabe ao Estado regular, monitorizar e aplicar penalizações por todas as violações de direitos Humanos cometidas por parte de empresas no território nacional e extranacional (FIAN) .

Também Renate Künast admitiu que:

Estamos no séc. XXI e vemos os resultados da agricultura industrial do séc. XX. E a questão é o que estamos a fazer? Eu acho que devemos basear-nos em dois direitos: o primeiro o direito a saber, o de saber como a nossa comida é produzida, o de saber se o tipo de produção afeta a saúde ou natureza? Queremos saber a verdade sobre a nossa alimentação para depois podermos escolher comprar o produto ou não, isto é, penso eu, um direito humano do século XXI. Mas as empresas têm-se esforçado para traçar tratados comerciais bilaterais para agir em todo o lado. Mas nós dizemos, somos parte da economia, temos direitos!

Neste sentido, é entendido que “a luta dos agricultores é uma faceta da luta geral pela emancipação do público, uma luta por todos os direitos, incluindo o direito de escolher” (Sandra Moreno, LVC). Como afirma Nivia Silva (LVC e MST):

No Brasil 64% dos alimentos apresentam vestígios de agrotóxicos; são 44.2 milhões de hectares que estão cultivados com sementes OGM, sendo que pelo menos 21 milhões de hectares são para a produção de soja tratada com o herbicida da Monsanto e, nós como camponeses, queremos reclamar estas terras que nos pertencem! Enquanto camponeses não queremos voltar a produzir lixo das transnacionais!

Deste modo, identificou-se que a institucionalização dos direitos dos camponeses implica uma mudança de modelo na produção e consumo alimentar. Assim a LVC sublinha a necessidade de reformar o sistema agrário baseado na Soberania Alimentar<sup>96</sup> que se apoia em dois princípios: o primeiro prende-se com o fato da alimentação ser, em primeira instância, sempre um direito humano básico e, em segundo lugar, deve-se ter o direito de produzir alimentação para o consumo local, através de instrumentos tradicionais (Desmarais, Nicholson,2016:4). Tal também é admitido por Sandra Moreno (LVC) quando afirma:

a alimentação é um direito. Deve ser um direito. Existe já no Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais. O que está a acontecer, e aquilo á que os Estados, as políticas de Estado e os tratados

---

<sup>95</sup> Enquadramento proposto por John Ruggie em 2008. Para mais informações consultar <https://business-humanrights.org/en/un-secretary-generals-special-representative-on-business-human-rights/un-protect-respect-and-remedy-framework-and-guiding-principles>. Consultado no dia 20/11/2016.

<sup>96</sup> A primeira definição de Soberania Alimentar remete para os resultados da “II Conferencia Internacional da LVC”, em 1996, que vai definir o conceito de seguinte modo “ o direito de cada nação de manter e desenvolver a sua capacidade de produzir a sua alimentação básica, respeitando a diversidade cultural e produtiva” (LVC,1996).

internacionais chamam de segurança alimentar, não é um conceito, nem uma política que nos ajuda ou nos reforce, mas uma que se limita a oferecer alimentos: contaminados, ou não, com agrotóxicos ou sem, que podem chegar de milhares de quilómetros de distância e que não oferecem nenhum apoio a agricultura local.

Nesta linha de análise, a LVC, considera a criação de novos direitos uma necessidade pois, o enquadramento internacional de direitos humanos da ONU (o que inclui mecanismos temáticos do Conselho de Direitos Humanos, como o direito à alimentação, à água, à saúde e à habitação ou como o direito de indígenas, mulheres e não discriminação) é visto como insatisfatório (LVC,2009). Assim consta na Declaração de Direitos dos Campesinas e Campesinos- “Estes instrumentos internacionais da ONU não abrangem nem previnem violações de direitos humanos, especialmente os direitos dos campesinos” (LVC,2009:3). Destacou-se, assim, que os esforços da internacionalização do discurso da soberania alimentar residem na necessidade de reforçar os standards internacionais.

Desde então, o enquadramento da soberania alimentar tem evoluído consideravelmente, incluindo novas estratégias e inclusão de novas organizações membro (Claeys, 2012). No entanto, uma coisa está clara:

Soberania alimentar implica uma mudança de modelo: na política, no modo de consumo e produção. A agroecologia, que é o instrumento com o qual queremos construir a Soberania Alimentar, é um instrumento com que toda a sociedade se possa reunir. Não é só a produção, é uma reconciliação, é ser visível, como se fazia antes- Tu produzes, eu consumo, mas conheço-te. Ou no mínimo sei de onde vem o produto. Escolhemos um sistema alimentar saudável, local, que permite desenvolver uma economia. Soberania Alimentar não significa ir contra as regras da economia, mas apenas contra as regras económicas que hoje estão a beneficiar poucos, construindo-se monopólios e concentrações de poder (Moreno, LVC).

Assim, é necessário sublinhar que a LVC não entende o processo de reforma agrária como uma luta entre campesinos do sul e agricultores do norte, mas é um *clash* entre de dois modelos de desenvolvimento: por um lado tem-se um modelo de produção alimentar orientado para exportação e desenvolvimento económico, sendo globalizado, neoliberal e corporativo (Desmarais, Nicholson, 2016). Por outro lado, o modelo proposto pela LVC destaca-se como um enquadramento mais próximo das pessoas, baseado em agricultura de pequena escala, uso de recursos locais, consumo local dos alimentos e enquadramento da soberania alimentar (Desmarais, Nicholson, 2016). Assim afirma Moreno

os camponeses estão a reivindicar os seus direitos contra aqueles que estão a monopolizar a terra cultivável (*land grabbing*), a água, as sementes, privatizar a nossa vida e a nossa diversidade (natural). A Soberania Alimentar inclui uma proposta que emana do movimento campesino e que já consiste numa proposta revolucionária, na mudança radical de modelo.

É, deste modo, que a nível internacional, a soberania alimentar tem vindo a mudar consideravelmente os termos do discurso, tem ampliado a representatividade de grupos rurais e, tem conseguido *convergir lutas* entre os agricultores do norte e os campesinos do sul; entre organizações elementares de base popular e movimento sociais urbanos; entre movimentos rurais e organizações não governamentais progressivas (Desmarais, Nicholson, 2016).

É então possível afirmar que parte da força de LVC reside no fato de basear o seu *modus operandi* numa lógica de desenvolvimento de baixo-para-cima, como demonstra Niva Silva ( LVC,MST)

Temos que manter a solidariedade, o interculturalismo e a luta pela igualdade! (...) Os camponeses são sujeitos políticos, eles querem ter direito e autonomia sobre a sua terra, sementes e biodiversidade. Eles são os sujeitos políticos na qual a Soberania Alimentar é construída. Globalizemos a ideia de Assembleia Popular, porque este é um espaço de expressão de violação de direito de camponeses e indígenas. Queremos dizer que a LVC, em conjunto com todos de vós, está a lutar pelo direito à terra, à água, à biodiversidade e à semente. Globalizemos a luta, globalizemos a esperança!

### **5.1.2- A relação entre justiça ambiental e social e a posse sobre a vida**

Durante toda a “Assembleia Popular” foi frisado que a expansão artificial dos limites naturais associada à economia verde representa uma “apropriação da vida às custas da natureza” (Vandana Shiva). Destacou-se também o patentear de organismos vivos por empresas transnacionais como mecanismo subjacente à constituição de uma Ecocracia, dominada por blocos hegemônicos que controlam a maior parte da produção, transporte, processamento e venda de alimentos, como o demonstrou Vandana Shiva que afirmou que “hoje em dia os três fabricantes de químicos e venenos - cartel de venenos- são também responsáveis pela produção de alimentos. E tudo têm por base o patentear sementes e coleção de royalties.(...)”. Tal também é admitido por Charito Medina, MASIPAG, quando afirma “Temos três empresas a controlar 60% das sementes e 75% dos químicos, eles são mais poderosos que alguns países e o único contra peso é a sociedade civil, consumidores”.

Também para Nnimmo Bassey (Health of Mother Earth Foundation) a luta que se está a travar é “uma luta pela vida, pela liberdade, uma luta para parar grandes companhias de colonizar os nossos sistemas alimentares, a agricultura e ter a mãe-terra como escrava do rendimento”. Também na opinião de Shiva, OGM não são mais nada sem ser plantas que produzem pesticidas:

A mentira é que os OGM incrementam a produção de comida... No entanto, a verdade é que estes não trouxeram mais nada sem ser resistência a pesticidas e toxinas-BT. Simplesmente aumentaram a quantidade de veneno presente nos nossos alimentos e não são eficazes como instrumentos: por exemplo, a colheita BT falhou em controlar certos vermes, aumentou o número de novas pestes (como o dos insetos Aleyrodidae); a tolerância de pesticidas tem aumentado tanto que se têm constituído super-culturas tão grandes que metade da área agrária dos Estados Unidos é por estes coberta. Este é o cúmulo da iliteracia científica- não entender que existe evolução, não entender que as pestes e super-culturas irão adaptar-se e tornar-se resistentes. É então por isso que hoje e aqui devemos “enterrar” uma visão do mundo mecanicista. Estamos a dizer que o mundo não é um mundo sobre controlo (da Monsanto). A vida, na sua diversidade, é uma celebração da qual fazemos parte, e co-evoluir com a natureza é a nossa inteligência”.

A autora também evidenciou que muitas das atividades da Monsanto são ilegais. Exemplos de tal são a coleção de royalties que a Monsanto pede por semente. Este colecionamento começou de modo ilegal em muitos países, como na Índia, pois não se reconhece as patentes sobre sementes na lei. O resultado é um incremento de 75000% no preço

das sementes de algodão. Tal dinâmica, junto com a falha do algodão BT no controlo de pragas levou a consequências sociais imagináveis: “houve um endividamento coletivo de agricultores, que até hoje contam com mais 300 000 casos de suicídio (...). O não patentear sementes é uma correção de ideia de império do Ocidente” (Shiva).

Identicamente Percy Schmeiser, agricultor proveniente da parte Este do Canadá, identificou os modos como as transnacionais, nomeadamente a Monsanto, estabelecem “falsas promessas” e instalaram algo que Schmeiser designa de “cultura do medo”, como afirma:

Em 1996 introduziu-se OGM na América do Norte e Canadá, no entanto não sabíamos o que viria a acontecer com a introdução de OGM no nosso país. Muitas das coisas que nos foram ditas, nunca se realizaram. Vou vos dar alguns exemplos- a questão económica, as leis de propriedade privada, os problemas ambientais, a crescente necessidade de energia de combustíveis fósseis... irreal! E para complicar apareceram em massa as assim chamadas super-ervas desenvolvidas pelo uso de químicos que requerem o uso de mais químicos, por vezes milhões de litros adicionais...enquanto que foi dito aos agricultores que iriam gastar menos quantidade de químicos.

Outro ponto que quero tocar é a cultura de medo imposta pela Monsanto aos agricultores. Estes [Monsanto] contam com uma força de investigação própria (no este do Canadá contavam com 35 agentes). Podem-me perguntar- Porquê necessita uma empresa como a Monsanto uma força de investigação própria? Este grupo tem objetivo principal averiguar se as condições e regulamentos evidenciados nos contratos entre Monsanto e agricultor são cumpridos.

Então em 1998, dois anos apos a liberalização do OGM, entendemos que estávamos a ser processados pela Monsanto. Estes afirmaram que estávamos a semear as suas sementes sem autorização. Nessa altura, não sabíamos o que OGM sequer significava, primeiro pensei que se referisse a “General Motors”... Acho que é importante saber que nessa altura a empresa mandava as assim designadas “cartas de extermínio” em qual acusavam agricultores de semear ilegalmente as suas sementes patenteadas...o que poderia levar a tribunal, caso não se liquidasse um certo valor apresentado, que as vezes ia até 1 milhão de dólares. Conseguem imaginar como um agricultor se sente depois de receber uma carta destas? Outra coisa que a Monsanto começou a fazer baseava-se na propaganda... Faziam publicidades de modo a encorajar vizinhos para denunciar casos de violação dos direitos de propriedade. Pensámos que essas coisas não nos podiam acontecer.

A Monsanto apresentou, contra mim e a minha mulher, uma queixa perante o tribunal. Fomos acusados de violar leis de Patentes, pois estaríamos a usar a colza OGM da Monsanto sem uma licença. No entanto, nós eramos conhecidos por plantar a nossa própria colza. Eu pessoalmente comecei a semeá-la em 1946... então este caso foi uma grande surpresa...no entanto decidimos enfrentar a Monsanto.

Deste modo, evidenciou-se a necessidade de retratar a semente como um bem cultural e entender o código genético de plantas ou animais com algo “não-reinventável”, como afirmou Shiva

para além disso, os direitos da fauna e flora é algo que está reconhecido em muitos dos nossos tratados comerciais, incluindo o TRIPS, no caso Índia e da Argentina. Aqui está patente que os animais e plantas não são “reinventáveis”, não são máquinas, então redefinir a natureza para conveniência do Monsanto é um crime contra a Terra na sua base fundamental.

Nesta linha de pensamento, foi evidenciado por Shiva que a vida é algo que é auto-suficiente, não é algo manufaturado e redefinir a vida como tal é um crime. Foi evidenciado que o desenvolvimento de tratados comerciais internacionais, como o GATT ou o TRIPS, tornou-se absolutamente necessário para as transnacionais. Estes acordos possibilitam as empresas processar países nacionais caso não respeitem todas as cláusulas. Neste sentido, é imprescindível desenhar leis nacionais que permitam aos Governos apresentar uma base jurídica para a defesa de direitos de cidadãos contra os Direitos de propriedade intelectual. Na opinião de Shiva devemos dizer:

a imoralidade de reclamar ser inventor da vida não é aceitável; não aceitamos propriedade sobre as sementes e a vida, não aceitamos que se autoproclame inventor de sementes.. se tudo o que fazem é poluir a vida na terra...Como pode um poluidor reclamar a sua poluição como um motivo para possuir a vida?

É neste sentido que Hans Herren (Millenium Institue e Biovision) evidenciou que

há uma grande necessidade de redefinir as nossas ações e a maneira como produzimos e consumimos. Por exemplo através da agroecologia, permacultura. Estes não precisam de químicos nenhuns, olha-se para a natureza e tenta-se trabalhar com a mesma. É necessário organizar os sistemas de modo a deixar a natureza auto-organizar-se, por exemplo, através do ciclo natural de nutrientes.

É deste modo, que a LVC entende que as causas subjacentes à marginalização e vulnerabilidade sentidas pela população estão em direta relação com as lutas históricas fundamentais de La Vía Campesina (Moreno,2016<sup>97</sup>). Ou como expressa Nnimmo Bassey (Health of Mother Earth Foundation):

os impactos da agricultura agroindustrial são principalmente sentidos ao nível da soberania alimentar, pois os produtores tornaram-se dependentes das sementes patenteadas. O segundo ponto é o aspeto social, pois, na nossa cultura, os nossos povos colecionavam e semeavam as suas próprias sementes desde milénios. É uma catástrofe social e económica, pois os custos e a necessidade de uso de químicos aumenta, mas a qualidade de vida diminui. Tal levou a novas situações de pobreza e exclusão. Em termos de saúde vimos animais morrer porque comeram as folhas envenenadas; vimos os nossos agricultores tornarem-se doentes e morrer em consequência! Mas não houve nenhuma pesquisa científica que pudesse explicar as causas.

---

<sup>97</sup> Disponibilizado pela autora.

## CONCLUSÃO

Nesta dissertação considerou-se fundamental compreender o serviço social como profissão das sociedades modernas e analisar as dinâmicas e os riscos atuais subjacentes às novas identidades profissionais. Após uma breve consideração dos novos riscos sociais, esta dissertação incide principalmente no problema ambiental e o conceito de desenvolvimento sustentável como contraponto emancipatório.

Através da análise documental foi possível afirmar que as questões ambientais e ecológicas estão a ganhar terreno junto dos assistentes sociais e uma conceptualização alargada de ambiente tem vindo a revelar-se como nova área de prática profissional (Pinto, 2014:157). Nesta linha de análise afirma-se que uma *boa vida* é possível sem danificar o planeta, no entanto, para tal, é necessário melhorar a qualidade das relações entre humanos e natureza. Simultaneamente é imprescindível uma reconsideração de noções de emancipação e a sua relação com trabalho e consumo; o significado de cidadania e posse de direitos; e os vários tipos de participação significativa. Também se tornou evidente que, um retorno a questões de sustentabilidade no serviço social pode ser identificado não só na abordagem da intervenção comunitária e revitalização de áreas, mas também na reflexão de novos aspetos contextuais na política social, na promoção da saúde e questões educacionais (Matthies, Kathilakoski, Rantamäki, 2011:128). No seu conjunto, as teorias procuram promover um certo nível de bem-estar social e económico assente numa redefinição dos saberes e ação em serviço social em torno de relações efetivas entre as realidades globais e a resposta comunitária local (Pettifor, 2004; Lyons et al., 2006; Payne and Askeland, 2008; Healy and Link, 2011 citado de Truell e Jones, 2012).

Tal perspetiva sublinha um certo tipo de intencionalidade na prática do serviço social sustentável contemporâneo: o de respeito pelo meio ambiente através de um diferente código de conduta. Pelas palavras de Pinto (2014) “a incorporação de desenvolvimento sustentável na prática do serviço social ajuda este a centrar-se numa posição crítica da sociedade, num olhar crítico e empenhado nos problemas sociais” (...).

Assim, no primeiro capítulo tornou-se evidente que a complexidade societária emergente conduz o serviço social a assumir perante si os seus valores de modo a poder viver em “autenticidade” (Carvalho e Pinto, 2014). Carmo (2014:113) destaca a atual sociedade como uma caracterizada pelo *autismo social*<sup>98</sup> que necessita de uma ressocialização dos indivíduos de modo a reforçá-los para estes melhorarem o seu papel de cidadãos, “uma vez que o desafio que se perfila é o de construir um sistema normativo que integre um conjunto de direitos e deveres básicos, que permitam a cada cidadão desta *nave espacial chamada Terra* (Peccei,1981) poder participar na sua gestão política, desde o nível local até ao planetário” (citado de Carmo, 2014:116).

---

<sup>98</sup> Goleman (2007:17 citado de Carmo,2014:114) na medida em que absorve as pessoas numa realidade virtual, a tecnologia insensibiliza-as àqueles que estão definitivamente perto.

Nesta perspectiva o serviço social terá de sofrer uma dupla metamorfose (Carmo,2014:126). Em primeiro lugar, estes têm de enriquecer a formação inicial e os programas de aprendizagem ao longo da vida dos seus profissionais em torno da “educação em massa para a cidadania”. Em segundo lugar, o serviço social deve se afirmar como “profissão íntegra”, isto é, como profissão que reconhece a consistência entre a missão proclamada (contribuir para a sociedade inclusiva e solidária) e a prática quotidiana, também ela inclusiva e solidária com o intuito exclusivo de servir à comunidade.

No capítulo seguinte, analisou-se detalhadamente certas noções que se prendem com o desenvolvimento sustentável veiculado pela ONU e agências especializadas. Tal foi aqui considerado como fundamental para entender e consolidar conceitos que se prendem com o processo de constituição e sedimentação desse modo de desenvolvimento sustentável. Deste modo, compôs-se um paradigma de progresso para as pessoas que introduz a noção de equidade social como condição determinante para o desenvolvimento sustentável. Simultaneamente destaca-se a necessidade de manter um determinado nível de controlo sob a natureza e os seus “serviços”, através de meios de conservação e management de recursos naturais. Verificou-se que tal é só possível através de uma “nova ética de conservação” (UN,1999:10).

No terceiro capítulo, conseguiu-se definir melhor os vários pontos de tensão e convergência entre os quadros conceptuais de serviço social e desenvolvimento sustentável. Deste modo, foi possível encontrar pontos positivos e negativos resultantes do relacionamento de desenvolvimento sustentável e o serviço social. Como evidenciado no capítulo 2, o desenvolvimento sustentável tende a ser problematizado e apresenta limitações em diversas esferas. Tal como visto, apresenta repercussões para o serviço social. Nesta dissertação sublinha-se, então, que a ação do assistente ecosocial também não está isenta de ser tangente a fatores externos. Surgiram, pois, vários paradoxos entre o conhecimento adquirido pela formação em serviço social e as diversas possibilidades de ação profissional. Isto é, tal como evidencia Netto (2000, citado de Granja, 2014:62), “a formação dos assistentes sociais enfrenta o paradoxo de formar aqui e agora para intervir em problemas que estão a mudar de forma acelerada e para se responder a necessidades previsíveis, mas virtuais”. Nesta ótica, de modo a emancipar o serviço social de paradigmas associados ao desenvolvimento industrial são necessárias uma clareza teórica e uma politização do conceito de natureza (Närhi e Matthies 2014). Neste sentido, é aqui afirmado que serviço eco-social para poder responder positivamente ao projeto da sua modernização, não pode cair em risco de se tornar demasiado tecnicista e pouco reflexiva, tanto teórica como eticamente (Amaro,2015). No entanto, apesar das mais recentes discussões incidentes no desenvolvimento sustentável e esforços de cooperação na área profissional é inegável que existe ainda uma tensão identitária criada pelos paradoxos encontrados entre “parâmetros políticos/institucionais/populacionais/profissionais” (Granja,2014:78-79). Igualmente destacou-se a necessidade de proclamar uma mudança social radical (IASSW, 2012) embora se tenha demonstrado um reforço de velhos padrões hierárquicos. Tal pode significar estagnação social e, nesta perspectiva, o progresso social parece continuar alienado a uma conquista de novos espaços políticos, pois “as suas

limitações ainda não resultaram numa consideração substancial dos seus pressupostos básicos” (Ungar,2002:68).

Assim evidenciou-se a necessidade de voltar a olhar para a efetividade do enquadramento de desenvolvimento sustentável, pois, destaca-se que ambiente, “bens e serviços” naturais podem significar coisas diversas para diferentes grupos sociais.

Posto isto, como deve o serviço social posicionar se em tempos de mudança “em tempo real” (Núncio,2014:274) da quebra de limitações endémicas do código genético? Quais são as consequências sociais dessas dinâmicas? Como afirma Maria Eduarda Gonçalves (2000:255) “(...) até que ponto os direitos emergentes correspondem aos novos problemas? Até que ponto está a formulação destes direitos em sintonia com as propostas das teorias sociais ou a desejos da sociedade?”.

Assim, como menciona Redclift (2006), o principal desafio que se pode colocar é a necessidade de reavaliar o modo como as mudanças “nas novas realidades materiais” nos obrigam a avaliar a nossa ideia de desenvolvimento sustentável.

Da análise do evento discutido no quinto capítulo e das fontes documentais, chegamos à tese de que o paradigma da LVC ser retratado como ferramenta para a luta contra causas estruturais de injustiças, perpetuação da pobreza, fome e degradação ambiental no serviço ecosocial. Esta organização pode ser vista na linha de uma plataforma de expressão do movimento contra-hegemónico e pós-colonial. Assim, é argumentado que, estes podem constituir um modelo de direitos humanos cosmopolítico, multicultural e anti-hegemónico (Claeys, 2012: 845) alternativo ao direito individualizador e implicações ocidentais. Igualmente a noção de soberania alimentar proposta pela LVC pode representar a concretização de uma ideia sustentável para serviço social, uma vez que, pode afastar a profissão de noções e respostas assistencialistas. Como já afirmado pela IFSW é preciso corrigir a hegemonia das teorias e conhecimentos ocidentais através de consciência crítica, da reflexão sobre causas estruturais de privilégio ou opressão e do questionamento das várias formas de exclusão. É nesta linha de análise que se sugere que uma consideração do paradigma da LVC pelo serviço ecosocial poderá ajudar a profissão a definir outros aspetos necessários para um desenvolvimento sustentável mais próximo de pessoas; pode ajudar a profissão a orientar a conceptualização de justiça ambiental mais próxima dos que foram vítimas de injustiças estruturais; e também pode-se afirmar que o paradigma da soberania alimentar pode ajudar a tornar aspetos muito díspares, como a alimentação saudável ou uma lógica de mercado de exportação, tangíveis. Dentro desta lógica, explicita-se o enquadramento alternativo para a política alimentar: A soberania alimentar, que conjuntamente com outros fatores, consolidam uma noção de desenvolvimento sustentável mais genuína e próxima de necessidades económicas, sociais, políticas da população em termos holísticos. Tal também é evidenciado pelo seu enquadramento de “pluralista cultural, ambiental, de produtor e agrário” (Benford e Snow, 2000, citado Clays, 2012: 847).

A partir da participação da Assembleia Popular” compreende-se então a:

- ✓ a necessidade de reformar o sistema agrário e a utilização dos recursos naturais, baseado na soberania alimentar, através da dinamização de métodos agrícolas como a agroecologia e a permacultura;
- ✓ a necessidade de definir novos direitos humanos e reafirmar antigos;
- ✓ a necessidade de destacar causas de injustiças estruturais e dar visibilidade à oprimidos.

O assistente social orientado por princípios de sustentabilidade *campesinos*<sup>99</sup> pode, então, contribuir para a reforma agrária proposta pela LVC através de um esforço para definir (a nível local, regional e nacional) políticas que fomentem este tipo de agricultura de pequena escala. Para tal, a profissão pode tentar trabalhar junto ao governo de modo a sedimentar o conceito de direito à soberania alimentar na lei nacional. O profissional poderá também estimular políticas que têm como intuito garantir terras cultiváveis a agricultores de pequena escala e trabalhadores sem terra. Ou poderá mobilizar esforços para destacar as falhas relacionadas com a política agrícola comum Europeia. Como afirmou Moreno (LVC)

se falarmos da Europa, devemos referir a política agrícola comum. Ocorre falar da baixa de preços para os nossos produtos. Se a política agrícola comum europeia decide subvencionar em função do número de hectares, de subvencionar o dumping da agroexportação... tal é refletido nas condições de vida dos *campesinos*. Um dos direitos que estamos a reclamar na Declaração é o direito a um salário remunerativo. As subvenções que funcionam por hectare claramente privilegiam quem tem milhares, ou dezenas de milhares de hectares, deixando de parte quem produz em pequena escala, aqueles que são a espinha dorsal dos sistemas locais.

Por outro lado, o serviço ecosocial poderá adaptar a noção de ecocídio<sup>100</sup> no seu vocabulário. Tal pode ser pertinente pois, ecocídio é conceito que se pode apresentar como ferramenta legal eficaz no combate à destruição ambiental e da saúde humana. Como afirma André Leu (IFOAM)

a saúde é um dos temas principais quando falamos de Ecocídio... Na verdade isto está a aproximar-se de um genocídio- Quando olhamos para as doenças modernas presentes na nossa sociedade, para os fatos e provas provenientes de ciência peer-reviewed, que evidenciam como os diversos químicos, é principalmente o glifosato (que é o produto chave da Monsanto) que está a causar estas doenças.

Da noção de Soberania Alimentar, o ecoserviço social pode mobilizar esforços para repensar noções de assistência alimentar (por exemplo, aquela prestada através de bancos alimentares). Assim, pode

---

<sup>99</sup> Na análise dos dados observados foram identificadas cinco áreas de ação que, no seu conjunto, se destacam como o percurso de desenvolvimento sustentável. Estas são: Reforma agrária e água; Soberania Alimentar e comércio; Biodiversidade e recursos genéticos; Direitos; Mulheres e juventude. São descritos melhor no seguimento da dissertação.

<sup>100</sup> Ecocídio não é reconhecido como crime na lei internacional e ainda não apresenta uma definição aceite. Espera-se uma inclusão do termo no Estatuto de Roma. Neste evento Ecocídio reporta a um genocídio contra o ambiente, isto é, estragos ambientais que irão causar mutações sérias e de longa duração nos ecossistemas sobre os quais a vida humana depende.

garantir-se um incremento na saúde dos indivíduos vulneráveis através da criação de oportunidades alimentares frescas, locais, sem input químico, através da mobilização do contacto direto entre produtor local e consumidor.

Igualmente, é necessário destacar que através da participação ativa na sociedade o assistente social pode contribuir para evidenciar padrões alternativos, mais próximos da população. Para tal, o assistente social pode tentar reforçar capacidades e possibilidades de expressão através da troca de ideias, opiniões e histórias, diagnosticando os ímpetus dos grupos minoritários. Nesta perspetiva, a profissão deverá dinamizar o “networking” e o “trabalho em rede” com profissionais de outras áreas de modo a entender como criar novas instituições relacionadas com o apoio a trabalhadores rurais (como uma banca de sementes endémicas de livre acesso). Poderá dinamizar encontros e mesas redondas com pessoas interessadas de modo a analisar diretamente as necessidades ou problemas ambientais locais causados pela agricultura industrial. Deste modo, o assistente social poderá analisar, através do contacto direto, a relação que existe entre as várias formas de opressão e os padrões insustentáveis de produção e consumo. Assim também pode atuar como consultor para entidades governativas.

O assistente poderá também desempenhar a função de organizador de financiamentos ou de mediador entre os camponeses e a política ou entre indivíduos, organizações e comunidades. Assim, poderá ajudar a construir um espaço para a convergência de lutas.

Numa perspetiva internacional, é essencial que o serviço social trabalhe mais a faceta de prestador de advocacia, operacionalizando novos direitos na sua intervenção e diagnóstico social. No entanto, é fundamental que este trabalhe igualmente para humanizar os direitos humanos, no sentido de relocalização dos direitos, como a LVC tem vindo a conseguir.

Deste modo, à semelhança do evento discutido no quinto capítulo, a profissão pode organizar “tribunais” (que devem ocorrer em conformidade com os procedimentos do Tribunal Internacional de Justiça), estabelecendo uma plataforma que ofereça voz a indivíduos cujos direitos foram violados e que possa evidenciar uma opinião legal. Do mesmo modo, a profissão poderá estimular o desenvolvimento de “Assembleias Populares” na sua região para discutir problemas ambientais e destacar estratégias em comum. Tal é considerado pertinente pois

Quando os Governos falham, são as pessoas que defendem as liberdades. Essa é a plataforma. E no final do dia, o veredicto supremo é o das pessoas. Nos nossos tempos, esse veredicto tem que vir das pessoas organizadas globalmente, porque estamos sobre ameaça ambiental global. É organizar uma aliança planetária (Shiva).

Ao relocalizar a produção e consumo de alimentos, espera-se criar coesão comunitária, um reforço dos laços sociais, uma relação vinculativa entre produtor e o consumidor.

Após a participação na “Assembleia Popular”, é possível afirmar que os direitos da fauna e flora são algo que podem reforçar a ideia de conectividade entre humanos e natureza e aumentam a capacidade individual para combater injustiças ambientais. Da mesma maneira, a defesa do Direito dos Camponeses pelo serviço social pode contribuir para desafiar estruturas de impunidade. Para tal, o serviço social,

pode trabalhar com representações de agricultores regionais ou nacionais, como a Confederação Nacional de Agricultura (CNA).

Por outro lado, o Direito à Sementes<sup>101</sup> e o ato de colecionar sementes indígenas é algo que foi visto como a “(...) ação mais revolucionária dos nossos tempos” (Vandana Shiva). Nesta ótica o assistente social poderá desafiar injustiças estruturais através de uma reorientação do controlo sobre a semente. Poderá, por exemplo, fazer um levantamento dos conhecimentos e das práticas tradicionais de agricultura endémicas essenciais à população local; e entender como se pode causar menos pressões económicas, ambientais e culturais em determinado território.

Igualmente, a profissão poderá destacar uma faceta mais ativista, ou seja, poderá desempenhar uma função de “watchdog”, como o evidenciou Cabeleiro no caso da Argentina,

Temos um plano de trabalho que consiste num controlo e vigilância permanente de todos os casos jurídicos ou administrativos relacionados com sementes com patente pendente. Estamos a caçar casos em que empresas transnacionais reclamam patentear sementes. E quando encontramos um caso, intervimos imediatamente.

Assim o assistente social pode advogar contra a difusão de químicos perto de escolas ou em jardins públicos e relacionar a alimentação sustentável com um incremento na saúde e um decréscimo dos custos médicos. Por outro lado, poderá trabalhar junto às empresas (como a Monsanto) como órgão de monitorização e prevenção de danos ambientais, sociais e culturais. Assim, o serviço social pode criar, em conjunto com as empresas, medidas de responsabilização, ajudando estes a tornarem-se mais transparentes.

Pode também pressionar Estados de modo a criar medidas vinculantes, que estimulem medidas claras de modo a obter a proteção e a reparação dos danos ambientais e sociais causados por atores privados.

Deste modo, termina-se a presente dissertação evidenciando algumas estratégias possíveis na intervenção do serviço ecosocial. Estas foram conceptualizadas através da análise de conteúdo dos dados recolhidos.

Figura 25- Estratégias possíveis em serviço social: reforma agrária, soberania alimentar e comércio

Dados obtidos através da observação direta:	Estratégias possíveis em serviço social
Reforma agrária, água, Soberania Alimentar e comércio	

<sup>101</sup> Na declaração dos Campeiros e Campeiras proposta pela LVC. Tal direito consta no Artigo 5 (Direito a Sementes e a conhecimentos e práticas tradicionais de agricultura. Aqui, por exemplo, consta que: 1- Os campeiros têm o direito de determinar as variedades de sementes que querem plantar; 2- Os campeiros têm o direito de rejeitar as variedades de plantas que estes considerem que representam um perigo quer económico, ecológico ou cultural; 3- Os campeiros têm o direito de rejeitar o modelo industrial de agricultura (...); 9- Os campeiros têm direito à soberania alimentar (LVC, 2009).

Agroecologia; Permacultura	Definição local, regional e nacional de políticas que fomentem agricultura de pequena escala através da agroecologia; Educar comunidades vulneráveis para as vantagens positivas deste modelo; Dinamizar encontros de agroecologia e permacultura que sejam abertos e públicos; Sugerir outras formas de consumo e produção junto a instituições em que os assistentes sejam enquadrados;
Agricultura de pequena escala Descentralização da grande capital agroeconómica	Dinamizar o ambiente rural nacional através da capacitação dos indivíduos de modo a estimular a participação ativa no processo de descentralização.
Método CAC (Campe-sino-a-Campe-sino);	Construção de novos saberes, práticas mais sustentáveis e endémicas; Outras relações com a produção de alimentos; Participação ativa .
Autonomia sobre recursos naturais	Reforçar medidas vinculantes em prol da sustentabilidade a longo termo; Reafirmar a supremacia dos Direitos Humanos sobre os direitos de propriedade privada. Re-localizar a produção e consumo de alimentos; Garantir terras cultiváveis a agricultores de pequena escala, incluindo mulheres.
Resiliência e Resistência contra monopólios e Poder;	Reforçar a perspetiva da contextualização ambiental global; Formar diálogos abertos, públicos, participativos e democráticos; Dar voz a indivíduos cujos direitos foram violados; Acusar estruturas globais que causam as relações de poder assimétricas; Ajudar a desenvolver novos mecanismos jurídicos.
Processos de partilha participativos na comunidade;	Reforçar os laços afetivos entre indivíduos e a alimentação a nível local e global; Organizar uma aliança planetária e processos de convergência de lutas.
Reforço das relações sociais	Convergir lutas sociais, económicas, ambientais de modo reforçar os sentimentos de partilha na comunidade; Formar contactos entre indivíduos, organizações e comunidades; Contacto direto com indivíduos e mobilização social; Reassociar os direitos humanos aos indivíduos, através de um contacto direto.
<i>Desmercadorização</i> de alimentos	Reforçar a necessidade de rejeitar o sistema agroalimentar; Sublinhar as vantagens sociais, económicas e ambientais de um sistema alimentar local; Dinamizar encontros entre agricultores de pequena escala e grupos vulneráveis; Repensar a ideia de assistência alimentar através de bancos alimentares.

Fonte: Elaboração Própria

Figura 26- Estratégias possíveis em serviço social: Direitos Humanos

Dados obtidos através da observação direta Direitos Humanos	Estratégias possíveis em serviço social
Direitos da fauna e flora	Através do reforço da ideia de conectividade entre humanos e natura, retratar a fauna e flora como detentor de direitos; Refletir sobre a relação entre o bem-estar humano e animal e ambiental; Operacionalizar esses conceitos no diagnóstico social.
Direito a um ambiente saudável	Incluir o termo ecocídio no discurso do serviço social como instrumento jurídico; Sublinhar a necessidade de relacionar a saúde ambiental com a humana.
Direito a soberania alimentar	Repensar a ideia de apenas garantir o “acesso a alimentos”; Procurar estratégias junto a agricultores tradicionais/camposinos; Dinamização do Cultivo Comunitário (Hortas, jardins) por meios ecológicos; Reforçar as relações entre produtores e consumidores; Criar Workshops teórico-práticos junto a população; Criar oportunidades que ligue o urbano e o rural;
Direito a saúde	Medidas educacionais junto a população; Lobbying junto a políticos ou profissionais da saúde; Advogar contra a difusão de químicos perto de escolas ou em jardins públicos; Relacionar a alimentação sustentável com um incremento na saúde e um decréscimo dos custos médicos.
Direito a Saber e acesso a justiça	Através de pressão junto ao governo ajudar a tornar o sector alimentar mais transparente; Entender e representar as necessidades de indivíduos; Tentar trabalhar junto a políticos para tornar as leis sustentáveis mais claras e transparentes; Trabalhar para humanizar os direitos humanos e a estrutura jurídica; Realçar a supremacia dos Direitos Humanos sobre Tratados Comerciais.
Direito de agricultores e camposinos	Entender a ecológica local e ajudar a melhora-la, isto é, restaurar a relação entre as partes envolvidas na produção alimentar; Trabalhar com representações de agricultores regionais ou nacionais, como a CNA(Confederação Nacional de Agricultura); Entender a revolução verde como falsa solução; Desafiar estruturas de impunidade por Multinacionais.
Direito a Expressão e pesquisa académica livre; Direito o Educação	Procurar conhecimentos e saberes fora de instituições hegemónicas; Entender o peso do financiamento na pesquisa científica e desenvolver outros métodos de financiamento.

Direito a autodeterminação e direito de toda pessoa de gozar de condições de trabalho justas e favoráveis	<p>Conferir mais autonomia aos indivíduos afetados através de métodos de produção favoráveis, sem input químico;</p> <p>Tentar mobilizar financiamento/ subvenções para agricultores de pequena escala;</p> <p>Tentar dinamizar a produção local de alimentos por comunidades afetadas;</p>
Reforço de standards internacionais e repensar o enquadramento legal internacional	<p>Organização de plataformas que capacitam indivíduos na articulação dos seus direitos;</p> <p>Reforçar o poder regulativo do estado através de estruturas vinculativas (incluindo fora do território nacional);</p> <p>Entender e apoiar lutas comuns entre dinâmicas do Sul e Norte;</p>
Evidenciar as falhas dos sistemas e a discriminação sistemática de camponeses a nível local	<p>Criar mecanismos de controle e vigilância que possam destacar as falhas;</p> <p>Denunciar o peso político do setor financeiro e a insustentabilidade de algumas políticas sociais através de processos de mobilização de indivíduos afetados.</p> <p>Através da participação ativa da sociedade evidenciar padrões alternativos, mais próximos a população;</p>
Dar visibilidade a grupos minoritários	<p>Reforço de capacidades e possibilidades de expressão através da troca de ideias, opiniões e histórias;</p> <p>Diagnosticar os desejos dos grupos minoritários;</p> <p>Pressionar estados a estabelecerem medidas vinculantes sustentáveis;</p> <p>Pressionar o Estado a cumprir obrigações: Proteção e Reparação;</p> <p>Criar medidas de responsabilização e penalização.</p>

Fonte: Elaboração Própria

Figura 27- Estratégias possíveis em serviço social: Biodiversidade

Dados obtidos através da observação direta Biodiversidade e recursos genéticos	Estratégias possíveis em serviço social
Sementes e alimentação como um bem cultural (contra patentes de sementes)	<p>Através de estratégias de consciencialização e educação (da comunidade para a comunidade) empoderar indivíduos de modo a entender e valorizar recursos naturais;</p> <p>Quebrar relações assimétricas de poder ao dar visibilidade às falhas do sistema, incluindo nos tratados comerciais;</p> <p>Formar novas instituições (como uma banca de sementes coletiva ou centros de apoio para trabalhadores rurais);</p> <p>Rejeitar a semente patenteada para resolver questões de assistência alimentar (principalmente em países em desenvolvimento).</p>

Auto-organização da natureza e ciclo de nutrientes	Entender quais os conflitos locais e quais as possibilidades de melhoria para causar menos pressão ao ambiente; Tentar constituir grupos de trabalho de profissionais de áreas diferentes para a dinamização rural agroecologia local.
--	---

Fonte: Elaboração Própria

Figura 28- Estratégias possíveis em serviço social: Mulheres e Juventude

Mulheres e juventude	Estratégias possíveis em serviço social
Luta contra o paternalismo	Evidenciar a relação que existe entre as várias formas de opressão e os padrões insustentáveis de produção e consumo; Promover o networking.

Fonte: Elaboração Própria

## BIBLIOGRAFIA

- Almeida (2013), *Gestão de Caso e Mediação Social: Abordagens, Processos e Competências Cruzadas na Agenda do conhecimento em Serviço Social*, (online), pp.10-57.  
Disponível em: [https://issuu.com/hna23/docs/gest\\_o\\_de\\_caso\\_e\\_media\\_o\\_social\\_07ed5536e4f6de](https://issuu.com/hna23/docs/gest_o_de_caso_e_media_o_social_07ed5536e4f6de), consultado em 03/02/2017.
- Amaro, I., Maria (2014), “Um Admirável Mundo Novo? Tecnologia e Intervenção na Contemporaneidade”, pp. 97-110, em Carvalho, Maria Irene e Carla Pinto, (orgs.) *Serviço Social: teorias e práticas*, LIDEL, Pactor.
- Amaro, I., Maria (2015), *Urgências e Emergências do Serviço Social: Fundamentos da profissão na contemporaneidade*, Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Beck, Ulrich (2017,) *Die Metamorphose der Welt*, Suhrkamp.
- Beck, Ulrich (2015), *Weltrisiko-gesellschaft*, Suhrkamp.
- Besthorn, Fred (2012): *Vertical Farming: Social Work and Sustainable Urban Agriculture in an Age of Global Food Crises*, (Online), Australian Social Work.  
Disponível em: <https://www.researchgate.net/>, consultado em 15/10/2016.
- Blaikie, Norman (2007), *Approaches to Social Enquiry*, Polity Press, pp. 1-29.
- Castells, Manuel (1999), *Information Technology, Globalization and Social Development*, UNRISD Discussion Paper No114, (Online).  
Disponível em: [http://www.unrisd.org/unrisd/website/document.nsf/\(httpPublications\)/F270E0C066F3DE7780256B67005B728C](http://www.unrisd.org/unrisd/website/document.nsf/(httpPublications)/F270E0C066F3DE7780256B67005B728C) consultado em 19/07/2016.
- Claeys, Priscilla (2012), *The creation of New Rights by the Food Sovereignty Movement: The Challenge of Institutionalizing Subversion*, (Online), Sociology 46(5), Sage.  
Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0038038512451534> consultado em 20/07/2016.
- Claeys, Priscilla (2016), “From Food Sovereignty to Peasants’ Rights: an Overview of Via Campesina’s Struggle for New Human Rights”, em *La Via Campesina's Open Book: Celebrating 20 Years of Struggle and Hope* (Online).  
Disponível em: <https://viacampesina.org/en/publications-mainmenu-30/1409-la-via-campesina-s-open-book-celebrating-20-years-of-struggle-and-hope>, consultado em 03/01/2017.
- Clapp, J. (2014), *Food security and food sovereignty: Getting past the binary*, Dialogues in Human Geography, (Online), 4 (2), Sage.  
Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/2043820614537159>, consultado em 15/07/2016.
- Carmo Hermano (2014), “Educação para a cidadania: Um Imperativo Estratégico para o Serviço Social”, em Carvalho, Maria Irene e Carla Pinto, (orgs.) *Serviço Social- teorias e práticas*, LIDEL, Pactor.
- Carolan, M.( 2014), *Getting to the core of food security and food sovereignty: Relationality with limits?*, (Online), Dialogues in Human Geography, 4(2), Sage. pp. 218–220.  
Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/2043820614537164>, consultado em 22/07/2016.
- Carvalho, Maria Irene e Carla Pinto (2014) “Serviço Social em Portugal: Uma Visão crítica”, pp.3-27, em Carvalho, Maria Irene e Carla Pinto *Serviço Social- teorias e práticas*, LIDEL, Pactor.
- Connelly, Sean, Sean Markey, Mark Roseland (2011), *Bridging sustainability and the social economy: Achieving community transformation through local food initiatives*, em Critical Social Policy, (Online), Sage journals, (31)2.  
Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0261018310396040> consultado em 25/07/2016.

Deepak, A. (2014), *A Postcolonial Feminist Social Work Perspective on Global Food Insecurity*, (Online) Journal of Women and Social Work, 29(2), Sage publication, pp. 153-164.  
Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0886109913516456>, consultado em 15/08/2016.

Desmarais, Annette Aurélie, Paul Nicholson (2016), “La Via Campesina: An Historical and Political Analysis” em *La Via Campesina's Open Book: Celebrating 20 Years of Struggle and Hope*, (Online).  
Disponível em: <https://viacampesina.org/en/publications-mainmenu-30/1409-la-via-campesina-s-open-book-celebrating-20-years-of-struggle-and-hope>, consultado em 01/02/2017.

Dominelli, Lena (2013), *Environmental justice at the heart of social work practice: Greening the profession*, (Online), International Journal of Social Welfare, 22 (4).  
Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/ijsw.2013.22.issue-4/issuetoc>, consultado em 04/07/2016

Dominelli, Lena (2015), *Indigenization and globalization: Rethinking social work's approach to international issues*, (Online), International Social Work, 58 (6).  
Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0020872815611065>, consultado em 04/07/2016.

Dunford, R. (2015), *Peasant activism and the rise of food sovereignty: decolonizing and democratizing norm diffusion?*, (Online), European Journal of International Relation, Sage, pp. 1-23.  
Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1354066115614382>, consultado em 05/09/2016.

Edelman, M. (2014), *The next stage of the food sovereignty debate*, (Online), Dialogues in Human Geography, 4(2).  
Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/2043820614537153>, consultado em 09/09/2016.

Esagio, Ana, (2014) “A Intervenção comunitária na Prática do Serviço Social: Um Imperativo na Conjuntura Socioeconômica Atual?”, pp. 205-222, em Carvalho, Maria Irene e Carla Pinto, (orgs.) *Serviço Social: teorias e práticas*, LIDEL, Pactor.

Evans and Gollin (2003), *Assessing the Impact of the Green Revolution, 1960 to 2000*, (Online).  
Disponível em: <http://www.sciencemag.org/>, consultado em 10/09/2016.

FAO (1945), *Constitution of the Food and Agriculture Organizations of the United Nations*. FAO, Roma.  
Disponível em: <https://www.loc.gov/law/help/us-treaties/bevans/m-ust000003-1288.pdf>, consultado em 20/09/2016.

FAO (2010), *Estado da insegurança alimentar global*, FAO, Roma.  
Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/013/i1683e/i1683e.pdf>, consultado em 13/10/2016.

FAO (2012), *Food security methodology*, FAO, Roma.  
Disponível em: : <http://www.fao.org/economic/ess/ess-fs/fs-methods/fs-methods1/en/>, consultado em 04/05/2017.

FAO (2015), *Hunger Map*, FAO, Roma.  
Disponível em: <http://www.fao.org/state-of-food-security-nutrition/en/>, consultado em 18/02/2017.

FAO (1996), *Plano de Ação da Declaração de Roma*, FAO, Roma.  
Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/003/w3613p/w3613p00.htm>, consultado em 15/09/2016.

Flick, Uwe (2014), *Qualitative Sozialforschung: Eine Einführung*, Rowohlts Tachenbuch Verlag.

IMF, (2017) *The FMI At A Glance*, (Online).  
Disponível em: <http://www.imf.org/external/about.htm>, consultado em 03/08/2017.

- Friedman, Howard (2013), *Causal Inference and the Millennium Development Goals (MDGs): Assessing Whether There Was an Acceleration in MDG Development Indicators Following the MDG Declaration*, Columbia University, School of International and Public Affairs (Online).  
Disponível em: <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/48793/1/>, consultado em 10/08/2017.
- Giddens, Anthony, (2000) *The Third way: The Renewal of Social Democracy*, Polity Press.
- Granja, Berta, 2014, “Contributos para a Análise das Formas Identitárias dos Assistentes Sociais”, pp.57-85, em Carvalho, Maria Irene e Carla Pinto, (orgs.) *Serviço Social- teorias e práticas*, LIDEL Factor.
- Gray, M., & Coates, J. (2012), *Environmental ethics for social work: Social work’s responsibility to the non-human world*, (Online), *International Journal of Social Welfare*, 721(3), pp.239–24.  
Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2397.2011.00852.x/abstract>, consultado em 23/09/2016.
- Grix, J. (2002), *Introducing Students to the Generic Terminology of Social Research*, Political Studies Association, (Online) 22(3), pp.175–186.  
Disponível em <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-9256.00173/epdf>, consultado em 10/11/2016.
- Gonçalves, Maria Eduarda (2000), “Cidadania na Sociedade de Informação e do Risco, Da análise social à análise dos Direitos”, pp.255-276, em Viegas L., M., José e Dias C., Eduardo (orgs.), *Cidadania, Integração e Globalização*, Celta editora, Colóquio promovido pela Unics, ISCTE, Maio 1999.
- Hajer, Maarten (2000), “Ecological modernization: credible and attractive story -lines”, em Giddens Anthony, *The Third way: The Renewal of Social Democracy*, Polity Press.
- Handelsblatt (2017), EU billigt Fusion der Chemie Giganten (Online).  
Disponível em: <http://www.handelsblatt.com/my/unternehmen/industrie/dow-und-dupont-eu-billigt-fusion-der-chemiegiganten/19575578.html>, consultado em 10/04/2017.
- Handelsblatt (2017), EU vor Zustimmung von Syngenta-Übernahme durch ChemChina, (Online).  
Disponível em: <http://www.handelsblatt.com/my/unternehmen/industrie/agrarchemie-eu-vor-zustimmung-von-syngenta-uebernahme-durch-chemchina/19342086.html?ticket=ST-1004840-LGBnrpT5BRfx0IVteDWI-ap2>, consultado em 10/04/2017.
- Healy, Karen, (2014), *Social Work Theories in Context- Creating Frameworks for Practice*, Macmillan education, Palgrave.
- Heater, Derek (2004), *A brief History of Citizenship*, Edinburgh University Press.
- Hogenboom, J., A. P.J. Mol, G. Spaargaren (2000), “Dealing with Environmental Risks in Reflexive Modernity”, em Cohen, J., Maurie (orgs.), *Risk in the modern age, Social Theory, Science and Environmental Decision-Making*, Palgrave.
- IASSW (2016), *Global Agenda for Social Work and Social Development IASSW Statement Theme 3: Promoting environmental and community sustainability*, (Online).  
Disponível em: <https://www.iassw-aiets.org/2016/08/24/1464/>, consultado em 17/05/2017.
- IFSW, IASSW, ICSW (2012), *Global Agenda For Social Work and Social Development Commitment to Action*, (Online).  
Disponível em: <http://cdn.ifsw.org/assets/globalagenda2012.pdf>, consultado em 20/10/2016.
- Jarosz, Lucy (2014), *Comparing food security and food sovereignty discourses*, (Online), *Dialogues in Human Geography*, 4 (2), Sage, pp.168-181.  
Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/2043820614537161>, consultado em 30/10/2016.
- Lombard, A. (2015), *Global Agenda for Social Work And Social Development: A Path Toward Sustainable Social Work*, (Online), *SOCIAL WORK/MAATSKAPLIKE WERK*, 51(4).

Disponível em: <http://socialwork.journals.ac.za/pub/index>, consultado em 05/11/2016.

Luhmann, Nikolas (1993), *Risk: A Sociological Theory*, Walter de Gruyter, Berlin, New York.

LVC (1996), *II Conferência Internacional da LVC* (Online).

Disponível em: <https://viacampesina.org/en/who-are-we/our-conferences/2-tlaxcala-1996/>, consultado em 13/11/2016.

LVC (2009), *Declaration of Rights of Peasants - Women and Men -*, (Online).

Disponível em: <https://viacampesina.net/downloads/PDF/EN-3.pdf>, consultado em 13/11/2016.

LVC, What is La Vía Campesina, (Online).

Disponível em: <https://viacampesina.org/en/who-are-we/what-is-la-via-campesina/>, consultado em 10/08/2017.

Marconi, M. e E. Lakatos, (2003), *Fundamentos de Metodologia Científica*, São Paulo Editora Atlas.

Matthies Aila-Leena (2015), *Social Work and Sustainability/Ecosocial approach*, comunicação apresentada no Ciclo Internacional de Conferências Doutorais realizada a 5 de Maio de 2015, ISCTE-IUL, Lisboa,

Matthies Aila-Leena, Mari Kattilakoski e Niina Rantamäki (2011), *Citizens' participation and community orientation – indicators of social sustainability of rural welfare services*, (Online), Nordic Social Work Research, 1(2), pp. 125-139.

Disponível em: <https://www.researchgate.net/>, consultado em 10/09/2016.

Matthies, L., e Närhi, K., (2014), *World Conference on Social Work, Education and Social Development*, (Online), 9-12 July, Melbourne, Australia.

Disponível online em: <https://www.researchgate.net/>, consultado em 10/09/2016.

Moreno, Sandra (2016), *Over 15 years of struggle for the recognition of peasants in the international human right system*, fornecido na Assembleia Popular pela autora, realizada em Haia, no dia 14-16 de outubro, 2016.

Mouro, Helena (2014), “Teoria e teorizar em Serviço Social”, pp. 27-57, em Carvalho, Maria Irene e Carla Pinto, (orgs.) *Serviço Social: teorias e práticas*, LIDEL, Factor.

Närhi, Kati (2004), *The eco-social approach in social work and the challenges to the expertise of social work*, (Online), Jyväskylä Studies in Education, Psychology and Social Research, pp.1-106.

Disponível em: <https://www.researchgate.net/>, consultado em 09/11/2016.

Núncio, Maria José (2014), “Serviço Social: A Ética em contextos de mudança”, pp. 273-288, em Carvalho, Maria Irene e Carla Pinto, (orgs.) *Serviço Social- teorias e práticas*, LIDEL,Factor.

O'Malley, Pat (1996), “Risk and Responsibility”, em Barry A., Osborne T., Rose., N, (orgs.), *Foucault and Political Reason-Liberalism neo-liberalism and rationalities of government*, UCL Press.

ONU (1992), *Agenda 21*.

Disponível em [www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf](http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf), consultado em 24/04/2017.

ONU(2002), *Cimeira de Joanesburgo*.

Disponível em: <https://www.unric.org/html/.../joanesburgo/CIMEIRA - 16.pdf>, consultado em 25/04/2017.

ONU (1992), *Convenção sobre Diversidade Biológica*.

Disponível em: <http://www.mma.gov.br/destaques/item/7513>, consultado em 26/04/2017.

ONU (1992), *Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação*.

Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr\\_desertif/\\_arquivos/unccd\\_portugues.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_desertif/_arquivos/unccd_portugues.pdf), consultado em 26/04/2017.

ONU (1992), *Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima*.

Disponível em: <http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas>, consultado em 27/04/2017.

ONU (1972), *Declaração de Estocolmo*.

Disponível em: [https://www.apambiente.pt/\\_zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/1972\\_Declaracao\\_Estocolmo.pdf](https://www.apambiente.pt/_zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/1972_Declaracao_Estocolmo.pdf), consultado em 27/04/2017.

ONU (1999), *Declaração do Milênio*.

Disponível em <https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>, consultado em 28/04/2017.

ONU (2010), *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Uma Breve Síntese*, Departamento de Informação Pública.

Disponível em: <https://www.unric.org/html/.../MDGs-at-a-GlanceFINAL-pt.pdf>, consultado em 29/04/2017.

ONU (1992), *Declaração de Princípios sobre Florestas*.

Disponível em: [http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/Declaracao\\_de\\_Principios\\_sobre\\_Florestas.pdf](http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/Declaracao_de_Principios_sobre_Florestas.pdf), consultado em 29/04/2017.

ONU (1992), *Declaração de Rio*.

Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>, consultado em 01/05/2017.

ONU (2015), *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2015-2030*.

Disponível em <https://nacoesunidas.org/pos2015>, consultado em 01/05/2017.

ONU (2005), *Report of the Millennium Ecosystem Assessment*.

Disponível em: <https://www.millenniumassessment.org/en/index.html>, consultado em 01/05/2017.

ONU(2015), *Relatório dos Objetivos do Milênio*.

Disponível em: [http://www.un.org/millenniumgoals/2015\\_MDG\\_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20\(July%201\).pdf](http://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20(July%201).pdf), consultado em 03/05/2017.

Oxfam (2013), *Behind the Brands*.

Disponível em: <https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/bp166-behind-the-brands-260213-en.pdf>, consultado em 20/10/2016.

Pavan Sukhdev (2007), *Challenges and Responses - The Economics of Ecosystems*, (Online), TEBB.

Disponível em: <http://img.teebweb.org/wp-content/uploads/2014/09/TEEB-Challenges-and-Responses.pdf>, consultado em 01/08/2017.

Payne, Malcolm, (2014), “Redes Sociais em Serviço Social”, pp. 181-202, em Carvalho, Maria Irene e Carla Pinto, (orgs.) *Serviço Social- teorias e práticas*, LIDEL, Pactor.

Peeters, J. (2011), *The place of social work in sustainable development: Towards ecosocial practice*, (Online), International Journal of Social Welfare.

Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2397.2011.00856.x/abstract>, consultado em 01/09/2016.

Pelech, Sharon (2013), *Who, How, Where: Ecological Learning Theory in Social Work Education*, (Online), The International Journal of Learning: Annual Review, (20).

Disponível em: <https://www.researchgate.net/>, consultado em 13/03/2017.

Phillips, Ralph, 1981, *FAO: its origins, formation and evolution 1945-1981*, FAO, Roma.

Disponível em <http://www.fao.org/3/a-p4228e.pdf>, consultado em 18/10/2016.

Pinto, Carla (2014), “Serviço Social e Desenvolvimento sustentável: Missões Entrecruzadas”, pp. 143-160, em Carvalho, Maria Irene e Carla Pinto, (orgs.) *Serviço Social- teorias e práticas*, LIDEL, Pactor.

PNUA (2000), *Declaração Ministerial de Malmö*.

Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/docs/55/a5525.pdf>, consultado em 03/06/2017.

PNUA, Four Decades Of Environmental Leadership.  
Disponível em <http://www.unep.org/exhibit/>, consultado no dia 7/11/2016.

PNUA (2011), *Towards a green economy pathways to sustainable development and poverty eradication. Four Decades of Environmental Leadership*.  
Disponível em <http://www.unep.org/exhibit/>, consultado em 05/03/2016.

Pogge, 2016, *The Hunger Games*, Food ethics, pp. 9-27, (Online).  
Disponível em: <http://springerlink.com/>, consultado em 18/05/2017.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.

Redclift, M. (2006), *Sustainable Development (1987-2005)- A Oxymoron Comes Of Age*, (Online), Horizontes Antropológicos, 12(25).  
Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a04v1225>, consultado em 19/04/2017.

Redclift, M. (1993) , *Sustainable Development: Needs, Values, Rights*, Environmental Values (Online), 2 (1).  
Disponível em [www.environmentandsociety.org/sites/default/.../redclift\\_2\\_1.pdf](http://www.environmentandsociety.org/sites/default/.../redclift_2_1.pdf), consultado em 25/04/2017.

Reichert, Elisabeth (2006), *Understanding Human Rights- An Exercise Book*, Sage.

Ritchie, J., J., Lewis, C., Nicholls, R., Ormston (2013), *Qualitative Research Practice: A Guide for Social Science Students and Researchers*, Sage.

Rodrigues, A. M. da S., C. M. V. C Oliveira e M. C. V. de Freitas (2001). *Globalização, cultura e sociedade da informação*, (Online), Perspetivas em Ciência da Informação, 6 (1), pp. 97-105.  
Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/439>, consultado em 01/11/2016.

Rosset, P. Y, Torres M., E. M. (2016), *Agroecology, territory, re-peasantization and social movements*, (Online), Estudios sociales, Revista de investigación científica, CONACYT, 25(47), pp. 275-299.  
Disponível em: <http://www.ciad.mx/estudiosociales/index.php/es/article/view/318>, consultado em 17/02/2017.

Rosset, P. (2009), *Agrofuels, Food Sovereignty, and the Contemporary Food Crisis*, Bulletin of Science, Technology & Society, (Online), 29 (3), pp.189-193, Sage.  
Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0270467609333733>, consultado em 19/02/2017.

Rosset, P. (2008), *Food Sovereignty and the contemporary food crises*, (Online), Society for International Development, 51(4), pp. 460–463.  
Disponível em: <https://www.researchgate.net/>, consultado em 20/02/2017.

Ruggie, John (2008), *The UN "Protect, Respect and Remedy" Framework for Business and Human Rights*, (Online).  
Disponível em <https://business-humanrights.org/en/un-secretary-generals-special-representative-on-business-human-rights/un-protect-respect-and-remedy-framework-and-guiding-principles>, consultado em 20/11/2016.

Rulli, Saviore, D'Odorico (2013), *Global land and water grabbing*, PNAS.  
Disponível em <http://www.pnas.org/content/110/3/892.full.pdf>, consultado em 05/05/2017.

Sage, C. (2014), *Food Security, food sovereignty and the special rapporteur: Shaping food policy Discourse through realizing the right to food*, (Online), Dialogues in Human Geography, 4(2), , Sage, pp.195-199.  
Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/2043820614537156>, consultado em 25/04/2016.

Sage, C. (2014), *The transition movement and food sovereignty: From Local resilience to global engagement in food system transformation*, (Online), Journal of Consumer Culture, 4(2), Sage, pp. 254-275.  
Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1469540514526281>, consultado em 01/05/2017.

Santos, S., Boaventura (2012), *Globalização- fatalidade ou Utopia?*, Edições Afrontamento, Lisboa.

Shiva, Vandana (1991), *The Violence of the green revolution- third World Agriculture, Ecology and Politics*, ZED Books.

Sparke, Matthew (2013), *Introducing Globalization - Ties, Tensions, and Uneven Integration*, Willey-Blackwell.

Spegele, B., Chu, K. (2016), *ChemChina-Syngenta \$43 Billion Deal Approved by U.S. Security Panel*, (Online), Wall street Journal.

Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/u-s-security-watchdog-clears-43-billion-chemchina-syngenta-takeover-deal-1471844896>, consultado em 12/08/2017.

Starr, A., (2010), *Local Food: A social movement?*, Cultural Studies critical Methodologies, (Online), 10(6), Sage, pp. 497-490.

Disponível em: <http://journals.sagepub.com/toc/csca/10/6>, consultado em 17/06/2016.

Truell e Jones (2012), *The Global Agenda for Social Work and Social Development: A place to link together and be effective in a globalized world*, (Online), International Social Work, 55(4).

Disponível em <http://isw.sagepub.com/content/early/2012/03/27/0020872812440587>, consultado em 15/03/2016.

UNESCO (2000), *Carta da Terra*.

Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/carta\\_terra.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/carta_terra.pdf), consultado em 04/05/2016.

Ungar, Michael (2002), *A deeper, More Social Ecological Social Work Practice*, (Online), Social Service Review, (76).

Disponível em: <http://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/341185>, consultado em 17/08/2016.

WCDE (1987), *Relatório de Brundtland: O Nosso Futuro Comum*.

Disponível em: <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>, consultado em 20/08/2016.

World Bank (2010), *Investing across borders 2010: indicators of foreign direct investment*.

Disponível em: <http://iab.worldbank.org/>, consultado em 25/04/2017.

WTO, Understanding The WTO: The Uruguay Round, (Online).

Disponível em: [https://www.wto.org/english/thewto\\_e/whatis\\_e/tif\\_e/fact5\\_e.htm](https://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/fact5_e.htm), consultado em 6/04/2017.

(página deixada intencionalmente em branco)

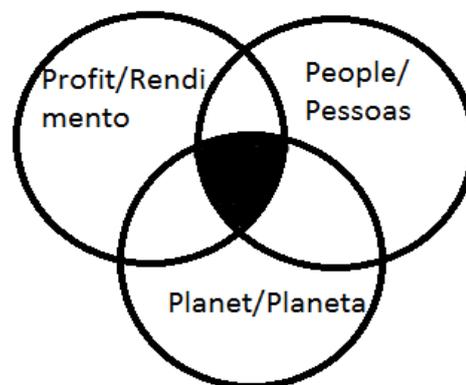
**Anexo A:**

Figura 3. Relação entre desenvolvimento sustentável e Serviço Social

Desenvolvimento sustentável	Serviço Social
Satisfação das necessidades humanas	Promover o bem-estar humano: implica satisfazer necessidades, mas têm um foco mais amplo.
Aceitação dos limites ecológicos terrestres	Dependente das noções de bem-estar humano considerado, mas ainda não é uma preocupação central da prática profissional.
Responsabilidades comuns, mas diferenciadas, resultado de princípios gerais de igualdade	Implícito na prática profissional. Na ética do empowerment o serviço social contabiliza o indivíduo pelas suas ações, mas a igualdade implica verificar as diferentes possibilidades e limites de crescimento das pessoas.
Justiça Global	Justiça global
Solidariedade e Equidade intrageracional	Solidariedade, diversidade e empowerment, especialmente com grupos marginalizados
Solidariedade e Equidade intrageracional: a responsabilidade perante gerações futuras é um conceito novo	Princípio implícito na preocupação do assistente social com o futuro dos indivíduos.
Participação ativa	Participação ativa
Igualdade de género e respeito pela diversidade	Igualdade de género e respeito pela diversidade

Fonte: Peeters,2011

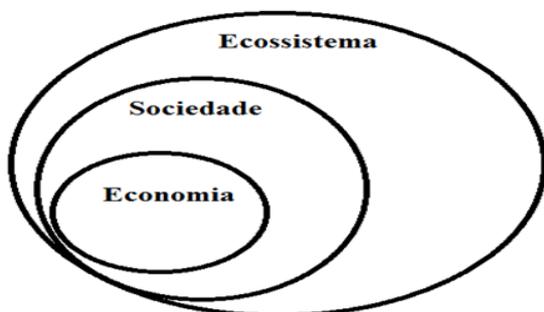
Figura 4- Triple P.



Fonte: Peeters,2011:10

**Anexo B:**

Figura 5- Condição de sustentabilidade forte



Fonte: Peeters, 2011:11

Figura 7-Esforços para desenvolvimento sustentável

1972 Conferencia de Estocolmo	A primeira grande reunião de chefes de estado organizada pela ONU para tratar das questões relacionadas à degradação do meio ambiente
1973 Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Silvestres Ameaçadas de Extinção	Assegurar comércio sustentável dos mesmos para a manutenção da biodiversidade.
1975 Plano de Ação Mediterrânea	Controlo da poluição marinha
1979 Convenção sobre a Conservação das Espécies Migradoras Pertencentes à Fauna Selvagem	Proteção de 120 espécies de aves migratórias
1982 PNUA adota o primeiro programa Montevideo (for the development and periodic review of environmental law)	Ditando prioridades na definição de lei
1987, Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento: Relatório Brundtland, Nosso Futuro Comum	Incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e padrões de produção e consumo
1987 14/22 O plano de Acção para um management ambiental sólido do sistema fluvial do Rio Comum Zambezi	Novo management para a água transnacional
1987 Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozono	Primeiro pacto internacional que limita a produção e o consumo de químico nocivos para a camada de Ozono
1988 Criação do IPCC- Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC)/ Painel Intergovernamental de Mudança Climática	Elaboração de relatórios sobre a mudança climática
1991, GEF- Global Environment Facility / Fundo monetário para o ambiente	Mecanismo de cooperação internacional e angariação de fundos para cobrir custos associados ao desenvolvimento de projetos sustentáveis
1992, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento	No seguimento de Brundtland, evidenciar medidas e planos de ação que permitem o mantimento de gerações futuras. Resultado:

	<p>Declaração de Rio, “carta da Terra”;  Declaração de Princípios sobre Florestas;  Convenção sobre Diversidade Biológica;  Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação;  Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima;  Agenda 21</p>
1995 Global Programme of Action/ Programa para a Ação Global	Proteção dos recursos marinhos; noção de fontes de poluição terrestres
1998 Convenção de Roterdão . Mudanças no texto anos: 2004;2008;2011;2013;2015	Regula o comércio internacional de produtos químicos perigosos. Modo de prevenção e controle sobre substancias perigosas
1999 Declaração do Milênio	Objetivos da Declaração do milênio
2000 A declaração de Malmö	Alerta de padrões de consumo insustentável por parte dos segmentos mais ricos da população.  Solução: desenvolvimento técnico e emergência de novas tecnologias eficientes em termos de recursos. Divisão de responsabilidades.
2001 Conferencia de Estocolmo	Busca por equilíbrio entre desenvolvimento econômico e redução da degradação ambiental; Saúde Humana e proteção do ambiente
2002 Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável	Reafirmação do papel central da PNUA para o desenvolvimento sustentável e traça uma relação crítica entre pobreza e a degradação ambiental
2005, Millennium Ecosystem Assessment/ Avaliação Ecosistêmica do Milênio	Sublinha a importância dos ecossistemas para o bem-estar humano. Define serviços ambientais e é retratado como influencia na política e tomada de decisão ao nível mundial
2007, a iniciativa TEEB- the Economics of Ecosystem and Biodiversity/ A economia de ecossistemas e biodiversidade. Estudo resultado de um encontro ministerial G8+5 em 2007 que aprova um estudo global para entender melhor a relação entre a economia global e a diversidade biológica.	Estudo realizado por Pavan Sukhdev. Transição para a economia verde.
2007 O Quarto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (PNUA e OMM)	Consideração das causas subjacentes a mudança climática- naturais e humanas
2007 International Panel for Sustainable Resource Management/ Painel Internacional para a Gestão de Recursos Sustentável	Evidenciamento científico das consequências que advém de um mau management de recursos renováveis e não renováveis. O Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) anunciou a constituição de um novo grupo de reflexão mundial sobre a gestão de recursos, que irá abordar algumas questões prementes, tais como os riscos ambientais da produção de biocombustível e da reciclagem de metais.  O novo Painel Internacional sobre a Gestão Sustentável de Recursos realizará avaliações científicas e prestará aconselhamento

	especializado sobre a utilização, segurança e impacto ambiental de produtos e serviços selecionados a nível mundial, diz-se num comunicado emitido pelo PNUA.
2008 Programa REDD Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation/ Programa de Redução de emissões de Carbono causadas pela Desflorestação e degradação dos Bosques	É construído em torno no papel e experiência técnica da FAO, UNDP e a PNUA
2009 PNUA, Rethinking the Economic Recovery: Global Green New Deal.	A iniciativa pretende relocar investimentos para tecnologias limpas e infraestruturas naturais. Pretende responder a problemas provocados pela crise financeira.
2010 Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services /Plataforma Intergovernamental sobre a Biodiversidade e Serviços ambientais	Promoção de conhecimento fiável, independente, credível e legítimo sobre biodiversidade
2011 PNUA Novo relatório da Economia Verde	Uma economia verde reconhece o valor no combate a pobreza, cria empregos e estimula igualdade social. Vê a <i>capacity Building</i> , treino e educação como fundamentais
2012 PNUA é reforçada	Confiança no papel e perícia da PNUA e da economia verde inclusiva
2013 Convenção de Minamata sobre Mercúrio	Governos adotam estratégias para a prevenção de poluição causada por Mercúrio
2015 Novos ODM	193 Países adotam estes objetivos e comprometem-se a uma nova agenda global que, juntamente com desenvolvimento social e económico coloca o desenvolvimento sustentável no centro de questões relacionadas com o futuro terrestre
COP21	Padrões mais sustentáveis de produção e consumo, oriundos principalmente dos países desenvolvidos, podem responder à mudança climática.

Fonte: Adaptado da PNUA ( <http://web.unep.org/exhibit/>)

Anexo C:

Figura 8- Resultado dos ODM 2000-2015

Objetivo	Fatos e números	Resultados
<p>OBJECTIVO 1: Reduzir a pobreza extrema e a fome- Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a percentagem de pessoas cujo rendimento é inferior a um dólar por dia (limiar da pobreza- que mais tarde foi alargado para 1.25(2008) . Tal é devido a novo métodos de cálculo da linha de pobreza global). Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a percentagem da população que sofre de fome</p>	<p>Globalmente a pobreza extrema- pessoas que vivem com menos de 1,25 dólares por dia- foi reduzida para metade mais de metade, descendo de 1.9 biliões para 836 milhões em 2015; A pobreza extrema foi reduzida 14% entre 1990 e 2015 A classe média- pessoas que vivem com mais de 4 dólares por dia- triplicou desde 1991 até 2015, constituindo cerca de metade do capital social dos países em desenvolvimento. Em 1991 eram apenas 18%;</p>	<p>Entre 2001 e 2007, o Programa Nacional Especial para a Segurança Alimentar da Nigéria ajudou a duplicar a produção e os rendimentos dos agricultores. Graças a um programa de subvenção de consumos intermédios, o Malavi conseguiu obter um excedente de alimentos de 53% em 2007, depois de ter registado um défice alimentar nacional de 43% em 2005. O investimento do Vietname em investigação e extensão agrícola ajudou a reduzir em mais de metade a prevalência da fome e de crianças com insuficiência ponderal – de 28%, em 1991, para 13%, em 2005. A Nicarágua reduziu a fome no país em mais de metade, de 52%, em 1991, para 21% em 2004-05. No Nordeste do Brasil, a hipotrofia nutricional, um indicador de desnutrição, diminuiu de 22,2% para 5,9% entre 1996 e 2006-07. Entre 1991 e 2004, o número de pessoas que sofrem de subnutrição no Gana diminuiu 74%, para 9% da população. O número de pessoas subnutridas em países em desenvolvimento decresceu de 23.3% em 1990-92 para 12.9 em 2014-2016</p>
<p>OBJECTIVO 2: Alcançar o ensino primário universal. Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino primário</p>	<p>Nas regiões em desenvolvimento, a escolarização líquida no ensino primário atingiu 88% em 2007, atingindo 91% em 2015, em comparação com 83% em 2000. Entre 1990 e 2015 a literacia juvenil- entre 15 e 24 anos- aumentou de 83% para 91%</p>	<p>Na Etiópia houve o aumento de 88% em relação às taxas de escolarização de 2000. A África Subsariana obteve o maior sucesso, conseguindo um aumento de 20% na educação primária</p>
<p>OBJECTIVO 3: Promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres Eliminar as disparidades de género no ensino primário e secundário, se possível até</p>	<p>O objetivo foi de eliminar as disparidades no ensino foi atingindo pelos países em desenvolvimento como um todo;</p>	<p>No México, o programa de transferência condicional de dinheiro "Oportunidades", levado a cabo nas zonas rurais, produziu um aumento das taxas de escolarização no</p>

<p>2005, e em todos os níveis, o mais tardar até 2015</p>	<p>As mulheres constituem 41% dos trabalhadores agrícolas remunerados, sendo este um aumento de 25% a comparar com 1990;</p>	<p>ensino secundário de mais de 20% no caso das raparigas e 10% no caso dos rapazes. Em 2008, o Ruanda elegeu uma maioria de mulheres (56%) para a câmara baixa do seu parlamento, a percentagem mais elevada de representação feminina em qualquer país. No sul Asiático por 100 inscrições masculinas existem 103 aplicações escolares de raparigas, a comparar com 74/100 em 1990.</p>
<p>OBJECTIVO 4: Reduzir a mortalidade infantil Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos</p>	<p>A mortalidade infantil (abaixo de 5anos)decreceu de 90 para 43 mortes por 10000 entre 1900 e 2015;</p>	<p>A taxa de mortalidade de menores de cinco anos diminuiu 40% ou mais desde 1990 na Eritreia, Etiópia, Malávi, Moçambique e Níger.</p> <p>No Bangladeche, Butão, Bolívia, Eritreia, Laos e Nepal, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos diminuiu 50% ou mais, desde1990. E na China obteve-se uma redução de 53% Cerca de 84% da globalidade de crianças recebeu a vacinação contra Sarampo;</p>
<p>OBJECTIVO 5: Melhorar a saúde materna Reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna. Alcançar o acesso universal à saúde reprodutiva</p>	<p>Desde 1990 o ratio de mortalidade infantil decresceu 45% O Uso de contraceptivos pela parte da mulher- com idades entre 15-49- aumentou de 55% em 1990 a 64% em 2015</p>	<p>As Honduras reduziram a taxa de mortalidade materna em 40% – de 182 para 108 mortes por 100 000 nados-vivos, entre 1990 e 2005.</p> <p>No Malávi e no Ruanda, a eliminação das taxas de moderação pagas pelos utentes dos serviços de planeamento familiar contribuiu para aumentos significativos da utilização desses serviços. No Ruanda, a prevalência contraceptiva aumentou de 10%, em 2005, para 26%, em 2008.</p> <p>No Malávi, a prevalência contraceptiva mais do que triplicou desde 1992, tendo aumentado para 33%, em 2004. Mais de 71% dos partos foram assistidos por profissionais da saúde em 2014.</p>
<p>OBJECTIVO 6: Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças Até 2015, deter e começar a reduzir a propagação do</p>	<p>Mundialmente, a nova taxa de infeção pelo VIH diminuiu de um pico calculado em 3,5 milhões, em</p>	<p>No Uganda, a taxa de prevalência do VIH entre os adultos baixou de 15%, em princípios da década de 1990, para 5,4%, em 2007.</p>

<p>VIH/SIDA. Assegurar, até 2010, o acesso universal ao tratamento contra o VIH/SIDA a todas as pessoas que dele necessitam. Até 2015, deter e começar a reduzir a incidência da malária e de outras doenças graves</p>	<p>1996, para 2,1 milhões em 2013.</p>	<p>O Camboja conseguiu travar e inverter a propagação do VIH, tendo a prevalência baixado de 3%, em 1997, para 0,8%, em 2007.</p> <p>O número de novas infeções pelo VIH entre as crianças baixou para quase um quinto no Botsuana.</p> <p>Em 2014, 13.6 milhões de pessoas receberam o tratamento antirretroviral</p> <p>Mais de 900 milhões de redes tratadas com inseticida forma distribuídas em países afetados pela malária, principalmente na África Subsariana entre 2004-2014</p>
<p><b>OBJECTIVO 7:</b> Garantir a sustentabilidade ambiental</p> <p>Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a atual tendência para a perda de recursos ambientais.</p> <p>Reduzir a perda de biodiversidade e, até 2010, alcançar uma diminuição significativa da taxa de perda.</p> <p>Reduzir para metade, até 2015, a percentagem da população sem acesso permanente a água potável e a saneamento básico.</p> <p>Até 2020, melhorar consideravelmente a vida de pelo menos 100 milhões de pessoas que vivem em bairros degradados.</p>	<p>A camada de Ozono é esperada a recuperar;</p> <p>Em 2015, 91% da população utiliza uma fonte de água potável melhorada, a comparar co 76% em 1990;</p> <p>Globalmente 147 atingiram o objetivo da água potável; 95 o objetivo do saneamento e 77 atingiram ambos;</p>	<p>Entre 1999 e 2005, a Costa Rica impediu a perda de 720 km2 de florestas em zonas prioritárias para a conservação da biodiversidade e evitou a emissão de 11 milhões de toneladas de carbono.</p> <p>Em 2004, 75% da população rural do Gana teve acesso a água potável, o que representa um aumento de 92% em relação aos níveis de 1990.</p> <p>No Mali, a percentagem das populações urbanas e rurais com pelo menos um ponto de acesso a um saneamento melhor aumentou de 55% em 1998, para 84%, em 2002.</p> <p>A Guatemala aumentou o seu investimento em recursos de água e saneamento, o que contribuiu para um aumento do acesso de 79%, em 1990, para 96%, em 2006.</p> <p>A África do Sul conseguiu atingir a meta do ODM de reduzir para metade a proporção de pessoas sem acesso a água potável, que baixou de 40% em 1994 para 19% em 2006.</p> <p>2,6 biliões de pessoas receberam acesso à água potável</p>
<p><b>OBJECTIVO 8:</b> Criar uma parceria mundial para o desenvolvimento</p> <p>Continuar a criar um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras e não</p>	<p>A ajuda pública ao desenvolvimento aumentou para 135.2 biliões aumentando 66% entre 2000 e 2014</p>	<p>Em 2008, os únicos países que haviam atingido ou ultrapassado a meta de aumentar a ajuda pública ao desenvolvimento para 0,7% do produto nacional bruto eram a</p>

discriminatório.		Dinamarca, o Luxemburgo, os Países Baixos, a Noruega e a Suécia.
------------------	--	--

Adaptado de ONU por via de dois documentos: “Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Uma Breve Síntese” em 2010; e o Relatório “The Millennium Development Goals Report 2015”.

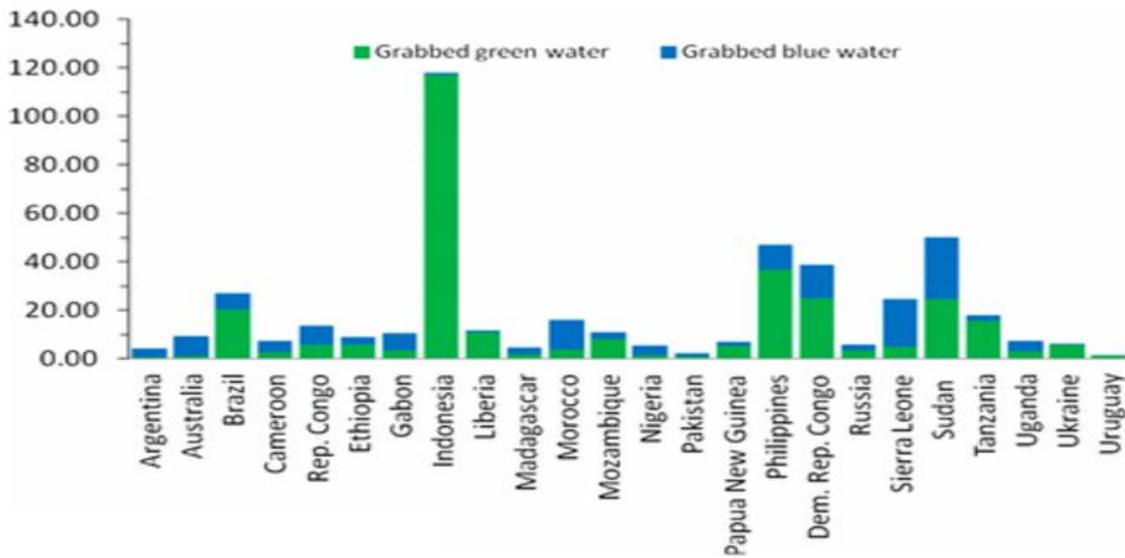
Anexo D:

Figura 12- Investimentos de grande escala



Fonte: Oxfam, 2010 consultado no dia 18/02/2016, em <https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/bp166-behind-the-brands-260213-en.pdf>

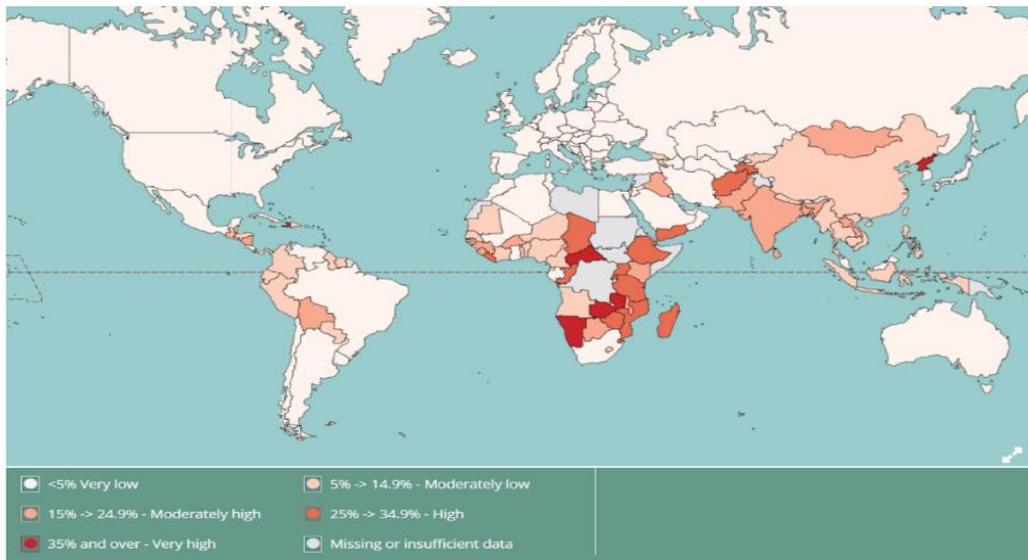
Figura 13- Water Grabbing, nas suas duas formas, em  $10^9$  m<sup>3</sup> PNAS, 2013



Fonte: Rulli, Saviori, D'Odorico, PNAS, 2013 Consultado no dia 18/02/2017, em <http://www.pnas.org/content/110/3/892.full.pdf>

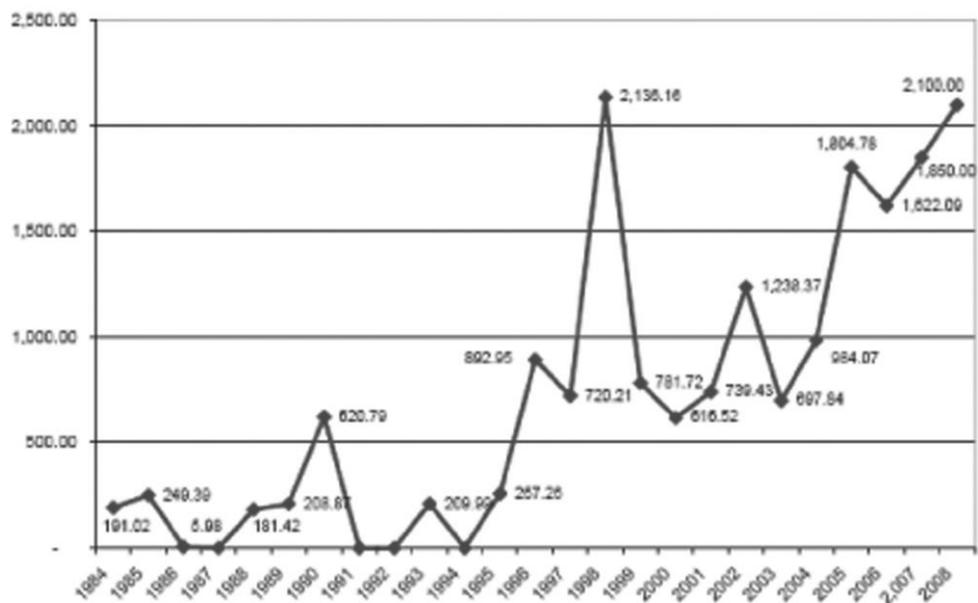
Anexo F:

Figura 14- FAO Hunger map, 2015



Fonte:FAO,2015

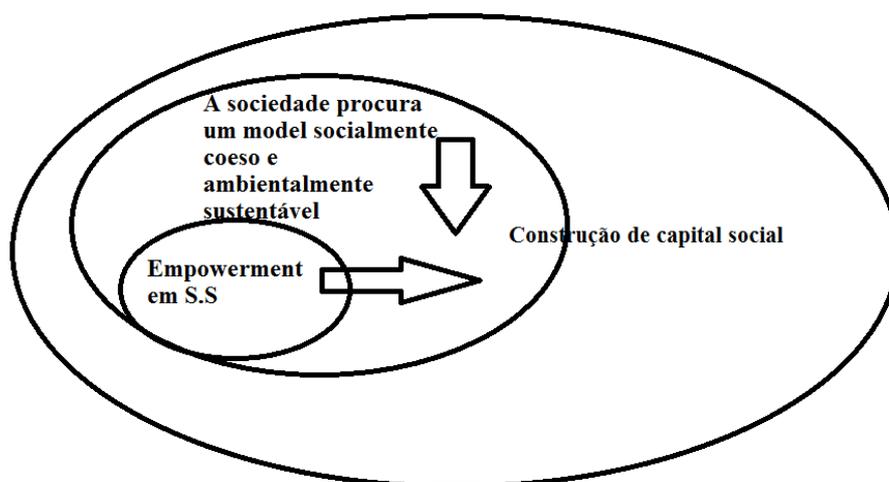
Figura 15. Importação de Arroz nas Filipinas, em mil toneladas



Fonte: Rosset, 2009: 191

Anexo G:

Figura 17-Construção de capital social



Fonte: Peeters, 2011:13

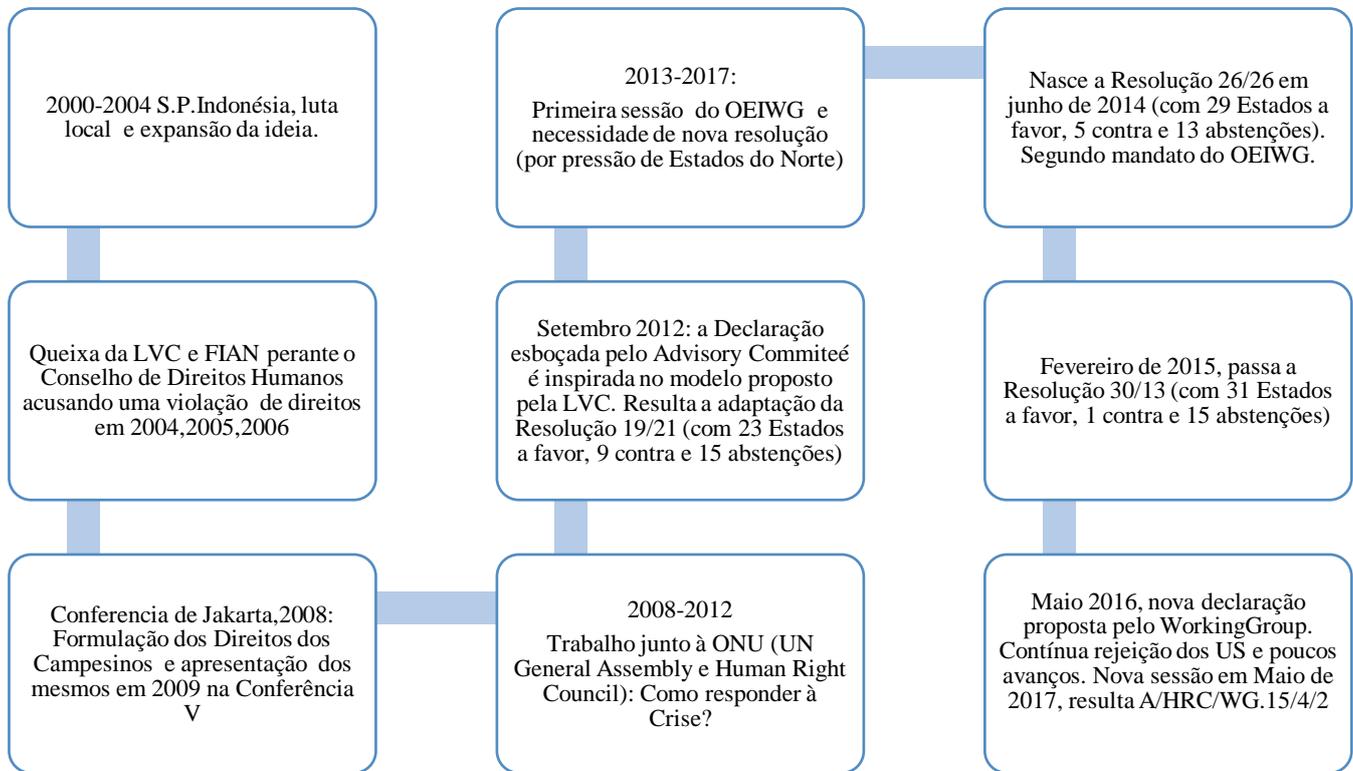
Figura 22. Stakeholders Globais na alimentação: caracterização e argumentos

	Stakeholders Globais
Caracterização (Deepack, 2014)	<p>PPP( Private-Public Partnerships) – composto por TNCs, fundações, governos, instituições internacionais;</p> <p>Paradigma neoliberal;</p> <p>Modelo Agro-industrial e uso de biotecnologia;</p> <p>Exemplos: <i>Alliance for a Green Revolution in Africa</i> ; <i>G8 for Food Security</i>; <i>U.S Government Feed the Future Initiative</i>; <i>New Vision for Agriculture</i> (composto por <i>Cargill, Dupont, General Mills, Heineken, Monsanto, Nestlé, PepsiCo, Coca-Cola, Kraft-Foods, Syngenta e Wal-Mart</i>) (Deepack,2014:157).</p>
Argumentos (Deepack, 2014)	<p>Falta produção alimentar;</p> <p>Falta de igualdade de género;</p> <p>Falta de recursos económicos para comprar alimentos;</p> <p>Investimento privado e agricultura comercial de high-input originam mais produção alimentar e mais comércio internacional o que resulta em maiores salários;</p> <p>Agricultores são contratados;</p> <p>Educação sobre o uso de fertilizantes, pesticidas, sementes OGM resistentes a pragas ou inundações</p> <p>Uso de Biocombustíveis</p>

Fonte: Deepack, 2014

## Anexo H:

Figura 24-. Institucionalização dos Direitos dos Camponeses- Homens e Mulheres



Fonte: Moreno, 2016